

cadernos do

terceiro mundo

ESPECIAL



BATALHA DA INDEPENDÊNCIA

cadernos do

terceiro mundo

SAARA
ESPECIAL

ore

Julho / 1981 - Esc. 60\$00 - MT 60,00 - PG 60\$00 - CV 60,00 - Kw 60,00 - Cr\$ 120,00 - Ano IV - nº 35

israel
TERRORISMO
NUCLEAR

A photograph of two large, faceted diamonds resting on a dark, textured surface that is covered with many small, sparkling particles, possibly diamond dust or crushed diamonds. The diamond on the right is a large, rectangular-cut stone with prominent facets, while the one on the left is a smaller, more triangular-cut stone. The background is dark and moody, emphasizing the brilliance of the diamonds.

Os diamantes de Angola são mais brilhantes

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

A "surpresa" do Sr. Begin

A agressão de Israel a um reator nuclear do Iraque pegou a todos de surpresa — inclusive a nós. Estávamos com a edição praticamente pronta quando a notícia explodiu no mundo. Não podíamos deixar que o acontecimento se diluísse com o tempo, devido a sua importância para todas as nações do Terceiro Mundo, como também consideramos que o assunto merecia ter destaque prioritário na revista. Portanto, partimos rapidamente para a realização de matérias e análises que dessem ao nosso leitor um correto entendimento do quadro político da região, mesmo implicando isso um pequeno atraso na circulação, assim como a substituição da matéria de capa.

O excelente material sobre a luta de independência no Saara que tínhamos preparado (a capa já estava pronta, concepção e desenho do nosso mais novo colaborador, o Willy), ia ser destaque da edição. Tínhamos o entusiasmo da organização e preparação de um assunto importante para todos aqueles que se interessam pelas lutas de libertação do Terceiro Mundo e praticamente não têm informação sobre o que se passa nas quentes areias do deserto.

Mas o impacto da agressão israelense pesou mais. Resolvemos, no entanto, aproveitar a capa de Willy e fizemos um encarte na revista, o que, ao nosso ver, mantém o destaque que queríamos dar à questão do Saara.

Um outro assunto que gostaríamos de informar aos nossos leitores é a nossa participação — agora mais ativa depois de um ano com a edição brasileira — em seminários e debates que discutem os problemas nacionais e internacionais. Estamos co-patrocinando o 1º Simpósio Internacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, iniciado a 23 de junho com o tema "O projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia". No dia 21 de julho será discutida "A questão da terra na Amazônia: latifúndio, posseiros e índios" e em 25 de agosto "A política global para a Amazônia sul-americana".

Aliás, a oportunidade desta iniciativa se dá num momento importante para nós: começaremos, a partir de agora, a penetrar mais a fundo nos problemas brasileiros e, para isso, estamos trabalhando numa grande matéria sobre as principais questões que envolvem hoje a Amazônia, um dos assuntos principais da nossa próxima edição. Uma decisão que, não temos dúvida, chega no seu devido tempo, e que atende às sugestões de inúmeros leitores.

CARTAS LETTERS CARTAS

Deficientes

Estamos no Ano Internacional da Pessoa Deficiente, e o hanse-niano é um deles, já que, além das limitações visíveis, muitas vezes ele perde o tato. É de se lamentar que o assunto venha sendo pouco comentado, quando se trata de um problema urbano periférico (camadas pobres da população).

Ana Maria Costa Fortuna, Rua Lauro Muller, 96/505, Botafogo; Rio de Janeiro, Brasil, CEP 22290.

Justiça e Não-Violência

A direção deste Secretariado, preocupada com a sorte dos nossos irmãos da Não-Violência na Argentina, traçou alguns planos de ação, entre os quais, a elaboração de um documento de protesto a ser enviado ao governo argentino. Vimos, por meio desta, convidar os leitores dos **cadernos** a cerrar fileiras, a nível individual ou de grupos a que pertençam, em favor desses irmãos perseguidos, a nosso ver, injustamente. Enviem cartas a Adolfo Esquivel e sua família e manifestem-se através da imprensa ou outros meios de comunicação. Endereço do Adolfo Esquivel: España 890, San Isidro, Buenos Aires, Argentina.

Secretariado Nacional pela Justiça e Não-Violência, São Paulo, Brasil.

Cumprimentos

Antes de mais nada, gostaria de parabenizá-los pelo último número dos **cadernos**, por sua clareza e objetividade. Sou seu leitor assíduo e posso dizer que a cada número há uma nítida melhora de qualidade, embora deva

realçar que a qualidade de impressão por muito tempo deixou a desejar. Mas parece que esse problema está sendo resolvido.

Luiz Antônio Borges, São Paulo, Brasil.

Amazônia

(...) Nossos governantes(!) continuam a esconder do País a verdadeira importância da venda da nossa Amazônia. Faz-se necessário que uma revista como os **cadernos**, de âmbito internacional e com a seriedade que lhe é peculiar, publique um dossiê completo sobre mais esta espoliação do Terceiro Mundo.

J. G. Chaves, Porto Alegre, Brasil

Namíbia

(...) O *cowboy* Reagan pretende cortar o pouco que foi feito nos últimos anos para resolução do problema da Namíbia. Isto já está mais do que claro pelos novos rumos que pretende traçar para a política do chamado Mundo "Occidental" em relação à África Austral.

R. Medeiros, Luanda, República Popular de Angola.

Minorias

(...) Referindo-se ao Brasil, quero destacar que as minorias oprimidas neste país merecem enfoques especiais por parte de **cadernos**, especificamente, negros, índios, mulheres e homossexuais. Josué C. Gonçalves, Salvador, Brasil.

Uma opinião:

Tenho lido a revista e acho que ela desempenha um papel fundamental no sentido de informar

verdadeiramente o que se passa no nosso mundo atual. Isso é particularmente importante para nós que vivemos num meio onde a grande imprensa satisfaz os interesses dos donos do poder, das transnacionais e dos exploradores. Por isso, quero parabenizá-los.

Raimundo C. S. Freire, Natal, Brasil.

Convite

(...) Desta vez, nós, do Grupo de Trabalhos André Rebouças, gostaríamos de contatar os representantes de alguns países africanos, mas temos dificuldades em encontrar endereços de representações diplomáticas para onde possamos enviar os convites no momento oportuno. Solicitamos aos amigos que entrem em contato conosco.

Nilton M. da Cruz, Rua Júlio Borges, 44/102, Higienópolis, Rio de Janeiro - RJ, Brasil, CEP 21050.

Intercâmbio

Troca de idéias, selos, livros, experiências, postais:

Janudrio Domingos Camilo
Av. Cte. Valódia, 119-A - 2º and.
Luanda, Rep. Popular de Angola

Raimundo C. S. Freire
Av. Romualdo Galvão, 28 - Tirol,
59000 - Natal - RN - Brasil.

Helder de Jesus F. de Oliveira
Cx. Postal 138, Ondjiva,
Rep. Popular de Angola.

Ezequiel Ventura, militar das
FAPLA

Cx. Postal 18559,
Luanda, Rep. Popular de Angola.

Wanderley G. de Almeida,
Posta Restante A. C.,
Belém - PA, Brasil, Cep 66000.

Nesta Edição:

5 **Editorial:** França, uma grande potência de esquerda

Matéria de capa:

- 8 Israel, terrorismo nuclear, *Neiva Moreira*
- 14 Mossad: operação 007
- 17 Irã-Iraque: A guerra continua
- 18 Irã: Do integrismo à desintegração, *Mohamed Salem*

Oriente Médio

- 20 Península Arábica: Príncipes do Golfo, uni-vos, *Abdulrahman Yussif*

África

- 23 África do Sul: Um bloqueio ao racismo, *Esteban Valenti*

América Latina

- 26 Nicarágua: O "mal exemplo" da revolução

Ásia

- 30 Nepal: Os truques do rei Birendra, *Narinder Koshla*
- 32 Bangladesh: Um futuro incerto, *C. M. Menon*

Petróleo

- 34 O jogo saudita, *Agustín Castaño*
- 37 Opep: Em busca de uma nova imagem, *Francisco Viana*
- 38 Angola: Autodeterminação e desenvolvimento, *Jorge A. de Moraes*

Norte-Sul

- 43 A fome pode esperar, *Baker Kamal*
- 46 Um passo contra as transnacionais, *Pablo Piacentini*
- 49 Seychelles: "A solução somos nós mesmos", *Makwaia Kuhenga*
- 51 A cooperação começa em casa, *Said Madani*

Cultura

- 53 A mensagem de Bob Marley, *Brian Meeks*

Comunicação

- 56 Uma nova batalha do jornalismo latino-americano

57 **Panorama Tricontinental**

Especial: Saara, a batalha da independência

- 65 Por dentro da guerrilha, *Baptista da Silva*
- 74 Uma linha "Maginot" no Saara
- 75 Nasce um país
- 78 A guerra vista pelos vencidos
- 80 A história da resistência
- 84 Marrocos: Um regime em crise, *Antonio Silva*
- 86 Mauritània: No centro do conflito, *Lamine Ahmed*
- 89 Documento: A ilusão de Hassan II
- 90 Mohamed Lamine: "Não fazemos a guerra pela guerra", *Alberto B. Mariantoni*



Bob Marley



Publicações destinadas a informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bisso

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease García — Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

Birô Africano
Angola:
Eduardo Segui — Luis Henrique
Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique
Etevaldo Hipólito — João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

Revista Mensal
nº 35 •

julho — 1981

Preço de capa: Cr\$ 120,00

Números atrasados: Cr\$ 140,00

● **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033

Arte
Maria Nakano
Carmem Saporetto

Copidesque:
Francisco Viana

Tradução e Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Publicidade
Jesus Antunes

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

Fotolito
Colorido Stúdio Gráfico Ltda
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

Impressão
Capemi Editora e Gráfica Ltda.
Rua Peçanha da Silva, 360 (Eng. Novo)
Rio de Janeiro — RJ — Tel.: 201-2596

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Lapa, 180
(sobrelajeira "A") Tel.: 242-1957
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ)
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

● **Edições em espanhol**

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLOMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telefone. 724-712

● **Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS — CANADA
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia
Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh
Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo
Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile
Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca
El Salvador — Equador — Espanha — Estados
Unidos — Etiópia — Finlândia — França
Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras
Iêmen Democrático — Índia — Indonésia
Irã — Iraque — Iugoslávia — Jamaica — Japão
Kuait — Líbano — México — Moçambique
Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai
Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia
República Dominicana — Saara — São Tomé
e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia
Suíça — Suriname — Santa Lúzia — Tailândia
Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética
Venezuela — Vietnã — Zâmbia — Zimbábue.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BE-LIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRã BRETA-NHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Bookhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paraméa, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamar, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** DiJornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringsstr 155, 2102 Hamburgo. **S. TOMÉ e PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

França: uma grande potência de esquerda

As eleições francesas significaram a maior derrota da direita na Europa nos últimos tempos — pelo menos desde o pós-guerra — enquanto que a esquerda obteve o seu triunfo mais promissor. Este é o significado da vitória eleitoral do líder socialista François Mitterrand que, por ser a França uma potência capitalista e neocolonial, repercute no conjunto da política mundial e, em particular, em algumas zonas do Terceiro Mundo, onde a influência de Paris é ainda determinante.

Antes desse acontecimento, havia a preocupação sobre um possível auge das forças conservadoras no Ocidente, decorrente da crise do sistema capitalista, que poderia impulsionar um ascenso geral dos partidos de direita.

O que aconteceu na França não autoriza a supor um fenómeno inverso. Isto é, uma virada do velho continente em direcção à esquerda. Porém, contrabalançou, em sentido progressista, o mapa político da Europa Ocidental e altera as relações de força no Ocidente.

A eleição de Mitterrand foi alcançada por uma larga margem e refletiu-se com uma força sem precedentes nas eleições de junho. Nelas, os socialistas conseguiram a maioria absoluta do Parlamento e junto aos comunistas somam mais de dois-terços. A direita ficou reduzida a uma minoria que possui

menos de um-terço dos assentos. Portanto, a esquerda assume o governo da França após um verdadeiro plebiscito que lhe dá um domínio pleno dos órgãos constitucionais. Conta com todos os instrumentos para aplicar a fundo o programa socialista e na medida em que execute eficazmente as nacionalizações e as reformas prometidas, seu êxito terá um efeito estimulante para as esquerdas europeias, que em vários países são uma opção de governo.

A França, Alemanha Federal e Grã-Bretanha são os centros decisivos de poder na Europa capitalista. No primeiro, encontra-se hoje um governo socialista, no segundo, um social-democrata e no terceiro, um conservador. Este último é atualmente o elo mais débil da corrente.

Margaret Thatcher obteve em maio de 1979 um triunfo esmagador sobre o Partido Trabalhista, dando a entender que este necessitaria de muitos anos para recuperar-se. Porém, a Primeira-Ministra adotou uma orientação que pode ser classificada de extrema-direita no aspecto económico e social, por prejudicar de modo direto a grande maioria da população e por não apresentar eficiente gestão do aparelho administrativo.

O quadro é, agora, totalmente oposto ao de dois anos atrás. A primeira prova disto foram as

eleições municipais de maio, quando os candidatos trabalhistas alcançaram triunfos retumbantes. As cifras indicam que, se fossem chamados hoje para votar, os britânicos elegeriam, por ampla margem, o Partido Trabalhista.

Há, além disso, um aspecto qualitativo que surge destas eleições, as primeiras depois da cisão no Partido Trabalhista, na qual a ala centrista se separou e formou o Partido Social Democrático.

Este grupo obteve uma baixa porcentagem de votos nas últimas eleições municipais e a sua saída deixou o velho partido em mãos dos setores mais progressistas, ou seja, já não atua em suas fileiras o contrapeso da ala de direita. Há, portanto, paralelamente na Grã-Bretanha, uma forte guinada em direção à esquerda. Ainda que o seu mandato tenha vigor até 1984, o governo conservador — o mais firme aliado do presidente norte-americano Ronald Reagan — está hoje debilitado e desconcertado.

No governo da Alemanha Federal encontra-se hoje o Partido Social Democrata, que como o Partido Socialista francês é membro da Internacional Socialista. No entanto, o partido do chanceler Helmut Schmidt é moderado e, além disso, para conseguir maioria parlamentar ele teve que se aliar ao Partido Liberal, estreitamente vinculado aos núcleos empresariais.

Este governo, de centro-esquerda, é uma alternativa relativamente progressista em relação às forças conservadoras. Na opinião de alguns observadores, ele estaria debilitado em consequência de dificuldades econômicas conjunturais. Mas se ele conseguir superá-las estará em boa posição quando o Parlamento for renovado, em outubro de 1984.

A *entente* entre a França e a Alemanha é um fator fundamental para a política européia. Apesar da diferença de orientação de seus governos, o eixo Bonn-Paris tem procurado nestes anos estabelecer uma posição independente e ajustada aos interesses europeus: isso tem caracterizado suas diferenças com os Estados Unidos.

No momento em que Reagan procura ansiosamente estabelecer sua liderança dentro da aliança atlântica, imprimindo-lhe um rumo ainda mais agressivo que o do seu predecessor, era de importância primordial a resposta de seus interlocutores europeus e particularmente do eixo Paris-Bonn. É verdade que nesta matéria não são significativas as discrepâncias entre Mitterrand e seu antecessor, Valéry Giscard D'Estaing. Este, como todos devem se lembrar, assumiu uma postura independente em relação à União Soviética, tirando a solidez da pressão Ocidental contra Moscou. Mas é evidente que se o presidente socialista mantém a sua postura independente com relação à URSS, e ao mesmo tempo dá continuidade à política de aproximação ao vizinho germânico, segundo estabelecia o seu programa, acabará aprofundando suas contradições com os Estados Unidos.

Do encontro celebrado no dia 24 de maio em Paris, entre Mitterrand e Schmidt, ficou claro que a privilegiada relação entre as duas potências se manterá e se consolidará. Porém na visão do dirigente socialista, a partir de agora este não será um eixo fechado — talvez nem se volte a empregar este termo — e sim uma plataforma aberta aos demais países da comunidade européia. É, portanto, a nível continental que Mitterrand espera articular o ideal independentista.

Por tudo isso, o quadro europeu, após 10 de maio, manifesta-se adverso à política que tenta impor os Estados Unidos. No Terceiro Mundo, a maior repercussão será sentida nas nações africanas dependentes de Paris. O atual presidente foi um crítico severo das intervenções decretadas no contexto da política cruamente neocolonialista de Giscard D'Estaing, principalmente no Chade e na República Centro-Africana.

Nestas nações, a novidade consistirá em uma maior margem de manobra interna e externa, assim como serão mais difíceis os vínculos do governo francês com os regimes mais reacionários. Estes, de fato, viram com preocupação a mudança no Palácio do Eliseu. É o caso, por exemplo, do Marrocos,

que perderá o apoio que lhe dispensava Giscard D'Estaing e terá em seu lugar um defensor da autodeterminação do povo saaraui. Ou David Dacko, colocado na presidência da República Centro-Africana por ordem do ex-presidente francês.

Quanto ao regime de minoria branca da África do Sul, o programa socialista o cataloga como o executor de "uma das maiores injustiças do nosso tempo" e o *apartheid* como "a desavergonhada exploração do homem pelo homem".

As ditaduras do Terceiro Mundo, e especialmente as da América Latina, terão em Paris um severo censor. Símbolo desta atitude coerente com a ideologia socialista é a esposa de Mitterrand, organizadora do Comitê Francês de Solidariedade a El Salvador e América Latina. Assim, de uma indiferença pragmática frente aos regimes repressivos e às violações dos direitos humanos, o governo francês passará para uma tomada de posições enérgicas e claras.

Na política externa do novo presidente há, entretanto, um ponto negativo. Ao contrário de Giscard D'Estaing, que guiado pelos interesses econômicos da burguesia empresarial havia estabelecido boas relações no mundo árabe, Mitterrand é um amigo de Israel.

O dirigente socialista havia anunciado que se fosse eleito presidente gostaria de fazer uma visita oficial a Israel, onde a notícia da sua vitória foi saudada com júbilo.

Resta ver até que ponto ele concretizará sua simpatia em relação a Israel. Em uma recente entrevista, Mitterrand se pronunciou a favor de uma "pátria" palestina que tenha uma "estrutura estatal, nos limites do respeito aos princípios internacionais que se fundamentam nos direitos do homem, no direito dos povos de se autogovernarem e na solução pacífica dos conflitos".

Custa imaginar o Chefe de Estado francês em silêncio ante as agressões militares israelenses no Líbano. Por outro lado, deverá levar em consideração os interesses do seu país no Oriente Médio.

Por isso é que, apesar dos antecedentes deste assíduo visitante de Israel, deverá ser analisado com cautela seu comportamento nesta questão. A condenação do bombardeio israelense à central nuclear de Bagdá assim como o pedido de que Israel pague ao Iraque os danos causados é um dos indícios de que o governo de Paris está adotando uma posição mais equilibrada sobre a região, do que faziam supor algumas declarações do candidato Mitterrand.

Mas, em termos gerais, a mudança na França é benéfica para o Terceiro Mundo. Giscard D'Estaing governou para as grandes empresas, que fazem parte do conjunto das transnacionais que explora os países subdesenvolvidos. Mitterrand é a alternativa a esta política e foi eleito por socialistas e comunistas, apesar de não apresentar um programa unitário entre ambos os partidos. Durante sua administração será fortalecido o setor público em detrimento do privado, por meio de nacionalizações, inclusive a nacionalização do nevrálgico setor bancário.

No novo governo há uma inclinação explícita em direção ao Terceiro Mundo e ao diálogo Norte-Sul. Um dos pontos do seu programa fixava um aumento — de 0,3% para 0,7% do Produto Nacional Bruto — da cooperação econômica com as nações subdesenvolvidas. Além disso, será feita uma revisão a respeito do problema das bases militares, dos acordos de cooperação militar e do fornecimento de armas fora do cenário europeu.

A instalação de um governo popular na França significa uma mudança total nesta potência e uma modificação no sentido progressista das relações de poder em escala internacional. Esta conclusão é reforçada pelo fato de que o sistema estatal centralista outorga grandes poderes ao Chefe de Estado e lhe proporciona um extenso mandato (sete anos) para cumprir o seu programa. Parecem, portanto, fundadas as esperanças que a eleição na França (país de vasta cultura, que é a quarta potência econômica capitalista e a quinta de todo o planeta) despertou em todo mundo.

israel

TERRORISMO NUCLEAR

O ataque de Begin visou o desenvolvimento científico e tecnológico árabe

Neiva Moreira

No dia 7 de junho passado, aviões *F-15*, protegidos pelos ainda mais sofisticados modelos *F-16*, de fabricação norte-americana, atacaram as instalações do reator nuclear do Iraque, situado em Tammuz, a poucos quilômetros de Bagdá. Os aviões israelenses voaram mais de 1.000 quilômetros até o seu alvo. Embora a rota escolhida se mantenha oficialmente secreta, há evidências de que os 15 aviões atacantes sobrevoaram o território da Jordânia e da Arábia Saudita. A artilharia antiaérea iraquiana reagiu ao ataque, mas não há notícias de baixas entre os agressores.

Coube ao próprio primeiro-ministro Menahem Begin anunciar o *raid* e descrever, triunfalmente, o êxito da operação, apresentando-a como uma "medida preventiva" contra um eventual ataque nuclear por parte do Iraque. Tal como Hitler e o alto comando alemão nos seus comunicados sobre operações de *blitzkrieg*, na Segunda Guerra Mundial, Begin foi parco na justificativa da agressão, fazendo pouco caso das reações internacionais e sendo extremamente pretensioso no que se refere à eficácia do bombardeio.

Segundo observadores ocidentais, a opinião pública de Israel reagiu entre o orgulho e a perplexidade. O *Likud*, agrupamento político de extrema-direita, liderado por Menahem Begin, apressou-se em capitalizar os frutos da agressão. A tendência do eleitorado — que lhe beneficiara desde a crise dos mísseis sírios instalados no Líbano — se inclinou ainda mais a seu favor, após o ataque.

Nos meios dirigentes de Israel, alguns setores consideraram essa iniciativa belicista como uma vitória tática, mas estrategicamente perigosa para o futuro do país. As críticas tornadas públicas foram, no entanto, irrelevantes e meramente formais. Mesmo o Partido Trabalhista, chefiado pelo ex-primeiro-ministro Shimon Peres, se limitou a protestar con-

tra o caráter eleitoreiro do aproveitamento do êxito militar, mas não teve a coragem de denunciar a operação em si, para não enfrentar o chauvinismo de setores do eleitorado, estimulado pelos meios de comunicação, e para não entrar em confronto com a ultradireita israelense.

Quem ajudou a Begin?

A história dessa operação ainda está incompleta. O que se sabe até agora é fragmentário, frequentemente tendencioso. Mas, nenhuma análise pode deixar de partir do fato de que se os Estados Unidos não tivessem transformado Israel em uma base militar, altamente armada e adestrada, seria impossível um ataque desse porte.

Os aviões empregados são de uso virtualmente exclusivo da força aérea norte-americana. Sua exportação depende, sempre, de procedimentos legislativos e da licença expressa do presidente dos Estados Unidos.

No caso de Israel, os aviões foram entregues à sua aviação com a aparente ressalva de que não seriam empregados em operações ofensivas — uma cláusula puramente diplomática, destinada apenas a tranquilizar os aliados árabes de Washington, notadamente a Arábia Saudita.

A decisão de Reagan de embargar a entrega a Israel de mais quatro aviões *F-16*, anteriormente cedidos, é ineficaz. A força aérea israelense dispõe de numerosos desses aparelhos e pode perfeitamente esperar que passe a onda para exigir que novas esquadrilhas lhe sejam entregues.

Independente do fato de que a política expansionista de Israel está solidamente apoiada nos Estados Unidos, são crescentes os indícios e as especulações de que o *raid* fora, direta ou indiretamente, ordenado com o prévio conhecimento norte-americano. As "filtrações" e certas denúncias da imprensa, confidências e até documentos permitiriam admitir que alguém em Washington — e gente com poder real — conhecia as intenções de Begin e as respaldava.

É sabido que nos Estados Unidos nem sempre se conhece onde termina o poder público e começa o das transnacionais. Talvez fosse mais simples encarar ambos, Estado e empresas privadas, como ramos de uma mesma árvore — o complexo industrial-militar de que falava o presidente Eisenhower, e que, este sim, é o poder real do país.

O reator iraquiano estava sendo contruído pelos franceses. Isto provocou resistência das empresas norte-americanas que tinham aspiração ao contrato, um dos maiores empreendimentos científicos e industriais no Oriente Médio. No Departamento de Estado, a contratação com os franceses da gigantesca obra provocou protestos e frustrações, mas, em geral e como é do figurino, se recorreram a pretextos para combatê-la, embora o centro da questão fosse a construção do reator nos termos em que se efetuou.

Begin, , cuja vida esteve quase sempre dividida entre a espionagem e o terrorismo, conhecia muito bem essa situação. Ele conta com poderosos informantes em Washington e sabe que tem aliados sólidos no coração mesmo do poder norte-americano.

Quando despachou seus aviões ao ataque, partia de algumas certezas incontestáveis: 1) a operação convinha aos seus interesses políticos e eleitorais; 2) se ajustava perfeitamente à concepção expansionista de um Israel dominador desde o Eufrates até o Nilo; 3) não tinha dúvidas de que a agressão seria bem recebida em determinados setores no mundo dos negócios e do aparelho militar norte-americanos.

O papel de Sadat

Outro indicador de que gente em Washington andava perto do projeto de Begin é o obscuro papel reservado ao dirigente egípcio Anwar Sadat, antes e depois do ataque a Tamuz. Três dias antes do *raid*, Sadat havia participado de uma reunião com Begin em Sharm-el-Sheik, num clima dominado pelas críticas de ambos aos governos do Iraque, da Líbia, da Síria e, também, da União Soviética.

Esse encontro havia sido preparado pelo general Ariel Sharon que, embora ocupe o posto de ministro da Agricultura do governo Begin, o que exerce, realmente, é a função de principal conselheiro militar do Primeiro-Ministro. Sharon esteve com Sadat a 19 de maio e, já então, conhecia os planos para o bombardeio do reator iraquiano. Além de Begin e do general Eitan, chefe do Estado-Maior de Israel, só ele havia tido acesso ao projeto em andamento.

No Mundo Árabe, há a convicção, em muitos círculos, de que Sadat foi avisado do ataque. Na hipótese mais benévola, se crê que Sharon e Begin deixaram ao entendimento do mandatário egípcio algumas insinuações sobre o que estava preparado contra o Iraque.



No entanto, há opiniões mais explícitas quanto ao prévio conhecimento de Sadat da operação do dia 7 de junho. Um influente jornal do Kuwait, *Al Anbaa*, escreveu a respeito: "Um alto funcionário norte-americano do Departamento de Estado declarou que, quando o Primeiro-Ministro israelense se reuniu recentemente com o Presidente egípcio, este deu sua anuência a esta ação e prometeu a Begin que não interviria se a destruição da referida central atômica motivasse sérias implicações. Além disso, o funcionário disse que Sadat informou a Begin que condenaria a operação, mas de um modo estritamente formal."

As reações de Sadat, posteriores ao ataque, justificam, de certo modo, a denúncia. Além de condenações meramente verbais, foi sintomático que seu governo desencadeasse uma verdadeira caçada aos militantes nacionalistas e democráticos que se opõem aos acordos de Campo David e manifestavam sua indignação contra o bombardeio do reator árabe.

O caso de Sadat se assemelha ao de certos setores políticos e empresariais dos Estados Unidos. Mesmo que, a curto prazo, o episódio lhe possa causar alguns transtornos, favoreceria no futuro a agressão aos países árabes mais comprometidos na luta anti-sionista, como é o caso do Iraque.

Farisaísmo e desfaçatez

Não se conhece qualquer base científica ou técnica aceitável ou argumentos simplesmente políticos, que comprovem a tese de Begin, de que o Iraque estava se preparando para fabricar a bomba atômica.

O reator de Tamuz era regularmente fiscalizado pelos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas. Como signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, o Iraque vinha dando todas facilidades às inspeções

TERRORISMO NUCLEAR

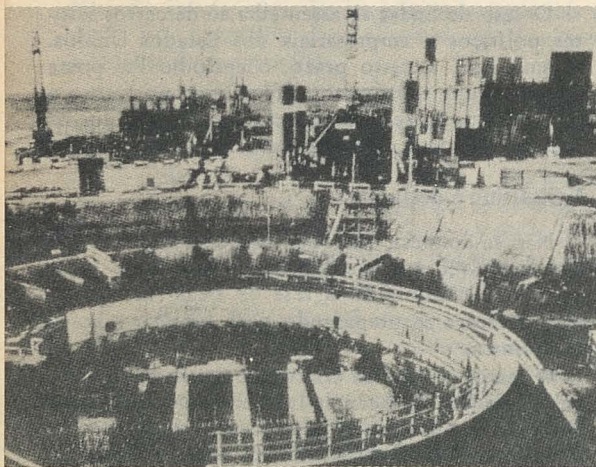
periódicas e cumpria responsabilmente os compromissos assumidos com aquele órgão.

Mais ainda: os franceses que conhecem perfeitamente o projeto iraquiano, pois planejaram e construíram o reator, negaram qualquer conotação militar à instalação de Tamuz e asseguraram que, nem em dez anos, o Iraque poderia, com base naquela central nuclear, construir uma bomba atômica. Essa opinião foi internacionalmente aceita, mesmo pelos adversários do Iraque, como os Estados Unidos que tudo fizeram para salvar a pele de Begin. O sub-secretário das Relações Exteriores norte-americano disse, em nome do seu governo: "Não estamos de acordo com a explicação israelense". Ou seja: da tese de que o Iraque estaria a ponto de fabricar uma bomba atômica.

Não há, assim, qualquer dúvida: o reator era destinado a fins pacíficos, como tantos outros em muitos países.

O mesmo, no entanto, não se pode dizer das instalações nucleares israelenses. O governo de Tel-Aviv se recusou sempre a subscrever o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, impedindo, assim, qualquer inspeção internacional à sua central atômica.

São evidentes os indícios de que Israel já tem bombas atômicas, fabricadas em cooperação com a África do Sul. (Ver **cadernos do terceiro mundo**, nº 30). O chanceler do Iraque, Saadum Hamadi recordou há pouco, aos que se esquecem ou fingem esquecer-se daquela realidade: "Temos certeza, e está documentado, mesmo pela imprensa nor-



O reator nuclear do Iraque, em Tamuz: o alvo sionista

te-americana, que Israel já tem armazenadas 13 bombas atômicas do tipo da de Hiroshima".

Um jornalista brasileiro, Cláudio Abramo, correspondente da "Folha de São Paulo" em Londres, escreveu recentemente, confirmando essas versões: "Já expliquei mais de uma vez — diz ele — que existem fortes indícios de que Israel possui um número não determinado (entre 10 e 30) de bombas nucleares prontas para uso."

Diante de tais evidências, bombardear o reator do Iraque, como prevenção contra a ameaça potencial de que ali se fabricasse uma bomba atômica, sendo o próprio Israel um produtor da bomba, é um ato de refinado farisaísmo ou desfaçatez.

O Mundo Árabe emergente

E por que, então, o bombardeio?

Não é possível responder a essa pergunta sem uma análise mais ampla do que é, hoje, o Mundo Árabe — do que poderá ser no futuro imediato — e dos propósitos dos radicais sionistas a seu respeito. Não há muitos anos — antes de Nasser e dos processos revolucionários que sacodem, desde a década de 50, os países árabes — o que eram, política, econômica e socialmente essas nações, senão pasto de ocupações estrangeiras, da rapinagem transnacional, com as suas riquezas servindo ao desenvolvimento das potências industrializadas do Ocidente?

Quando se idealizava um árabe, a maioria das pessoas, desinformada pela propaganda racista, o caracterizava como um ser apático, indolente, vestido com trajes exóticos, tangendo um camelo no deserto ou comendo tâmaras debaixo das palmeiras.

O que menos interessava a esse tipo de caricatura era a formidável contribuição dos árabes à civilização do nosso tempo e o extraordinário acervo político e cultural que acumularam em séculos de luta pela sua identidade.

Não vamos fazer história, mas chamar a atenção para o que se passa hoje.

São notórios os avanços registrados no Mundo Árabe, no campo cultural e político. Milhões de jovens frequentam suas escolas e universidades, dezenas de milhares se especializam no exterior.

Socialmente, há mudanças muito significativas, mesmo quando se trata da mulher, tradicionalmente relegada a um plano secundário na sociedade árabe. As universidades estão cheias, hoje, de mulheres — em algumas, como as do Cairo, de Beirute, de Bagdá, quase se equipara a presença dos dois sexos — e sua influência cresce de maneira permanente em todos os campos, nas letras, nas artes, na ciência, nas profissões técnicas, na política, no jornalismo, na diplomacia, nas Forças Armadas.

Israel sabe disso. Conhece, por exemplo, o que é hoje, o quadro cultural palestino, só para citar um exemplo. Existem quase tantos médicos, engenheiros, economistas e técnicos médios palestinos quanto israelenses, apesar das difíceis condições criadas pela guerra.

E se assim o é na preparação de quadros, o que não dizer dos projetos de desenvolvimento econômico? As transformações do Mundo Árabe no campo industrial e agrícola são tão evidentes que dificilmente podem ser negadas. A partir de Nasser, quando o panorama da periferia do Cairo foi modificado pelas novas plantas industriais, audaciosos projetos também estão matizando a fisionomia de muitas nações árabes — um imenso esforço de modernização no qual se busca a harmonia com as tradições culturais dos seus povos.

Mesmo países de arraigadas linhas tradicionais, como a Arábia Saudita e os Emirados, transformam suas economias e, com as novas fábricas, surge um proletariado que começa a marcar sua presença nas lutas sociais. Há mudanças qualitativas no comportamento político das jovens gerações de trabalhadores árabes.

É verdade que há xeques que esbanjam o dinheiro do petróleo. Aqui mesmo, no Brasil, de quando em quando, aparecem alguns desses exemplares que se juntam a uma chamada "alta sociedade", decadente e parasitária, dando de suas pátrias uma imagem depreciativa.

A conduta de um grupo de potentados que dilapidam o dinheiro dos seus povos em orgias ou em investimentos duvidosos nos países ocidentais não é bem vista, mesmo nas áreas mais conservadoras árabes.

O exemplo da Opep

Falando à Assembléia Nacional do seu país, em julho do ano passado, o presidente do Iraque, Saddam Hussein, constatou: "A riqueza petrolífera é de duplo fio. Pode favorecer o desenvolvimento, o poder e o progresso. Mas pode engendrar a corrupção e a ruína."

O balanço global é, no entanto, muito positivo. Se não houvesse uma preocupação de austeridade e de justo emprego dos recursos petrolíferos não seriam tão notáveis os avanços na maioria dos países árabes produtores.

Por outro lado, os dirigentes árabes têm revelado capacidade política e diplomática. A Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), nascida árabe, é um exemplo disso. Com suas dificuldades internas e o imenso desafio de gerir sem adequada estrutura, recursos praticamente ilimita-



A mulher árabe: da marginalização...

dos, atuando em meio de tremendas pressões e enfrentando o jogo pesado das transnacionais, transformou-se num pólo de poder do nosso tempo.

Este ano, os países da Opep, majoritariamente árabes, disporão de cerca de 200 bilhões de dólares. Suas reservas financeiras atingirão, em 1985, de 500 a 800 bilhões de dólares. "Sua capacidade de investimento — constata o político e escritor francês Servan-Schreiber, em seu último livro, "O desafio mundial" — para os anos cruciais que se aproximam equivale a dez vezes o total de um país desenvolvido de porte médio (como a França). E é aí que reside, para além do petróleo, o elemento revolucionário da nova situação. O que lhe dá, depois do controle da energia, o controle dos investimentos. O poder do petróleo é, enfim, absoluto, porque a grande, a eterna solução pertence ao passado: contra os campos petrolíferos a 'opção mili-



...à conquista de um novo espaço social

TERRORISMO NUCLEAR

tar' simplesmente não existe", conclui o escritor, obviamente referindo-se à posição do Mundo Árabe.

Era natural que esse novo poder se refletisse nos campos científico, tecnológico e, também, militar.

Militarmente, os árabes começaram a inverter a tendência da guerra com Israel a partir de 1973, quando atravessaram o Canal de Suez e expulsaram dali os israelenses que, em batalhas anteriores, haviam conquistado posições aparentemente inexpugnáveis.

Técnicos militares imparciais (e até analistas de Telavive) exaltaram não apenas a capacidade militar do combatente árabe — os infantis egípcios e sírios, os aviadores argelinos e líbios, os artilheiros iraquianos e jordanianos —, como reconheceram o talento dos seus comandantes na coordenação de vastas e complexas operações no campo de batalha.

O medo do futuro

A direita no poder em Israel se preocupa com essa transformação que fortalece o poder árabe em todos os campos, habilitando os seus exércitos a, hoje ou amanhã, reconquistar as terras ocupadas pelo regime judeu.

O bombardeio do reator foi uma operação basicamente militar mas refletiu a preocupação de criar obstáculos ao renascente poder nacional árabe. Begin acena para um eleitorado local sensível a esse ufanismo radical (e também para o exterior), com a tese de que o Iraque se preparava para fabricar a bomba. A tática é velha. É a mesma usada contra os palestinos, acusados de terroristas quando são os seus líderes e os seus diplomatas que são assassinados pelo Mossad, o serviço secreto israelense.

Begin sabe que o reator do Iraque não se destinava a fins militares, do mesmo modo como não tem dúvidas de que os palestinos não são terroristas.

Yasser Arafat, presidente da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) foi ao âmago do problema, quando disse: "Considero que este é o mais grave acontecimento de toda a história contemporânea da Nação Árabe. Com este ataque israelense-norte-americano se tratou de privar-nos de algo muito vital: nossa capacidade de alcançar progresso e desenvolvimento. É uma ameaça às nossas futuras gerações. Agora, qualquer siderúrgica árabe, qualquer instituto técnico que capacite nossos engenheiros eletrônicos, pode ser considerado como uma ameaça à segurança norte-americana, ao con-

trole norte-americano da região e, por conseguinte, pode ser atacado."

O desafio da unidade

Os árabes foram muito atingidos pelo bombardeio, mas contabilizaram a seu favor alguns resultados políticos: o isolamento internacional de Israel é hoje maior do que nunca e, por outro lado, há indícios positivos de que os seus dirigentes tomam consciência da importância de sua unidade.

Israel foi unanimemente condenado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Embora a resolução tenha sido muito aquém do que exigia a opinião internacional, registrou-se no episódio um fato novo: pela primeira vez a delegação norte-americana se juntou aos outros 14 países com voto no Conselho para condenar Israel.

É verdade que o voto norte-americano saiu em meio a ambiguidades, ameaça de vetos a qualquer resolução mais explícita e de simultâneas declarações de apoio a Israel. Mas saiu. Foi uma vitória das pressões internacionais e do temor às represálias árabes.

A diplomacia árabe pode agora, atuar no mundo, com novos elementos de convencimento quanto ao papel agressivo e expansionista de Israel no Oriente Médio. Ela pode argumentar, com legitimidade, que nenhum país está isento de agressões desse tipo. Basta que um pequeno grupo, irresponsável ou fanático, tenha acesso a meios ofensivos como os usados contra o reator iraquiano e poderemos ter o episódio repetido. Repetido e agravado uma vez que, amanhã, os bombardeios poderão ter como alvos reatores em funcionamento, com toda a sua carga letal.

O apelo do presidente do Iraque a que os países amantes da paz dotem os árabes de meios atômicos para contrabalançar a ameaça nuclear de Israel encontra, assim, nesse nova realidade, explicação e justificativa. Afinal são os próprios norte-americanos que dão o exemplo: a cada míssil soviético que crêem implantado no leste europeu, exigem instalar dois na Europa Ocidental.

Que garantias podem ter os árabes, senão do seu próprio poder, de que, amanhã, o sr. Begin ou outro dirigente sionista como ele, não vá mais longe na sua aventura? Begin se havia notabilizado na década de 40 como um precursor de métodos sofisticados de terrorismo. A destruição do hotel Rei David, em Jerusalém, com dezenas de mortos, seria sua obra-prima. Agora ele superou sua criação: se torna pioneiro de um tipo de terrorismo que pode levar ao holocausto de que tanto fala. O terrorismo nuclear, iniciado com o bombardeio de Tamuz.

Nunca os árabes estiveram mais fortalecidos nas suas razões, quando reclamam apoio internacional ao esforço de conter a agressão israelense. Mas que apoio devem esperar do mundo — apesar da dura condenação internacional aos métodos israelenses — se seus líderes e estadistas não encontrarem um campo de entendimento e de ação comum?

E eis aqui para os árabes o desafio que lhes deixa o ataque israelense: a unidade. Os esforços do

sr. Arafat, procurando aproximar governos e correntes desentendidos, parece que estão avançando. Há uma disposição para a unidade. Se isso se confirma, o panorama da luta no Oriente Médio se modificará. Contando com as suas próprias forças e amplas simpatias internacionais os árabes poderão não apenas deter o expansionismo israelense, mas abrir também caminho ao reconhecimento dos direitos palestinos e à segurança de uma nação árabe desenvolvida e pacífica. □

Egito: nova frente de oposição

□ O rigor com que o presidente egípcio Anwar Sadat tratou nos últimos meses a oposição está diretamente vinculado aos avanços para a unificação e a melhor organização dos adversários do regime, segundo a opinião dos observadores. A repressão refletiu-se em prisões e processos judiciais de numerosos políticos, sindicalistas e intelectuais, assim como no confisco de propriedades de dirigentes exilados.

As detenções golpearam figuras progressistas, mas, sobretudo, a membros do Grupo de Sindicalistas Nacionais Progressistas (NPUG) e do Partido Comunista, ambos ilegais, de acordo com a lei do regime do general Sadat. Porém, o objetivo principal da repressão parece ser a Nova Frente Democrática (NFD), criada recentemente com a finalidade de coordenar a resistência de todos os grupos que se opõem ao regime ditatorial implantado por Sadat.

Tanto o NPUG como o Partido Comunista apóiam o NFD e são muitos os membros do NPUG que se encontram na Frente, podendo-se já considerá-la como representativa da maioria da oposição. Os pontos básicos de identificação comum entre os adversários do governo são, segundo a NFD, a oposição à política econômica oficial, aos acordos de Campo David e às bases norte-americanas instaladas no Egito.



Sadat

Sobre as últimas intenções do governo existem dois tipos de interpretação. Alguns acreditam que a libertação progressiva dos detidos, que vem se realizando, tende a criar divisões entre as organizações de oposição e, especialmente, dentro do NPUG, onde coexistem forças políticas de ideologias diferentes. Outros, sem descartarem essa possibilidade, acreditam que essas detenções na verdade constituíram um preâmbulo para a proscrição da NFD. Seriam utilizados para isso os mesmos argumentos que foram usados para proibir o NPUG, ou seja, acusá-lo de ser uma Frente do Partido Comunista.

Outro elemento que revela o ascenso da organização da oposição é a recente realização do primeiro Congresso Geral do Partido Comunista Egípcio no interior do país, sem que os organismos estatais de inteligência o tivessem detectado. A posterior difusão da notícia e a consequente evidência da falha do sistema de segurança provocou surpresa e um evidente embaraço nos setores governamentais. Outro indicador da crescente tendência de unidade das forças de oposição, que causou particular inquietação entre os seguidores de Sadat, foi o ato realizado em meados de junho em repúdio aos acordos de Campo David. Nessa tribuna estiveram juntos pela primeira vez dirigentes da Fraternidade Islâmica — organização nitidamente direitista — e movimentos progressistas. Todos coincidiram na condenação a Israel e aos Estados Unidos, pedindo a retirada do embaixador israelense do Cairo e a anulação dos acordos.

A oposição foi bastante atingida durante estes anos pela repressão oficial e não parece ser ainda uma ameaça séria para a estabilidade do regime. Mas tudo indica que os progressos que a oposição está realizando ao ampliar as suas bases e ao consolidar sua organização estão sendo levados em conta pelo general Sadat.

Mohamed Salem

Mossad

operação 007, de Tóquio a Brasília

A denúncia israelense do “fornecimento brasileiro da matéria-prima para a bomba árabe”

Nos primeiros tempos da “absorção” (o retorno dos judeus da Diáspora à Terra Prometida), os israelenses se orgulhavam das suas lutas, da superação de problemas para a instalação do novo Estado e dos *kibuts*, onde alguns viam uma fórmula de convivência comunitária capaz de enfrentar o sistema capitalista, que chegava com os primeiros aviões e barcos de imigrantes. Para os jovens *sabras* — denominação dos que já haviam nascido no que é hoje o território de Israel — era comum a alusão a uma espécie de socialismo utópico, que evidentemente, não resistiu aos primeiros embates com a realidade.

Hoje, a situação mudou. Não apenas os ultras de direita, aglomerados no *Likud* e em meia dúzia de partidos e grupos menores ainda mais extremistas, se orgulham das aventuras militares, do massacre das populações civis árabes, do número de palestinos assassinados, mas, sobretudo, é muito comum o elogio ao internacionalmente reconhecido serviço secreto, o *Mossad*, mesmo nas áreas liberais.

A infabilidade do *Mossad* acaba, no entanto, de sofrer um duro revés com a história do urânio enriquecido que o Brasil teria fornecido ao Iraque para a fabricação de bombas atômicas.

O episódio tem ingredientes de história-ficção, sem faltar, sequer, os agentes com pastas de couro tipo 007 e os óculos escuros tão do gosto dos *sherlocks* que se dedicam a essas atividades.

A história começou “num *lobby* tranquilo de um dos grandes hotéis da orla marítima de Telavive”, quando o correspondente do “Jornal do Brasil” em Israel, Mário Chimanovitch, foi contactado por um mal disfarçado agente do *Mossad* que se dizia chamar Yossi. Em sua companhia estava outra personagem da mesma “família”, o doutor Yaacov. Yossi explicava sua intervenção por ser ele “ligado à pesquisa científica, e, assim, sua presença se fazia necessária devido aos aspectos técnicos da conversa”.

Esses “aspectos técnicos” eram nada mais nada menos que uma denúncia: “O Iraque está recebendo secretamente material estratégico do Brasil para o desenvolvimento do seu projeto nuclear para fins militares” (mais detalhes, “Jornal do Brasil”, 27/6/81). Enfim, a bomba.

O professor Yaacov foi preciso: “Em fevereiro, um avião comercial das Linhas Aéreas Iraquianas



recolheu no Brasil, secretamente, uma carga de dióxido de urânio, que seguiu disfarçada de armamento convencional”. O dióxido de urânio deve ser processado para se converter em plutônio, matéria-prima da bomba.

Numa segunda conversa com o correspondente Chimanovitch, já sem a presença do “assessor científico”, professor Yaacov, Yossi precisou que eram dois os aviões e não um só. Um deles, segundo versões posteriormente divulgadas, era um *Iliuchin*, de fabricação soviética, o que dava à trama, o condimento que faltava: a presença de uma aeronave de marca russa.

Yossi levou ao jornalista uma versão ainda mais fantástica da operação. Os aviões haviam sido interceptados na costa africana por caças *F-5*, que os obrigaram a aterrissar e desembarcar a sua carga. Frente ao espanto do correspondente, Yossi explicou o “enigma”: “Talvez o Kadafi seja o autor da coisa, já que é inimigo dos iraquianos e quer também construir sua própria bomba atômica para jogar contra Israel”.

Enfim, o que ele queria era um canal através do qual chegasse ao Brasil e ao mundo a sua denúncia do fornecimento brasileiro da matéria-prima para a bomba árabe.

Do Brasil ao Japão

O objetivo de Yossi foi alcançado, não apenas no Brasil, mas em outras partes do mundo, inclusive o Japão, onde a divulgação foi feita pela própria embaixada de Israel.

No Brasil, a notícia alcançou projeção inesperada. O jornal "O Estado de São Paulo" recolheu a denúncia e publicou algumas reportagens que se destinavam a comprovar a participação do Brasil na remessa de urânio ao Iraque. Em sua edição de 17 de junho, "O Estado" publicou em seis colunas: "Brasil produz e vende urânio ao Iraque".

A notícia trazia, também, o estilo James Bond. Começa assim: "Janeiro de 1981. Madrugada. Oito toneladas de urânio, nuclearmente puro, processadas em São Paulo pelo Instituto de Pesquisas Energéticas da Universidade de São Paulo, em forma de placas, são embarcadas pelo governo brasileiro para o Iraque, numa operação que deveria ter sido sigilosa e que ocupou, por mais de quatro horas (tempo recorde) alguns poucos funcionários do Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos."

Embora o jornal acentue não ser possível acusar o Brasil de estar "envolvido diretamente" no esforço iraquiano para produzir a bomba, deixava claro, escudando-se na opinião de "um doutor em física nuclear consultado pelo 'O Estado de São Paulo'" que "as placas (processadas pelo Ipen e revestidas por um estojo de alumínio para evitar a radiação de neutrons), podem ser irradiadas pelo reator Osiris que o Iraque estava construindo, obtendo-se depois de dois ou três meses, o plutônio". Segundo os cálculos do físico, "as oito toneladas embarcadas pelo Brasil poderiam permitir (com o aproveitamento 'razoável' de 0,2% de urânio 238) a produção de 16 quilos de plutônio — uma quantidade mais que suficiente para se produzir um artefato bélico".

A produção de urânio para o Iraque teria sido, segundo o "Estado", objeto de conversas de funcionários do Instituto. Um diretor chegou a manifestar, "em piada", sua inquietação pela filtração do segredo. "Isso vai vazar daqui. Afinal, tem muito judeu trabalhando na usina piloto e, mais cedo ou mais tarde, vão levar assuntos do trabalho para os seus rabinos."

Sobre os aviões, o "Estado" dá maiores informações: o aparelho soviético teria chegado ao Iraque sem a carga, depois de interceptado pelo F-5, mas o outro, o Boeing 727 teria feito uma escala na Alemanha Ocidental, antes de seguir para o Iraque. "Ambos os aviões, porém, depois de partirem de São José dos Campos, teriam pousado para reabastecimento no nordeste brasileiro".

Confirmação em Tóquio

A manobra do Mossad, foi, a princípio, confirmada pelo governo de Israel, pois sua embaixada em Tóquio publicou um documento em que "acusava o Brasil de estar ajudando o Iraque na suposta fabricação de uma bomba nuclear". Em Brasília, o embaixador de Israel, Shaul Ramati, embora mais cauteloso — e por motivos óbvios — não só não desmentiu as notícias, como as corroborou com alusões indiretas. Por exemplo, confirmou a aterrissagem e decolagem em São José dos Campos dos dois aviões pretensamente iraquianos. Quando lhe perguntaram se o governo brasileiro estava ajudando o Iraque no campo nuclear, limitou-se a responder: "Essa pergunta deve ser feita ao governo brasileiro".

Ramati fez algumas insinuações sintomáticas: "O governo brasileiro deve estar ciente do pouso e do carregamento, já que seria muito difícil o pouso de aviões estrangeiros sem o conhecimento de autoridades brasileiras". Acrescentou não saber o que os aviões haviam levado, mas lembrou "que existe cooperação nuclear entre Brasil e Iraque". Acrescentou o embaixador de Israel em declarações à imprensa: "Houve quatro casos de pousos de aviões iraquianos no Brasil em datas diferentes. Nessas ocasiões comentou-se que a carga de aviões seriam mísseis, o que não significa que urânio não tenha sido levado."

As reações do Itamarati

Era natural que essas acusações provocassem duras reações do governo brasileiro. No Itamarati, o conselheiro José Vicente Pimentel declarou: "O Brasil não realizou nenhuma exportação de urânio para o Iraque ou para qualquer outro país". O porta-voz do Itamarati, ministro Bernardo Pericás, foi ainda mais enérgico: "O fato de um serviço secreto de um país disseminar calúnias contra o Brasil é, em si, extremamente grave. Esse episódio pode ter reflexos negativos nas relações com o Brasil", declarou.

Durante um certo período as relações Brasília-Telavive estiveram tensas e o embaixador brasileiro em Israel, Vasco Mariz, foi "chamado para consultas", um eufemismo que os diplomatas usam para encobrir dificuldades maiores.

Tanto o sr. Ramati quanto o próprio sr. Begin se empenharam em banalizar o episódio e em acentuar que nenhum serviço israelense envolveu o Brasil em denúncias (o Mossad não foi citado expressamente), senão que acusaram o Iraque de estar tentando obter ajuda nuclear do Brasil, da Nigéria e de Portugal.

TERRORISMO NUCLEAR

Nos meios políticos e diplomáticos do Brasil, há algumas conclusões que os próprios fatos tornaram evidentes:

1) O *Mossad* preparou a "operação", divulgada simultaneamente no Japão, Europa e Brasil, acusando este último de estar ajudando a fabricar a bomba e insinuando que o governo brasileiro fazia isso pela sua dependência do petróleo árabe.

2) A reação do Ministério de Relações Exteriores do Brasil e a previsão de consequências mais sé-

rias nas relações com Israel fizeram o governo de Telavive recuar. Uma atitude sem maior importância, pois a notícia já havia sido internacionalmente espalhada e já produzira os seus efeitos contra o Brasil.

3) O embaixador de Israel está muito bem informado do que se passa no Brasil e, até em áreas de segurança militar, como São José dos Campos, sabe quantos e que aviões ali aterrissam e decolam. Foi baseado nesse conhecimento, que o embaixador pôde alimentar as informações a respeito do "embarque" do urânio. Para o embaixador do Iraque em Brasília, Faiq Maki Ahmed, tudo isso tinha um objetivo claro: desviar a atenção do fato principal, a agressão ao Iraque. Do mesmo modo, o que se procurava era criar dificuldades nas positivas relações Brasil-Iraque. □

Desinformação e arrogância

□ Uma reportagem publicada pela revista "Manchete", do Rio de Janeiro, (junho de 1981) que tem conhecida posição pró-sionista, deu algumas informações complementares sobre o ataque ao Iraque. Uma delas faz uma "descoberta" realmente estupefaciente com esforço evidente de desinformação. Em um Mundo Árabe traumatizado pelo ataque, o jornalista vê "alegria" pela agressão ao Iraque. Escreve: "Apesar dos protestos, a ação de Israel foi recebida com alegria nos países árabes." Inclui nesse rol os "iranianos que, sem sucesso, tentaram atacar o reator iraquiano no outono passado", naturalmente Sadat e, também, os "árabes sauditas, reis do petróleo, também felizes porque o Iraque perdeu sua opção nuclear". Um modelo de desinformação.

A revista, no entanto, faz duas observações dignas de nota. A primeira é que, "depois de Hussein (se refere ao presidente do Iraque Saddam Hussein), talvez chegue a vez de Kadafi".

"Só uma coisa é certa: Israel jamais permitirá que qualquer poder árabe hostil tenha a opção nuclear", declara a revista, cujo dono, sr. Adolfo Bloch, é muito bem informado nos temas israelenses, pois tem relações muito estreitas com Israel. E atribui a seguinte frase ao líder dos ultramilitaristas de Israel, o general Ariel Sharon: "Depois de lidar com o maluco do Saddam Hussein, vou lidar com o maluco da Líbia, se ele tentar obter armas nucleares, pois tem sempre estado à procura delas".

Em um comentário recente, (*Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 33 — março de 1981), refutávamos as críticas dos Estados Unidos aos programas nucleares dos países emergentes. Escrevemos o seguinte: "No caso específico do Iraque, Washington não pode admitir que um país árabe possa ter uma indústria nuclear e vem com o estribilho de sempre: a partir de reatores pacíficos, esses países poderão fabricar bombas. O argumento é uma impostura. Israel tem reatores e também já fabrica bombas atômicas. Mas isso não suscita críticas nem perturba a paz do governo norte-americano, responsável direto pelo projeto nuclear israelense."

E acrescentávamos: "O governo do presidente Saddam Hussein tem deixado claro que as instalações nucleares do Iraque não se vinculam a projetos belicistas. Mas também tem sido muito firme em reivindicar para o seu país o direito de desenvolver uma indústria atômica. Com essa posição, o governo do Iraque não apenas defende a autonomia das suas decisões, como amplia ao campo do Terceiro Mundo o pleno direito dos seus países de ingressar na tecnologia nuclear voltada para os seus projetos de desenvolvimento."

Quando a revista "Manchete", frequentemente um porta-voz de Telavive, publica que Israel jamais permitirá a opção nuclear aos Estados árabes hostis (pelo visto são todos) repete uma ameaça arrogante, incompatível com a autonomia das decisões dos países do Terceiro Mundo, cujos projetos nucleares — o do Iraque inclusive — passam todos pelo rigoroso crivo e as permanentes inspeções das Nações Unidas.

A guerra continua

Apesar das gestões mediadoras, a paz deverá esperar até que se instale em Teerã um governo com capacidade de negociar

O bombardeio israelita ao reator atômico iraquiano está obrigando os países árabes e islâmicos a redobram os esforços para uma solução negociada na guerra entre o Irã e o Iraque, considerada um fator de enfraquecimento da frente anti-sionista. Sem dúvida, os esforços combinados das três missões de mediação (a do Movimento dos Países Não-Alinhados, presidida pelo chanceler cubano Isidoro Malmierca; a da Conferência Islâmica, encabeçada pelo líder palestino Yasser Arafat; e a do enviado das Nações Unidas, o ex-primeiro-ministro sueco, Olof Palme) não conseguiram nenhum avanço significativo até o momento. E o derramamento de sangue continua.

As diferentes estratégias entre as partes envolvidas no conflito é um dos motivos dos obstáculos à solução negociada. O Irã começou as hostilidades de forma não convencional. Infiltrou agentes no Iraque para organizar uma revolução islâmica que derrubaria o regime leigo do Partido Baas Árabe Socialista, incitando as massas muçulmanas à rebelião e realizando atentados contra governantes e líderes partidários. Somou-se à ação dos agentes infiltrados, uma ampla campanha de propaganda e várias violações do espaço aéreo, terrestre e marítimo do Iraque por forças militares iranianas. A estas provocações, o Iraque respondeu com uma guerra do tipo convencional. Seus blindados cruzaram o canal fronteiriço de Chatt-el-Arab, ocuparam a cidade de Muhammara e os povoados de Ahwaz, Khafajiyah e Dezful, além de sitiarem o centro petrolífero de Abadan.

Foi em Abadan que o avanço das tropas iraquianas se deteve. Esse fato não aconteceu propriamente por causa da resistência iraniana. Tem suas origens, em grande parte, numa decisão política do Iraque de iniciar negociações imediatas, sem transmitir a impressão de que alimentava aspirações expansionistas sobre o Irã. A partir de então, o Iraque se dedicou a fortalecer suas posições, tomando precauções contra os ataques iranianos. Foi o que permitiu a tão comentada ofensiva de janeiro, dirigida pessoalmente pelo presidente Bani Sadr.

Diante das propostas de uma paz negociada, o Iraque tem manifestado sua disposição de declarar um cessar-fogo e de retirar suas tropas das áreas ocupadas. Em contrapartida, o Irã teria de reconhecer a soberania iraquiana sobre Chatt-el-Arab (a



Saddam Hussein

única saída iraquiana para o mar), de se comprometer em não intervir em seus assuntos internos e devolver aos Emirados Árabes Unidos as três pequenas ilhas do estreito de Ormuz, ocupadas pela força em 1971, na época do xá.

O Irã tem respondido sistematicamente que não aceitará nenhum acordo antes da retirada total do Iraque. Neste ponto é que as negociações não evoluem. Como superar o impasse? "A resposta está inteiramente nas mãos do governo iraniano", respondeu a **cadernos do terceiro mundo** o ministro iraquiano para Assuntos Religiosos, Noory Alshaher. E continua: "Não haverá entendimentos até que o Irã reconheça os justos direitos iraquianos. Nossas propostas de cessar-fogo continuam de pé, mas o Irã acaba de se negar a aceitar inclusive uma trégua durante o mês de Ramadan (período de jejum islâmico correspondente à Quaresma na religião cristã). Assim, ou chegaremos a uma solução negociada ou continuaremos até a derrota total do Irã."

Militarmente, as forças iraquianas estariam em condições de aproveitar os problemas internos do Irã para ocupar Abadan e continuar avançando em direção a Teerã. Essa posição poderia ser contraproducente: transformaria as tropas iraquianas em força de ocupação num território que mais cedo ou mais tarde teria que ser evacuado. Além disso, tornaria ainda mais dura a intransigência do Irã.

O governo de Bagdá parece esperar que a evolução dos acontecimentos no Irã acabe conduzindo a um governo com estabilidade suficiente para negociar a paz. Enquanto isso, pressiona com ameaças

TERRORISMO NUCLEAR

de endurecer ainda mais suas próprias reivindicações, de modo que o adiamento das negociações tenha cada vez maior custo para os iranianos.

Com efeito, se Chatt-el-Arab não tem importância vital para o Irã, que tem três mil quilômetros de costas sobre o Golfo e o Oceano Índico, o estímulo iraquiano às minorias étnicas em choque com o governo de Teerã (particularmente os árabes e os

curdos) poderia pôr em xeque a própria integridade territorial do antigo império. O desmembramento do Irã já é uma possibilidade admitida em círculos diplomáticos internacionais. "A divisão do Irã, seja devido à guerra ou à política interna do atual regime, não nos preocupa", declarou ao jornal *Al Zaura* o ministro de Relações Exteriores do Iraque, Saadun Hammadi. "É uma hipótese — acrescentou — que não poderá ser excluída, caso a situação no Irã continue a se deteriorar. De qualquer maneira, isso dependerá da atitude das grandes potências, que não se preocupam com o Irã, mas com os seus interesses neste país, que tanto podem ser compatíveis com a unidade quanto com a divisão." □

IRÃ

Do integrismo à desintegração

A terceira revolução iraniana rompeu a unidade
que permitiu a insurreição contra o xá.
A instabilidade política ameaça a própria sobrevivência do país

Mohamed Salem

O triunfo da terceira revolução iraniana foi euforicamente anunciado pelo aiatolá Behesti, líder do Partido Revolucionário Islâmico (PRI), quando, no dia 22 de junho, se consumou a destituição do presidente Abolhassan Bani Sadr. Menos de uma semana depois, uma bomba de alto poder matou, na sede do PRI, o aiatolá Behesti e mais outras 71 pessoas, entre elas a maioria dos dirigentes da terceira revolução triunfante, quatro ministros e 18 deputados.

Os efeitos destrutivos do atentado — um dos maiores registrados na história do mundo, tanto pelo número de vítimas como pelas personalidades atingidas — parece ter sido proporcional ao impacto da terceira revolução sobre o Irã. A frágil estrutura social e política do país foi atingida profundamente, pondo em perigo não só as conquistas da primeira revolução, que derrubou o principal bastião dos Estados Unidos no Terceiro Mundo, como também ameaça a própria sobrevivência do Estado iraniano.

O aiatolá Khomeini, que repentinamente ficou sozinho na direção do país, enfrenta simultaneamente inúmeros problemas: a oposição violenta de seus antigos partidários, uma guerra convencional com o Iraque, a insurreição das minorias étnicas,



Fuzilamento no Irã

a ameaça de intervenção das Forças Armadas na vida política e o isolamento internacional do Irã agravado pela decepção dos seus aliados internacionais pelas recentes crises do processo político por ele — Khomeini — liderado.

A segunda revolução

Os analistas são unânimes em afirmar que a revolução que destronou o xá Reza Pahlevi foi con-

sequência da combinação de três grandes forças: os partidos de esquerda, que contribuíram com sua experiência de organização sob duras condições de repressão; o clero islâmico, que legitimou a rebeldia contra um regime que violava os preceitos do Corão para impor um modelo de desenvolvimento das transnacionais; e o *bazar* (a classe média mercantil), afetada pelo capital estrangeiro, que financiou as prolongadas greves gerais.

Mahdi Bazargan, líder da Frente Nacional (na oposição desde que a CIA derrubou o governo nacionalista de Mossadegh, em 1953) e homem de confiança do *bazar* foi eleito por Khomeini para organizar o primeiro governo revolucionário, que fechou as bases norte-americanas, nacionalizou o petróleo e iniciou a depuração do aparelho estatal.

A libertação dos presos políticos sobreviventes das masmorras imperiais e os julgamentos sumários dos torturadores reativaram a ira popular contra os Estados Unidos, país que havia apoiado o xá e naquele momento o brindava com o asilo político. Porém esta indignação foi convertida pelo clero integrista numa verdadeira guerra santa contra qualquer influência estrangeira. Os chamados estudantes leais ao imã Khomeini, que ocuparam em novembro a embaixada norte-americana (e tentaram ocupar a soviética), foram os mesmos que nos últimos meses expulsaram das universidades, à força, os militantes de esquerda. No calor da crise dos reféns, triunfou a segunda revolução, com a renúncia de Bazargan, a proclamação da República Islâmica e a eleição de Bani Sadr como presidente.

Homem de confiança do aiatolá Khomeini — com quem colaborou nos últimos meses de exílio — e economista formado na Europa, Bani Sadr parecia a personalidade mais indicada para forjar uma “social-democracia islâmica”, conciliando o necessário respeito à tradição cultural islâmica com a exigência de um Estado moderno, sem romper com a Frente Nacional, nem com a esquerda.

Como na época do xá

No entanto, o aiatolá Behesti, fragorosamente derrotado nas eleições, contava com poder real muito maior que o do presidente, controlando os Guardas Revolucionários paramilitares e os serviços de inteligência. Behesti presidia a Corte Suprema.

Resultado: o acesso aos documentos encontrados na embaixada norte-americana permitiu a Behesti desprestigiar os políticos que criaram obstáculos à ascensão do seu partido, o PRI, que em março de 1980 ganhou ampla maioria parlamentar. Neste contexto, o confronto entre o presidente Bani Sadr e o primeiro-ministro Ali Rajai, leal a

Behesti, foi apenas abafado pela guerra entre o Irã e o Iraque.

Enquanto o primeiro-ministro governava, Bani Sadr dirigia os combates. Há acusações de que ele planejava criar uma base política no exército. Vez por outra, o presidente, em entrevista a correspondentes estrangeiros, difundia para o exterior suas críticas contra o governo. Estava em desacordo com a forma com que foi negociada a crise dos reféns, prolongada artificialmente, na sua opinião. Criticava também a intervenção do clero e da Guarda Revolucionária na condução da guerra e discordava da negação dos direitos das minorias étnicas (que em seu conjunto formam a metade da população). Bani Sadr se opunha, particularmente, à política econômica, que havia reduzido o Produto Nacional Bruto em nove por cento em 1978, 13% em 1979 e 10% em 1980.

O ex-presidente defendia ainda uma reforma profunda na estrutura agrária do país — medida teozamente rejeitada pelo clero tradicionalista — e criticava duramente o orçamento aprovado para 1981-82, que, no seu entender, “manterá o Irã num círculo vicioso de miséria e dependência dos países ocidentais, como sucedia na época do xá”. Isto porque o orçamento não prevê diversificação da produção, mas depende do petróleo para 80% da receita oriunda das exportações.

Sem um partido político próprio, Bani Sadr insistia em sua obediência a Khomeini, como forma de respaldar sua ação. Porém, o velho líder acabou optando pelo PRI e, gradualmente, foi afastando Bani Sadr. Primeiro, o excluiu da condução dos assuntos econômicos; depois, o afastou do comando das Forças Armadas. Quando o parlamento votou contra sua permanência no governo, Bani Sadr já havia passado à clandestinidade.

A terceira revolução consagrou o predomínio absoluto do clero e destruiu rapidamente, com uma centena de fuzilamentos em cinco dias, a oposição passiva da Frente Nacional, que se retirou do parlamento. Sufocou também as tentativas de resistência armadas de *mujahidines* e *fedayines*, organizações guerrilheiras islâmicas e marxistas criadas na época do xá.

O povo fez Khomeini

A proscrição de toda oposição legal ocorreu antes da destituição de Bani Sadr. Foi quando se deu o fechamento dos jornais do presidente, da Frente Nacional e do Partido Comunista. Nestas condições, tudo indica que as eleições presidenciais convocadas para agosto confirmarão — se chegarem a se realizar — o controle do clero integrista sobre o aparelho estatal.

A luta pelo poder, iniciada no mesmo dia em que o xá saiu do Irã, impediu a elaboração de uma política interna e externa coerente, com a definição de programas para a reconstrução do país, para atender as reivindicações das maiorias populares e as minorias étnicas e prejudicou também a concretização de um acordo de paz com o Iraque. Agora se instala em Teerã um governo de um só partido, mas que carece de um programa claro que aborde todos os problemas que atualmente atingem o país.

"Não foi Khomeini que fez a revolução iraniana, mas o povo quem fez Khomeini", comentou o

especialista francês Paul Vieille, após a derrubada do xá. Na difícil conjuntura que o Irã atravessa atualmente, esta reflexão adquire particular relevância. Os dirigentes iranianos enfrentam o desafio de traçar uma política capaz de atender os anseios populares e ao mesmo tempo de repelir as investidas norte-americanas no sentido de recuperar sua antiga posição no país. Caso contrário, o Irã continuará ameaçado pela perigosa instabilidade que atualmente se configura no país, ameaçando abrir caminho para um golpe militar, a intervenção estrangeira e, inclusive, o desmembramento da nação iraniana.

As heresias de Khomeini

□ A publicação de uma edição do Corão ilustrada com uma fotografia do aiatolá Khomeini provocou revolta no mundo islâmico. Qualquer ilustração no livro sagrado é considerada como violação da doutrina muçulmana.

Tal atitude tem explicações históricas. Para impedir a idolatria predominante na sua época, Maomé proibiu pinturas e esculturas — representando pessoas ou animais — nos locais de culto. Assim, em 15 séculos as edições do Corão sempre foram feitas sem qualquer ilustração, norma que contribuiu para a arte islâmica, através do aperfeiçoamento da caligrafia e dos arabescos, usados como decoração das obras.

Quase simultaneamente à edição ilustrada do Corão, Khomeini anunciou (junho) a construção de um mausoléu dedicado ao Imã Ali, na cidade de Qom, onde vive o dirigente iraniano. Ali, segundo a tradição, estaria sepultado em Najaf, cidade iraquiana onde Khomeini viveu durante 14 dos seus 15 anos de exílio. Como foi subitamente "descoberta" a transladação dos restos do Imã para Qom, no ano de 763 da era cristã, tal fato foi interpreta-



Khomeini no Corão: "Não foi ele que fez a revolução iraniana, mas o povo quem o fez"

do nos países islâmicos como uma forma de ganhar uma pequena batalha propagandística contra o Iraque. Esse tipo de excesso repercute negativamente sobre a imagem iraniana no resto do mundo muçulmano, receoso dessas tentativas de envolver a figura de Khomeini com uma aura de santidade.

O integrismo religioso predominante no Irã, sem dúvida, não é um fenômeno do islamismo e do Terceiro Mundo. Numa série de artigos, o historiador norte-americano Sidney Ahlstrom concluiu, recentemente, que os grupos fundamentalistas cristãos que vêm ganhando influência nos Estados Unidos colocam a lei divina acima da própria Constituição. "O objetivo final dos grupos religiosos direitistas, como o denominado 'Maioria Moral', escreve o *New York Times*, é estabelecer uma teocracia nos Estados Unidos."

Aparentemente anedóticos, estes aspectos têm adquirido relevância no atual conflito entre o Irã e o Iraque, já que este último é um dos poucos Estados leigos do Oriente Médio (recorde-se que Israel é também um Estado religioso). A diferenciação entre assuntos públicos e assuntos religiosos é claramente estabelecida pelo presidente iraquiano Saddam Hussein numa publicação, reunindo seus discursos, editada em junho, em Bagdá: "Ainda que leigo, o governo da República do Iraque adota uma atitude benevolente com relação à religião, que é um elemento básico da cultura e identidade dos árabes. Porém, não esquece o caráter relativo da fé, que é um assunto privado de cada um. Para que nos mantenhamos fiéis à religião, devemos conservá-la à margem da política."

Esta separação entre religião e política, que permite a presença de numerosos cristãos e judeus em altos postos governamentais, é uma das razões alegadas pelo governo iraniano para justificar suas tentativas de exportar a "revolução islâmica" para Bagdá, deflagrando a intervenção em seus assuntos internos, o que resultou, entre outras coisas, na atual guerra do Golfo.

Príncipes do Golfo, uní-vos

A integração econômica dos
países mais ricos do Terceiro Mundo

Abdulrahman Yussif

Os seis principados do Golfo Árabe, unidos pela geografia, por laços étnicos e culturais, assim como pelos seus sistemas políticos, decidiram durante sua última reunião de cúpula — realizada em Abu Dhabi, no final de maio — criar um Conselho de Cooperação (CCG).

As monarquias da Arábia Saudita, Kuwait, Qatar, Bahrein, Omã e os Emirados Árabes Unidos criaram um organismo de integração regional. O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) coordenará o funcionamento das diversas instituições regionais, já existentes em várias esferas.

A resolução de reunir-se duas vezes ao ano a nível de chefes de Estado e a cada três meses a nível de ministros de Relações Exteriores, demonstra o grande interesse dos signatários em avançar rumo à integração e à harmonia de suas políticas. A sede do CCG é Riad, a capital saudita; a sua Secretaria-Geral foi confiada a Yaacub Bichara, um experiente diplomata do Kuwait.

Apesar das múltiplas afinidades dos países-membros, assim como dos interesses comuns daqueles principados, onde são registradas as maiores rendas per cápita do mundo, houve durante as sessões diversidade de en-

foques, particularmente em relação ao tema que dominou o encontro: a segurança militar no Golfo.

Adiar o inevitável

Essa questão traduz uma preocupação comum: como estes regimes monárquicos podem defender-se mutuamente para protelar a chegada do dia em que a insurreição popular os destronará? Como utilizar o poderio bélico ocidental neste sentido? O Kuwait, que tem executado uma política externa de equilíbrio,

expressa nas boas relações com Moscou e Aden (capital da República Popular do Iêmen, ou Iêmen do Sul), apresentou um projeto que propunha que a organização fosse centralizada na cooperação econômica e num conselho de caráter flexível com amplas prerrogativas.

O sultanato de Omã foi o que se colocou de forma mais dependente dos exércitos das potências capitalistas. Defendeu a implantação de uma força militar composta pelos seis países e apoiada logisticamente nas forças armadas dos Estados Unidos



Conferência de Abu Dhabi: a segurança militar do Golfo em primeiro plano

e Grã-Bretanha, que ficaria sediada no Estreito de Ormuz.

A Arábia Saudita — cujos príncipes temem pelo seu futuro desde a derrubada do Xá do Irã e da rebelião em Meca — enfatizou as questões de segurança que deveriam ser tratadas no CCG.

Na maior parte, os debates dedicados à segurança consistiram na procura das fórmulas

mais adequadas para obter o reforço da proteção militar ocidental em troca da preservação dos interesses econômicos das transnacionais que têm penetrado profundamente no Golfo.

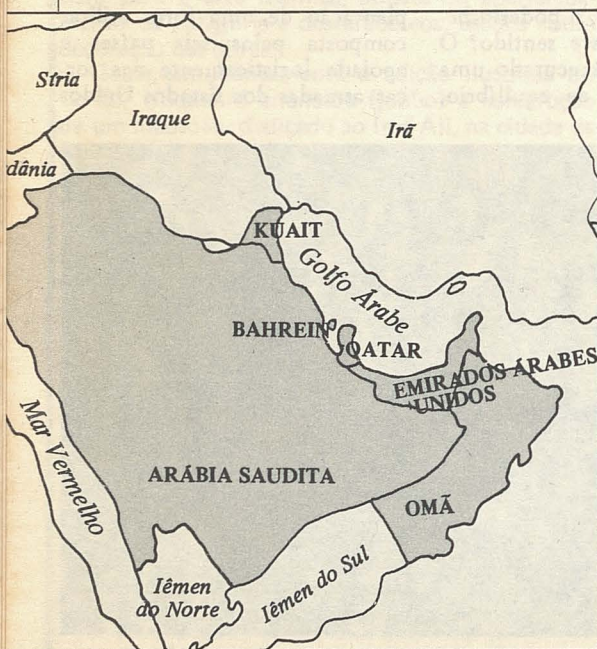
A resolução final, com uma grande participação do Kuwait, coloca os assuntos de segurança entre as atribuições do CCG, isto é, não foi estabelecido um organismo *ad hoc*. O CCG é, portan-

to, um importante elo coordenador regional e poderá ir assumindo novas funções e tarefas, a partir da vontade política integracionista que lhe deu origem.

Na esfera econômica, criou-se a Comissão do Petróleo, que representa 60% da produção da Opep. Indubitavelmente, o poder financeiro destes países tornará o CCG um dos interlocutores mais procurados do mundo.

Armas e dólares

A expressão em números do poderio militar e econômico dos países-membros do CCG é uma tarefa difícil, já que os dados sobre o potencial bélico são obviamente secretos e as avaliações econômicas são inexatas. Oferecemos a seguir as últimas estatísticas disponíveis.*



Arábia Saudita: 94 bilhões de dólares de PNB em 1979. O país tem um exército relativamente pouco numeroso — 50 mil homens — porém dotado de um arsenal poderoso e sofisticado. Em grande parte, este arsenal foi provido pelos Estados Unidos: tanques *M-60*, mísseis antiaéreos guiados por radares *Hawk*, mísseis *Harpoon* e 75 caças *F-15* que voam a uma velocidade duas vezes e meia maior que a do som. O orçamento militar em 1980 foi de 18 bilhões de dólares.

Kuait: 12 bilhões de dólares de PNB em 1978. Seu exército tem 11 mil homens e conta com *Mirages F-1* e tanques *Chieftain* ingleses. O orçamento militar em 1979 foi de 336 milhões de dólares.

Emirados Árabes Unidos: 11 bilhões de dólares de PNB em 1977. Seu exército tem tanques *Chieftain* e caças *Mirage* dos últimos modelos. O orçamento militar dos Emirados e da ilha de Bahrein foi em 1979 de 703 milhões de dólares.

Omã: 2,5 bilhões de dólares de PNB em 1977. Suas Forças Armadas estão sendo instruídas por 700 oficiais ingleses. Predomina o armamento britânico: tanques *Saladin* e caças bombardeiros *Jaguar*.

Qatar: um bilhão de dólares de PNB em 1977. Seu exército dispõe de 2.200 soldados, mísseis *Hawk* e caças *Mirage*.

Bahrein: 1,7 bilhão de dólares de PNB em 1977. Suas Forças Armadas têm 2.300 homens, na Marinha (1979). Não há exército nem força aérea.

* Em relação aos dados do Produto Nacional Bruto (PNB), deve ser lembrado que a inflação nos Estados Unidos e os aumentos dos preços do petróleo em 1979 e 1980 fizeram com que, em mais de um caso, as cifras tenham se duplicado.

Um bloqueio ao racismo

Os esforços internacionais para boicotar o regime sul-africano

Esteban Valenti

O processo de isolamento político, comercial e financeiro do regime de Pretória encontra-se numa fase fundamental que poderá se aprofundar ainda mais através de uma grande ofensiva em defesa da descolonização da Namíbia e contra a política do *apartheid*. Na Conferência convocada pelas Nações Unidas e realizada em fins de maio na sede da Unesco, em Paris, mais de 100 delegações do Terceiro Mundo e dos países socialistas resolveram organizar uma Assembléia-Geral Extraordinária da ONU para ampliar o bloqueio contra o regime sul-africano.

As Nações Unidas decretaram, em 1977, embargo comercial à África do Sul no campo do petróleo, do armamento e da tecnologia militar, além do isolamento comercial e diplomático de Pretória, como medida de pressão para que cesse a ocupação ilegal da Namíbia. A defecção dos governos do chamado "Grupo de Contato", isto é, os países ocidentais que elaboraram um plano próprio para a independência da Namíbia (Estados Unidos, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, França e Canadá) faz prever um duro debate.

Vale recordar que na Assembléia-Geral não funciona o mecanismo de veto e, portanto, uma resolução a favor das sanções contará com os votos suficientes para a sua aprovação. Os gover-



nos africanos não só denunciaram reiteradamente, com documentos, as violações do embargo comercial por parte das principais potências ocidentais, como também sofreram duramente as consequências.

Os caças-bombardeiros *Mirage*, os helicópteros *Puma* e os blindados *Panhard* de fabricação francesa, os aviões antiquerrilha *Impala*, italianos, a tecnologia eletrônica alemã, os blindados ingleses e a ajuda financeira dos

grandes bancos suíços e norte-americanos, são armas potentes que os sul-africanos vêm utilizando durante todos esses anos para invadir, bombardear e chantagear as populações de Angola, Moçambique e Zâmbia.

Dinheiro para armas

Apesar de suas imensas riquezas naturais e das altíssimas cotações do ouro no mercado internacional, a África do Sul necessita de tecnologia militar e um fluxo incessante de divisas. A economia sul-africana alcançou uma expansão de oito por cento em 1980, o que representa, sem dúvida, um alto índice. Porém, Pretória tem um elevado endividamento externo e requer para seus investimentos mais capitais ainda.

Entre 1972 e 1975, o regime sul-africano iniciou um processo de rearmamento geral e de desenvolvimento de tecnologias sofisticadas que significaram um endividamento de 12 bilhões de dólares. Por causa das condições desses empréstimos, a África do Sul alcançou este ano a sua máxima tensão creditícia.

A voracidade sul-africana em matéria financeira aumentou notoriamente a partir da construção das novas instalações da empresa petrolífera estatal Sasol para a transformação do carbono em combustível líquido, utilizando tecnologia alemã, cuja origem data da Segunda Guerra Mundial. O tendão de Aquiles da África do Sul, apesar de seus imensos recursos minerais e carboníferos, é sua total dependência energética, por carecer de petróleo.

Diferentes soluções foram tentadas e foram criados grandes depósitos de petróleo nas minas abandonadas. Mas os *experts* internacionais estimam que, caso fosse aplicado efetivamente o embargo petrolífero, as reservas sul-



A trágica imagem de um ataque sul-africano a um campo de refugiados namibianos em Angola

africanas se esgotariam em seis meses. É por isso que a África do Sul pretende obter, em 1986, nível de produção equivalente a 25% de suas necessidades petrolíferas. Mas isto requer investimento de quatro bilhões de dólares (que serão absorvidos pelas companhias germano-ocidentais que participam do programa) e cerca de 1,5 bilhão de dólares para desenvolver as minas e as jazidas carboníferas destinadas a essa produção.

A energia nuclear é outro setor onde são enormes as necessidades financeiras da África do Sul e, portanto, onde são particularmente importantes as sanções decretadas pelas Nações Unidas. Nos últimos cinco anos a África do Sul recebeu uma verdadeira torrente de armas e montou seus próprios projetos de produção de aviões, blindados, armas pessoais, etc. Mas para

manter a supremacia militar na região e o férreo controle interno, o governo necessita de novas e volumosas inversões.

A combinação entre as altas finanças e o tráfico de armas em grande escala é a chave para entender o problema das sanções à África do Sul. O fluxo de financiamento a Pretória se dá, na

sua maior parte, através de inversões indiretas como por exemplo, empréstimos comerciais ou créditos a organismos e programas do governo sul-africano. Também os grandes bancos norte-americanos, em primeiro lugar o *Chemical Bank*, vêm participando desta operação. Paradoxalmente, este banco tem escritórios no Palácio das Nações Unidas em Nova Iorque, onde capta fundos da ONU, utilizando-os para violar as resoluções daquele organismo internacional.

A conexão suíça

Os bancos suíços têm duplo interesse nestas operações financeiras. Por um lado, atuam como cobertura bancária da indústria alemã, um dos principais interlocutores comerciais da África do Sul. Além disso, as exportações de ouro são feitas através de Zurique, competindo com o tradicional mercado de ouro de Londres, rendendo aos bancos suíços enormes lucros.

Sobre este tema — menos visado do que o comércio de armas ou de petróleo para Pretória, mas da maior importância estratégica — foi realizada uma conferência internacional em Genebra, em março de 1981.

Uma verdadeira campanha internacional de boicote seria, afirmam os *experts*, desastrosa para a África do Sul. Durante as revoltas populares de Soweto, o regime racista enfrentou grandes dificuldades para obter novos créditos no mercado financeiro internacional. Para amenizar o isolamento, o governo sul-africano apresentou projetos sociais, construções de habitações e obras de infra-estrutura civil para obter empréstimos externos. Mas as divisas obtidas mediante este mecanismo servem, em definitivo, para equilibrar o conjunto da Balança Comercial e do Balanço de Pagamentos.

Preocupados com a perspectiva de uma nova onda de dificuldades, os bancos e instituições sul-africanas estão desenvolvendo atualmente uma vasta ofensiva para conseguir grandes empréstimos e ajuda internacional. Pretória sabe que uma aplicação ainda que parcial de sanções por parte de certos países ocidentais e seus bancos, produziria o que se chama na linguagem técnica de “efeito dominó”. Isto é, uma reação em cadeia de perda de interesse por parte dos grandes bancos na abertura de novos créditos para o país.

A outra fonte de receita externa da África do Sul são as exportações de ouro, produto do qual o país é o primeiro exportador mundial. Este metal alcançou meses atrás preços recordes no mercado mundial; lucros extraordinários foram obtidos na venda de ouro em moedas. Os *Kruger* (moeda de ouro sul-africana), adquiridos por pequenos e médios investidores através do sistema bancário suíço e internacional vêm representando para o país lucros entre 15 e 20% acima do valor real destas moedas.

Aí está a grande importância de uma campanha pelo boicote que englobe todos os tipos de organizações sociais e religiosas, instituições humanitárias e forças políticas contrárias ao racismo.

Sua ação poderia influir sobre centenas de milhares de investidores de todo o mundo que sustentam ainda que sem sabê-lo, o regime de *apartheid* e a arrogante ocupação da Namíbia. Isto não repercutirá somente no plano moral, mas também no comercial. Qualquer sinal de risco e instabilidade contribuiria para uma corrida de vendas e redução da demanda, que afetaria a economia de Pretória.

Vergonha para a humanidade

As sanções também podem ser vistas através de uma outra ótica. A administração Reagan tem apoiado as ameaças contra Angola e os movimentos de libertação (Swapo, ANC), ficando a favor dos contra-revolucionários da Unita, com um plano “realista” de independência da Namíbia. Washington argumentou que sua não-participação na Conferência de Paris foi para “não exasperar as posições e para não impedir a solução do problema”.

O certo, no entanto, é que poucos dias antes o presidente

Reagan e seu secretário de Estado Alexander Haig receberam o ministro das Relações Exteriores da África do Sul, “Pik” Botha. O realismo de Reagan passa essencialmente pelo apoio a Pretória e tem como ingrediente central a intenção de isolar os governos progressistas. Esta política contraria terminantemente as sanções e, inclusive, cria contradições entre os interesses comerciais das empresas norte-americanas que operam na África e a política de Reagan.

A oposição dentro dos Estados Unidos a toda aliança com o racismo não é pequena. Basta recordar a recente derrota do governo na Comissão Senatorial onde se propôs o levantamento do veto à ajuda aos contra-revolucionários da Unita. São dezenas as organizações norte-americanas que estão se batendo contra o regime de *apartheid*.

Por último, o racha da Frente dos Países do “Grupo de Contato”, evidenciado pela participação da França na Conferência de Paris, é de grande importância.

A França forneceu 380 milhões de dólares em armas entre 1974 e 1978 à África do Sul, sendo o principal exportador de material bélico para este país. Os representantes da indústria bélica francesa pressionaram duramente o novo Presidente socialista da França. A África Austral é, sem dúvida, um dos principais pontos em que a política exterior francesa deve mudar para transformar a sua atual imagem de potência neo-colonial.

As novas batalhas políticas e diplomáticas, particularmente na Assembleia-Geral da ONU, serão difíceis. As sanções à África do Sul constituirão um ponto de referência para toda a ação pela autêntica independência da Namíbia e para derrotar esse sistema chamado *apartheid* que envergonha a consciência da humanidade. □

“O mal exemplo” da revolução

O povo se organiza e colhe os frutos do trabalho comunitário nos setores da saúde, habitação e educação dois anos após a vitória

*Bart Wolf, Gogliermo Riva,
Hector Vega e Alberto Brusa*



Depois de Somoza e sua “estirpe sangrenta”, o maior inimigo dos nicaraguenses era a diarreia aguda, principal responsável por uma taxa de mortalidade infantil de 12% em 1979, uma das mais altas da América Latina. Para combatê-la foram criadas as Unidades de Reidratação Oral (URO), em setembro de 1979. Elas fornecem aos bebês com diarreia uma solução milagrosa que compensa a perda de líquidos e evita a morte por desidratação. Sua fórmula: água, açúcar e sal.

Para a instalação de uma URO só se necessita de um local na comunidade, da participação de trabalhadores voluntários (muitas vezes mães) e da assistência técnica de um auxiliar de enfermagem. Mais de 60 mil crianças já foram atendidas. A desidratação diarreica caiu do primeiro para o quarto lugar como causa de mortalidade infantil. A internação de crianças em hospitais por este motivo foi reduzida substancialmente, aumentando assim a capacidade de atenção pediátrica a outras enfermidades. As mães foram mobilizadas e as URO permitiram generalizar um assessoramento básico na preven-

ção e tratamento de doenças infantis.

Parece muito simples. E o é. Mas, para começar, fazia falta uma revolução. Se a participação ativa de toda a população e a combinação adequada de todas as formas de luta foram a chave do triunfo da revolução sandinista há dois anos, por que não haveria de ser também essa a fórmula adequada para empreender a reconstrução do país? Com esta filosofia, a Junta de Governo de Reconstrução Nacional começou a trabalhar desde o primeiro dia em que entrou vitoriosa em Manágua, a 19 de julho de 1979. Ao entrarmos no terceiro ano de revolução, o balanço indica que esse caminho não estava errado.

Ao terminar a guerra de libertação havia na Nicarágua cerca de 100 mil feridos e mais de 40 mil órfãos. Os cofres do Banco Central tinham apenas 4 milhões de dólares e uma dívida externa de 1,6 bilhão, um em cada quatro nicaraguenses estava desempregado, a atividade econômica havia retrocedido a níveis comparáveis a quase duas décadas passadas e os danos materiais do conflito armado eram estimados em aproximadamente 500 milhões de dólares.

Durante o resto do ano e no decorrer de 1980 deu-se prioridade à reativação da economia. O Produto Interno Bruto cresceu em mais de 20% com uma inflação de 27%, foram criados 112 mil novos empregos e foi reiniciado o ciclo agrícola que a guerra havia interrompido. O programa que está sendo desenvolvido em 1981 prevê um crescimento econômico de 18,5% para concluir a reativação e dar condições de se entrar em novas etapas de desenvolvimento. No entanto, o corte dos créditos estatais norteamericanos, a queda do preço do café no mercado internacional (o produto tem um peso importan-

te na sua pauta de exportações) e a alta do preço do petróleo (uma de suas principais importações), a necessidade de pagar 190 milhões de dólares de serviço da dívida externa e as dificuldades que atravessa no momento o Mercado Comum Centro-Americano, em consequência da crise salvadorenha, exigem um esforço ainda maior do que o dos anos anteriores.

Diante de situações semelhantes, a resposta em qualquer parte do mundo é "apertar os cintos e trabalhar mais". E a Nicarágua não é uma exceção. Em 1981 a produtividade deverá crescer em uns nove por cento, enquanto o consumo supérfluo será reduzido na mesma proporção. Mas a diferença está na mobilização do povo para satisfazer suas próprias necessidades, o que tornará possível um aumento do consumo básico de 12% nesse mesmo ano e um nível jamais conseguido antes em matéria de saúde, habitação e educação.

Acabou a caridade

Para o regime somozista, os serviços sanitários eram um assunto de "caridade", a cargo de instituições religiosas ou de boas senhoras burguesas que organizavam atendimentos para os "indigentes". O instituto de seguro social só foi fundado em 1957 e, em 1979, atendia apenas a 16% da população ativa. A medicina privada, para quem pudessem pagá-la, concentrava-se em Manágua. Os camponeses jamais receberam atenção sanitária do Estado. A expectativa de vida em 1979 era de 53 anos, uma das mais baixas do hemisfério ocidental.

Uma das primeiras medidas da revolução foi a criação do Sistema Nacional Único de Saúde (SNUS), que estendeu a toda a população os benefícios que antes dava o seguro social. Só em 1980 o SNUS realizou gratuita-

mente o dobro de consultas médicas dadas em 1977 (último ano "normal" do somozismo, antes de estourar a insurreição), o número de internações em hospitais aumentou em 28% e o de intervenções cirúrgicas em 72%. Esta expansão foi registrada em todas as zonas mais distantes da capital, onde foram instalados novos hospitais e centros de saúde.

Em 1981, o orçamento para a saúde eleva-se em cerca de 68% com relação a 80, chegando a um investimento previsto de aproximadamente 37 dólares por habitante. No entanto, estas cifras seriam totalmente insuficientes se não houvesse uma ativa participação popular na deliberação e aplicação dos programas. O rendimento do SNUS, por exemplo, graças ao esforço redobrado dos trabalhadores e técnicos, aumentou sensivelmente, apesar de muitos profissionais exercerem a medicina privada fora do sistema. E a medicina preventiva é, fundamentalmente, o resultado de uma mobilização de massas.

Assim, 620 voluntários organizados em brigadas, difundem medidas sanitárias preventivas nos centros de produção da Reforma Agrária no norte da Nicarágua; 79% da população foi vacinada (2,8 milhões de doses aplicadas); 14.500 vasos sanitários foram instalados e uma grande campanha contra a malária foi desenvolvida junto com a Cruzada de Alfabetização.

Iniciativas deste tipo são programadas e efetuadas em conjunto pelo Ministério da Saúde e Bem-Estar Social e as organizações de massas, como os Comitês de Defesa Sandinista, a Associação de Mulheres, a Juventude Sandinista, a Associação dos Trabalhadores do Campo e a Central Sandinista de Trabalhadores. Com delegados destas organizações e do Ministério foram constituídos Conselhos Populares de

Saúde em cada uma das regiões administrativas do país. Em 1980, estes Conselhos, por iniciativa das bases, foram estruturados na Comissão Popular Nacional de Saúde, que este ano desenvolve, como atividade central, Jornadas Populares de Saúde, para o ensino maciço de medidas profiláticas e o controle e a erradicação de doenças endêmicas.

Cento e vinte voluntários das organizações de massa estão sendo preparados como "educadores de saúde". Eles se encarregarão, por sua vez, de treinar 1.200 "multiplicadores" que trabalham a nível de departamentos. Os multiplicadores instruirão 24 mil "brigadistas populares de saúde", que orientarão todo o povo. Nas Jornadas, será concretizada uma ampla frente popular contra a enfermidade, que mobilizará, além dos ministérios e das organizações sandinistas, as universidades, a União de Jornalistas, a Confederação de Religiosos e outras instituições comprometidas com o programa de transformações.

Reforma urbana

Com critério semelhante, Centros Comunitários de Desenvolvimento Urbano serão criados em todo o país, por iniciativa dos Comitês de Defesa e dos ministérios do setor. Estes CCDU se propõem a organizar a população em torno do "desenvolvimento comunitário integral", identificar e avaliar as necessidades populares de habitação e serviços (como água e esgoto), captar os recursos econômicos dos vizinhos e das fontes externas e administrá-los, convertendo-os aos bairros em unidades econômicas para resolver seus próprios problemas.

Em matéria de infra-estrutura física, a revolução sandinista não só herdou os destroços da guerra, mas também os do catastrófico

terremoto de 1972, depois do qual a Nicarágua recebeu uma generosa ajuda internacional que foi parar integralmente nos bolsos de Somoza e seus cúmplices.

Em 1980, o déficit total de habitação era estimado em 240 mil unidades, somando-se ainda mais 17 mil anualmente, devido ao crescimento demográfico. Durante 1979 e 1980 os esforços se concentraram na reconstrução do que foi destruído pela guerra. Em um ano e meio se construiu mais do que nos últimos cinco anos de somoziismo (1973-1978).

No campo, a terra, as infra-estruturas e a habitação estão diretamente ligadas à produção e, portanto, a reforma agrária está em marcha. Nas cidades esta relação é mais completa: uma política de reconstrução exige a implantação de uma reforma urbana para terminar com a especulação, suprimir o caráter mercantilista da habitação e poder orientar racionalmente o seu crescimento.

Em Estelí e Bluefields a população participou ativamente da elaboração de novos esquemas de desenvolvimento urbano. O Ministério da Habitação e de Recursos Humanos apresentou alternativas e as organizações de massa e juntas de reconstrução locais deram suas opiniões e sugestões. Em matéria de habitação foi fixada uma taxa máxima de juros de 6,5% (muito menor que a inflação) para o financiamento das novas construções. Em colaboração com técnicos do ministério, os "coletivos de habitação e serviços humanos" trabalham no melhoramento das casas e dos serviços. Quando são construídas novas habitações, as organizações de base decidem quem terá prioridade para habitá-las. A Direção de Projeção Comunitária orienta a seleção de modo que os moradores dos novos conjuntos tenham diferentes níveis culturais e de renda, para

evitar a segregação social. Ao mesmo tempo, é organizado e incentivado o trabalho comunitário. Terminada esta fase, as novas unidades serão autônomas em relação à sua administração e manutenção.

"Que sigam lendo"

A Cruzada Nacional de Alfabetização, que em 1980 mobilizou 200 mil jovens e reduziu a percentagem de adultos que não sabiam ler e escrever de 50 para 12%, é o modelo de esforço coletivo que se generaliza na Nicarágua para os restantes desafios que estabelecem o subdesenvolvimento e a marginalização. "Devemos também lhes ensinar a ler". Esta recomendação de Carlos Fonseca, fundador da Frente Sandinista, aos militantes que organizavam a guerrilha camponesa, foi a palavra de ordem da Cruzada. Quando os brigadistas regressaram vitoriosos, em 15 de agosto de 1980, a imaginação popular criou um lema para a etapa atual: "Que sigam lendo".

Para cumpri-lo o Ministério da Educação criou um vice-ministério de educação de adultos, sob a direção de Francisco Lacayo, um dos organizadores da Cruzada. O programa em curso prevê para 1981 a consolidação dos conhecimentos dos recém-alfabetizados em espanhol, matemática e desenho, iniciando-os, em seguida, nos fundamentos da história, geografia e ciências naturais.

A base deste esforço são os Círculos de Estudos Populares (CEP), onde os recém-alfabetizados mais avançados atuam como monitores e orientam o ensino radiofônico e a utilização dos materiais didáticos de apoio. Uns quatro mil professores populares estão sendo capacitados para as etapas seguintes da Cruzada e para o programa especial de longo prazo que dará educação primária a todos os adultos.

Muitos deles são operários, donas de casa, estudantes ou camponeses, dispostos a oferecer voluntariamente duas ou três horas diárias.

Como é estimado em 400 mil o número de adultos que deverão ser atendidos na etapa pós-alfabetização, a meta atual é chegar a um mínimo de dez mil destes professores para conseguir um número aceitável de um para cada quarenta estudantes.

Atualmente existem na Nicarágua entre 10 a 15 mil Círculos de Estudos Populares. Mais da metade deles estão em áreas rurais e são atendidos por um coordenador, que pode ser um membro destacado da Unidade de Alfabetização Sandinista que funcionou durante a Cruzada, um vizinho da comunidade com primário completo ou um militante das organizações de massa locais.

Segundo um técnico do vice-ministério de educação de adultos "este processo em que as massas educam as massas vai revolucionar o sistema educativo nicaraguense, vai dar a todos os povos do Terceiro Mundo uma nova interpretação pedagógica e metodológica e, sobretudo, um novo enfoque político e filosófico da educação num processo de libertação".

Na realidade, os professores populares nicaraguenses não saíram de uma escola tradicional, e sim começaram alfabetizando ou aprendendo as primeiras letras. Estudaram e ensinaram em casas de família, igrejas, sindicatos ou comunidades, compartilharam da mesa e do trabalho dos camponeses diariamente, e sua formação teórica, segundo um documento interno do ministério, "era a que se necessitava para a prática concreta, sem sofisticações. Vinha das necessidades e se dirigia a elas, em constante reflexão dialética sobre a praxis".



O espírito comunitário está presente em todos os bairros...



...e as crianças demonstram cada vez mais a sua vontade de aprender

Assim, "apertar o cinto" não quer dizer, como frequentemente recomenda ao Terceiro Mundo o Fundo Monetário Internacional, postergar as necessidades populares com a desculpa de que o bolo tem que crescer antes de

poder ser distribuído. Na Nicarágua, o povo amassa e come todos os dias o bolo de seu esforço. Esse é o "mal exemplo" desta revolução que entra em seu terceiro ano de vida. □

Os truques do rei Birendra

Utilizando-se da desinformação e das relações feudais ainda existentes, a monarquia autoritária sai fortalecida das eleições

Narinder Koshla

Aparentemente, o Nepal marcha na contramão da História. Este reino, encravado no Himalaia, entre a China e a Índia, passou por um processo eleitoral sui-gêneris, do qual saiu paradoxalmente reforçada a monarquia autoritária do rei Birendra. O processo constituiu de duas etapas: o referendo constitucional de maio de 1980 e as eleições parlamentares de maio de 1981, cujos resultados só foram conhecidos em junho, devido às dificuldades de recolher os votos nos locais mais longínquos.

O pleito foi convocado para decidir entre um sistema multipartidário de monarquia constitucional ao estilo europeu e o regime atual, ou seja, uma monarquia autoritária com algumas reformas para dar ao novo sistema alguma representatividade e estabilizá-lo. Para a surpresa de muitos, em particular da oposição, a proposta liberal só conseguiu 45% dos votos. A monarquia ganhou com os restantes 55%. "O povo do Nepal rechaçou a democracia", foi a qualificação simplista com que alguns observadores analisaram o resultado das urnas.



Birendra e a rainha

Candidatos biônicos

Na verdade, a fórmula aprovada no plebiscito exclui os partidos políticos da vida nacional. Os candidatos devem lançar as suas candidaturas a nível individual. É estabelecido o sufrágio universal direto para designar os

membros do Parlamento. Este, por sua vez, nomeia o Primeiro-Ministro. No entanto, 20 dos 140 membros do Parlamento são indicados a dedo pelo Rei.

A oposição, cujo eixo é o Partido do Congresso, liderado por M. B. P. Koirala, de tendência centrista, esforçou-se em explicar aos cidadãos a verdadeira natureza da convocação às urnas e as opções em jogo. Tarefa difícil. A imprensa — o principal meio de comunicação com que contou — tem um alcance restrito: neste país de quase 14 milhões de habitantes a tiragem de todos os seus diários não ultrapassa os 100 mil exemplares. A grande maioria da população encontra-se disseminada em 27 mil aldeias e somente uma parte delas foi visitada pelos poucos militantes que os partidos de oposição puderam mobilizar.

Mas, apesar desses elementos os resultados não se explicam para alguns setores, que duvidam que a contagem no plebiscito tenha sido limpa. O Nepal é um dos países mais atrasados do mundo. O analfabetismo é de 81% e a renda per capita é de 110 dólares ao ano (dados de



Pobre e espalhado em 27 mil aldeias, o povo do Nepal é controlado pela monarquia



1977). A monarquia exerce um controle rígido sobre toda a nação, que tem a sua organização social baseada num sistema feudal governado por clãs e por funcionários leais ao sistema. A base ideológica da monarquia é a religião: 84% dos habitantes professam a fé hinduísta e acreditam que o Rei é a reencarnação do deus Vishnu.

Representatividade formal

Nessas condições foi fácil para os senhores feudais e para os funcionários convencer os camponeses de que votar a favor do multipartidarismo equivaleria a optar pelo afastamento de Birendra, jovem e distante Deus, com seu trono em Katmandu, a capital.

A partir dessa perspectiva, ainda que o referendo tenha significado a derrota da oposição, ao mesmo tempo expressou a importância desse bloco social, já que recebeu 45% dos votos nas condições mais desfavoráveis. Estas percentagens mostram que apesar do férreo controle governamental, a sociedade está profundamente dividida, mas não dispõe dos instrumentos para manifestar-se.

A oposição, coerente com seus princípios, negou-se a participar das recentes eleições parlamentares, que já estavam regidas nos moldes do sistema aprovado no plebiscito. "Não se pode aceitar o inaceitável", afirmou Koirala. A opção da oposição foi não concorrer às urnas. Mas, em virtude da resistência natural às palavras de ordem negativas e ao fato de vários candidatos terem se apresentado para disputar o pleito em cada distrito, dando uma aparência de diversidade política, alcançou-se uma participação de 60%. Essa presença eleitoral é baixa, mas suficiente para dar ao sistema uma representatividade formal. Cerca de 20 dos candidatos eleitos são políticos da oposição que não acataram as decisões partidárias. Porém, o restante das vagas ficou para os adeptos do sistema. Entre estes, estão os "duros", que nem sequer queriam modificações no

status-quo, e os "brandos", que propiciaram as mudanças.

O inspirador dessa variante, Birendra, saiu, portanto, vitorioso e fortalecido da disputa eleitoral. Para a oposição é a hora do debate. Muitos acreditam que o ancião Koirala errou ao brigar pela abstenção, pois existia objetivamente uma oportunidade de conquistar parte do Parlamento. Outros pensam que os partidos não podiam admitir, por razões de princípios indeclináveis, uma Constituição que os ignora e eleições que estão montadas para que a monarquia saia ganhando a qualquer custo.

Na verdade, o certo é que o conjunto da oposição comprovou que sua organização e seus métodos de proselitismo são insuficientes e que devem iniciar uma revisão profunda, estabelecendo tarefas de longo alcance. □

Um futuro incerto

O assassinato do presidente Ziaur Rahman abre de novo a possibilidade de um período de instabilidade política no país

C. M. Menon

Durante três dias Bangladesh viveu uma aventura militar que deixou o país na incerteza sobre o seu futuro político. Foi um golpe de Estado falido liderado pelo general Manzur Ahmed, chefe da guarnição militar com sede no Porto de Chittagong, considerado um dos heróis da independência do país (1971).

Manzur deu um golpe contra o presidente Ziaur Rahman — outro importante líder da independência — quando este se encontrava em Chittagong. Nessas trágicas circunstâncias o presidente morreu, mas Manzur não conseguiu o apoio de outros comandantes. O governo central e o comando das Forças Armadas, leais à ordem constitucional, isolaram Manzur, que ao ver-se perdido fugiu para a selva, sendo, no entanto, capturado e morto.

Os motivos da tentativa de golpe não estão ainda muito claros. Manzur era de tendência pró-China e contrastava com a inclinação do Presidente a favor de uma posição de equilíbrio regional para Bangladesh, que tem a maior parte de suas fronteiras com a Índia. A versão mais difundida diz que Rahman quis remover Ahmed de seu posto e este reagiu com uma ação rebelde que, por seus resultados, revelou que não havia sido planejada e que não contava com apoio significativo nos quartéis.

Como Chefe de Estado provisório, cujo mandato consiste em realizar eleições em seis meses, assumiu Abdus Sattar, um magistrado de 75 anos. Este processo, no entanto, faz surgir uma pergunta em razão da brevíssima história autônoma da nação bengali: continuará a estabilidade política que havia sido imposta por Rahman ou se retornará a uma nova era de golpes militares?

O verdadeiro pai da pátria foi o xequê Mujibur Rahman com

uma atuação mais destacada que o grupo de valorosos jovens oficiais, como Rahman e Ahmed, cujas revoltas militares foram o estopim da luta de ruptura com o Paquistão, que dominava Bangladesh, a dois mil quilômetros de distância.

Sucessão de golpes

A farsa foi convertida em incêndio através da intervenção bélica da Índia, que dobrou o Paquistão com seu poderio militar e garantiu a independência da República Islâmica de Bangladesh (Bengala Oriental).

O xequê Rahman, líder da Liga Autonomista Awami e veterano lutador contra a dominação paquistanesa, saiu da prisão para ser nomeado Primeiro-Ministro.

Rahman teve a adesão das massas. A Liga Awami ganhou as eleições em 1973 por ampla maioria, conquistando 308 das 315 cadeiras parlamentares. Mas



Ziaur Rahman na VI Reunião dos Países Não-Alinhados, em Havana



Bangladesh: tem 90 milhões de habitantes e renda per capita de 90 dólares anuais

seu programa populista e carente de soluções estruturais foi desgastando sua popularidade. As desordens sociais foram os pretextos utilizados por um grupo de oficiais para derrubar o Primeiro-Ministro. Os militares, liderados por Mosthaque Ahmed, conservador islâmico e pró-ocidental, mataram Rahman, membros de sua família e vários ministros, mas não conseguiram manter-se no poder.

Num espaço de poucos meses sucederam-se quatro governos militares, sempre com rivalidades políticas e pessoais. O último desses golpes foi comandado por Ziaur Rahman, homem calmo e enérgico nomeado "administrador da Lei Marcial", cargo que, naquela época, dava poderes de um real controle do país.

A mão forte do general Rahman eliminou de modo implacável todos os rivais que surgiram. Ainda que seus métodos fossem discutíveis, atribuiu-se a este jovem militar (tinha 45 anos quando morreu) o mérito de ter dado estabilidade à nascente república.

Em 1977, Rahman convocou um referendo que o confirmou na chefia do Estado. Ele conseguiu 98,8% dos votos, segundo as cifras oficiais. Em abril de 1977 revogou a Lei Marcial, provando que seu poder estava consolidado; nas eleições daquele mesmo ano, se impôs o Partido

Nacional, uma criação do Presidente. Do Palácio do Governo em Dacca, Rahman atraiu políticos locais de procedência variada, assim como tecnocratas e militares amigos já reformados. Com esse conjunto fundou o partido do regime.

Os oficiais progressistas em que se havia apoiado para liquidar os inimigos da direita islâmica, foram, por sua vez, postos de lado pelo impertubável Presidente. Considerado como anticomunista, ele imprimiu um curso conservador a seu governo. Deu ênfase às obras públicas mas não conseguiu aumentar a produção agrária, que é a base principal da economia.

País pobre

Depois de sua morte continuaram incólumes os problemas capitais do país: a insuficiência alimentar e o alto crescimento demográfico de uma população que o território nacional não consegue sustentar. É que Bangladesh é um dos países mais pobres do planeta. A renda per capita é de 90 dólares anuais (estimativa de 1977). Tem 90 milhões de habitantes numa superfície de 143.998 quilômetros quadrados, o que dá uma densidade de 625 pessoas por quilômetro quadrado, uma das mais altas do mundo.

O país carece de indústrias e com suas exportações só conseguiu pagar, em 1977, 40% de suas importações. O restante, assim como 80% de seu orçamento nacional, foi obtido através de empréstimos e doações externas, onde os países islâmicos da Opep têm um papel destacado. Os dados oficiais são trágicos: a mortalidade infantil é de 14%, um cruel porém insuficiente equilíbrio demográfico em relação aos quatro milhões que nascem a cada ano.

Não se chega a um consumo de duas mil calorias diárias (os últimos dados disponíveis, de 1976, davam um consumo de 1.945 calorias por habitante). A média de vida é de 47 anos. Em resumo, a miséria e a morte são fantasmas diurnos, onipresentes nas cidades e nas aldeias bengalis.

Bangladesh parece ser um país sem solução endógena, pois a longa história da exploração e da pobreza dessa ex-colônia britânica anexada em 1764, privou-a totalmente de capacidade de poupança para investir no seu desenvolvimento. Este é o espetáculo desolador que enfrentam os bengalis.

Asilada na Índia depois do assassinato de seu pai, regressou ao país pouco antes da rebelião de Ahmed, a filha de Mujibur Rahman, Hasina Wased. Com 33 anos, Hasina foi designada presidenta da Liga Awami, que sob o amparo da convocação eleitoral se apresentará para disputar o governo.

Num quadro onde as rivalidades e as ambições militares continuam vivas, apesar do período de estabilidade conseguido por Rahman, e onde o corpo militar continua tendo mais poder do que lhe é dado na Constituição, Bangladesh inicia um processo eleitoral incerto, através do qual seria ilusório pensar que serão dadas as soluções de fundo que a nação reclama. □

O jogo saudita

A Arábia Saudita faz um pacto com os Estados Unidos. Não aceita reduzir a sua produção de petróleo e isola-se cada vez mais no seio da Opep

Agustín Castaño

Após sua sessão semestral em Genebra, a Opep estava dividida e afetada por uma decisão que quase nenhum dos seus membros gostaria de ter adotado: o congelamento do preço de referência do petróleo e a redução em dez por cento da sua produção.

Do ponto de vista dos 13 países produtores, o congelamento implica uma perda de poder aquisitivo em relação à galopante inflação mundial. Os fatores decisivos para esta atitude da Opep foram a situação atual do petróleo no mercado mundial e a postura divisionista da Arábia Saudita. Ficou isolada até de seus pequenos vizinhos do Golfo, mas, apoiada pelo poderio do seu petróleo, conseguiu, em grande parte, impor os seus pontos de vista.

A situação do petróleo no mercado mundial é inversa à que possibilitou os grandes aumentos dos preços nos anos 1972/73 e 1979/80. Hoje, não há uma demanda superior à produção, e sim um excedente de mais de dois milhões de barris diários.

Os países industrializados, favorecidos por esta abundância e pela possibilidade de comprar na Arábia Saudita e no "mercado livre" (*spot market*) a preços mais baixos, em relação ao preço de referência da Opep (34 dólares o barril), acumularam um estoque calculado atualmente em 5,5 bilhões de barris. Este dado fez o Ministro argelino exclaimar que

mesmo com o corte de produção decidido em Genebra, a tendência declinante das cotações do preço do petróleo continuará ainda por um longo tempo.

Estratégia do Ocidente

Os elementos que se combinaram para produzir a abundância do combustível foram determinados pelas grandes potências ocidentais e, sobretudo, pelos Estados Unidos. Tanto na Agência Internacional de Energia (AIE) — o instrumento idealizado por Henry Kissinger para coordenar as políticas dos consumidores capitalistas mais desenvolvidos —, como nos encontros de chefes de governo das maiores potências industriais, delineou-se uma política a longo prazo, que produziu estes resultados negativos para a Opep. E planeja-se outros triunfos sobre os produtores de petróleo no futuro.

O Ocidente capitalista aceitou relutantemente no curso da década passada o aumento do preço do petróleo. Porém, mudou de estratégia após as altas dos preços nos anos de 1979/80, quando em certos casos as cotações do petróleo no mercado de Rotterdam ultrapassaram os 40 dólares por barril.

Na aplicação de uma política de poupança de energia também influiu o alto custo dos derivados do petróleo para os consumidores individuais. Desse modo, o consumo de gasolina para os au-

tomóveis e os combustíveis para calefação doméstica sofreram uma forte diminuição. Como consequência, as importações dos Estados Unidos caíram em dez por cento e as da Europa Ocidental e do Japão entre cinco e seis por cento.

Enquanto isso, entraram no mercado novos exportadores: em primeiro lugar o México, cuja produção atual está fixada em 2,9 milhões de barris, e outros produtores menores como o Egito, Malásia e Camarões. Nos países capitalistas desenvolvidos o petróleo do Mar do Norte passou a ter uma real importância.

Em dezembro de 1980, durante a sessão anterior da Opep, foi calculado que a demanda mundial (excluídos os países socialistas) durante 1981 oscilaria entre os 47,5 e os 48,5 milhões de barris. Era uma previsão compartilhada pelas transnacionais. Porém, hoje constata-se que estava errada: o consumo diário é estimado em cerca de 45 milhões de barris, assim como avalia-se que a média anual em 1981 não será superior aos 46,5 milhões de barris.

Como a produção é organizada em função das previsões feitas, aí estão os dois milhões de barris que sobram atualmente.

Outro aspecto da estratégia ocidental que tem influído, é a substituição dos hidrocarbonetos por outras fontes de energia. As potências industriais têm privilegiado o desenvolvimento da indústria nuclear e a utilização do carvão. Além disso, outras fontes alternativas que antes não eram exploradas devido aos seus altos custos, tornaram-se rentáveis em relação ao preço atual do petróleo.

Todos estes fatores têm um peso específico no mercado. Para a Opep, só havia um método de enfrentá-los: reduzir a oferta. Efetivamente, já no ano passado, a oferta da Opep havia se retra-

do em 14,4%, mas a poupança dos consumidores e o ingresso de novos exportadores anularam os efeitos desse esforço.

A proposta de uma nova redução defendida por 12 membros teria pelo menos equilibrado a situação se tivesse sido acatada pelo principal produtor mundial: a Arábia Saudita.

O papel dos sauditas

A monarquia *wahabita*, durante este período, injetou conscientemente no mercado um excedente de petróleo, aumentando sua produção até chegar a 9,5 milhões de barris diários, isto é, 45% do total da oferta da Opep.

Os governantes sauditas não têm feito mistério do boicote aos outros produtores da Opep. Muito pelo contrário, vangloriam-se disso e afirmam que com esta atitude desejam impor uma política a longo prazo, cujos objetivos consistem no congelamento das cotações do petróleo, sua unificação (hoje flutuam entre 32 e 41 dólares por barril) e, finalmente, na fixação dos preços em relação às moedas ocidentais, de maneira a impedir sua desvalorização, ocasionada pela inflação.

Ao mesmo tempo que durante esse período Riad esteve fomentando o excedente, na mesa de negociações da Opep, o Ministro saudita, xeque Yamani, que executa essa política, pediu o congelamento do preço por dois anos, para finalmente aceitar apenas um ano. Ele afirmou que somente com essa condição, seu monarca aceitaria reduzir a produção.

Ante esta pretensão inaceitável para os demais membros da Opep, optou-se pela moção venezuelana de redução do fornecimento e congelamento do preço até dezembro. No entanto, a monarquia saudita não se sente na obrigação de acatar a decisão da organização. Yamani não aceitou



Yamani e Kissinger: a Arábia Saudita atua dentro da Opep como um "cavalo de Tróia" dos EUA

nenhum compromisso sobre o preço e nega-se a baixar a sua própria oferta. Apenas disse informalmente que, talvez, mais adiante, a família real mandasse diminuir a produção em meio milhão de barris (menos de cinco por cento).

Tudo isso já seria suficiente para compor um quadro de graves dificuldades. Mas a situação torna-se ainda mais grave por causa da normalização gradativa da produção do Irã e do Iraque — reduzida por força da guerra entre os dois países. Atualmente, os dois juntos já produzem um milhão de barris diários. A tendência é a produção duplicar. Isto não é incompatível com a redução decretada pela Opep e não agravaria a situação se a Arábia Saudita estivesse disposta a acatar as determinações de Genebra. Neste caso, a normalização da produção do Irã e do Iraque poderia ser facilmente compensada pela redução da produção de outros países, como será o caso de Qatar, cujo governo já anunciou uma diminuição de 18%.

Todos os estudos realizados coincidem em que por muitos anos o petróleo continuará a ser a principal fonte de energia e que a Opep continuará controlando a maior parte das exportações. Porém, a curto prazo, a tendência é negativa para a Organização, não só pelo aumento da oferta, diminuição da demanda e pela perda relativa de peso da Opep no conjunto da produção

mundial, mas principalmente, pela postura saudita, já que é notório que Riad se propõe a manter sua decisão, na esperança de obrigar os outros 12 países membros da Opep a se submeterem.

Um novo Irã?

Comentando a atitude da monarquia saudita, Nicolás Sarkis — um renomado analista e diretor da revista "O petróleo e o gás árabes" — afirmou: "As declarações e o comportamento de Yamani têm contribuído para debilitar a Opep e abalar sua credibilidade muito mais que as ameaças de um Henry Kissinger."

A Arábia Saudita atua dentro da organização como um "cavalo de Tróia" dos Estados Unidos. O seu governo afirma que as decisões a respeito da quantidade do fornecimento de petróleo estão na esfera da soberania saudita e, portanto, não lhe dizem respeito as resoluções da Opep neste terreno. Porém, ao mesmo tempo, negociou sua própria posição com os Estados Unidos e cumpriu o pedido norte-americano de não aumentar o preço do petróleo. Em troca, o rei Khaled obteve a venda de aviões AWACS e outros armamentos.

Dessa forma, se confirmou a antiga linha de dependência de Riad em relação a Washington. No entanto, frente ao problema palestino, o atual presidente norte-americano Ronald Reagan é muito mais duro que o seu ante-

cessor. Reagan se colocou abertamente ao lado de Israel, enquanto acusa a OLP de organização terrorista.

Essa aliança dos governantes sauditas com o poderoso inimigo dos seus irmãos árabes está deixando isolada a política de Riad. O fato de que os principados do Golfo — antes muito próximos da posição saudita na questão do petróleo — tenham se distanciado completamente da Arábia Saudita na última reunião da Opep, revela os sentimentos que prevalecem atualmente.

Também dentro do país, controlado pela realza saudita com mão de ferro, registra-se um mal-estar crescente, apesar da forte censura.

Washington e as potências ocidentais têm apostado tudo na cartada saudita. A submissão da monarquia *wahabita* não faz o Ocidente sentir a dependência energética em que hoje encontra-se em relação a Riad. Porém, muitos se perguntam — recordando a queda do Xá do Irã, que até a pouco tempo atrás parecia algo muito remoto — o que acontecerá ao Ocidente se este regime anacrônico desmoronar. “Demonstram falta de consciência os países industrializados ao dependerem dos sauditas em 30% do seu abastecimento de petróleo (no caso da França chega a 52%)”, dizia um comentário do diário parisiense *Le Monde*, ao analisar o encontro de Genebra.

Estes são os riscos para o Ocidente. Quanto ao Terceiro Mundo em geral, não tem motivos para se responsabilizar pelas dificuldades que afligem a Opep, uma organização que apesar da postura justa de uma minoria de seus membros, não tem assumido as suas responsabilidades em relação aos países subdesenvolvidos, que continuam exportando suas matérias-primas a preços vis.

PETRÓLEO

Em busca de uma nova imagem

A Opep promoveu no Brasil um seminário para denunciar o trabalho das agências internacionais de notícias

Francisco Viana

Didático. Assim pode ser definido o seminário para jornalistas latino-americanos organizado pela Opep, entre 15 e 17 de junho, no hotel Intercontinental, Rio de Janeiro, reunindo representantes de 17 países. Filmes, palestras e debates tiveram sempre o mesmo objetivo: desfazer a imagem difundida pela imprensa dos países industrializados de que a Opep é a organização responsável pelos graves problemas das economias dos países ocidentais, no particular, e do Terceiro Mundo, no conjunto.

Segundo o Secretário-Geral da Opep, René Ortiz, esta estratégia, entre outros objetivos, visa dividir os países do Terceiro Mundo, procurando fixar a falsa imagem de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo é formada por países ricos. “Isto não é verdade: nós somos países em desenvolvimento com problemas muito parecidos aos de todos os países do Terceiro Mundo”, explicou Ortiz.

Para fundamentar sua afirmação citou alguns dados de um relatório do Banco Árabe Internacional de Investimentos: “O lucro total dos países da Opep é menor que as vendas combinadas da *General Motors* e da *Ford*”. Disse mais: “O lucro da Arábia Saudita com a venda do petróleo

corresponde à metade das vendas da *Exxon*; os lucros do Kuait e dos Emirados Árabes, se somados, não chegam a ultrapassar os lucros das vendas da *US Steel* e da *Peugeot Citroen*”.

Ortiz fez questão, no encerramento do seminário, de aprofundar ainda mais a tese de que a Opep não é a responsável pelos problemas econômicos do mundo industrializado. Ao referir-se ao excessivo destaque que o Ocidente tem dado ao custo do petróleo, ele fez questão de mostrar que os estoques acumulados nos países industrializados são suficientemente altos para atenuar qualquer tentativa da organização de manipular efetivamente os preços: “A corrida para acumular estoques tem sido sem precedentes na história do mundo. Em 1980 os depósitos dos países industrializados alcançaram seis bilhões de barris, isto é, mais de 33% das reservas de petróleo recuperáveis da Venezuela, mais de 71% das reservas da Argélia e mais do que a soma das reservas totais do Equador, Gabão e Qatar.”

Informação manipulada

Durante o seminário os assessores da Opep mostraram um filme que ilustra bem a forma com que a organização é tratada pelos grandes jornais norte-americanos,

ingleses, franceses e japoneses. Tratava-se de uma coletânea de manchetes de jornais e ilustrações onde os árabes são sempre apresentados como figuras horripilantes, de olhos perversos, narizes grandes e bizarros óculos escuros. Uma das manchetes dizia: *Ao diabo com os árabes*. Havia desenhos igualmente maliciosos: um árabe deixando um enorme barril de petróleo cair sob a cabeça das Nações Unidas; o mundo se despedaçando enquanto um árabe fugia levando um barril de petróleo ou um árabe desfilando num luxuoso carrão, enquanto o Terceiro Mundo, representado por um mendigo de pires na mão, implorava esmolas.

O chefe do Departamento de Informações Públicas da Opep, Hamid Zaheri, explica:

— Quando na década de 40 o Ocidente consumia nossas reservas petrolíferas pagando preços vis, nunca os grandes jornais e as agências de notícias procuraram mostrar as empresas petrolíferas como chantagistas, nem exploradoras. Agora, quando estamos exigindo o legítimo direito de defender o que é nosso, todas as vozes da grande imprensa internacional se apressam em nos atacar e tentar vender para o mundo a imagem mais negativa possível.

Num longo documento que apresentou aos jornalistas, Zaheri chamou atenção para um detalhe muito particular: "Os desequilíbrios na distribuição da informação no mundo são muito maiores que os desequilíbrios no desenvolvimento industrial". E citou dados do documento, elaborado pelo Departamento de Informações Públicas da Opep:

— No mundo atual, 70% da população consome apenas dez por cento da produção global de papel. Este enorme contingente humano dispõe apenas de cinco por cento das estações e 15% dos aparelhos de televisão, 20% dos

cinemas, 12% dos jornais e apenas dez por cento das estações de rádio. Como são ricos, os países industrializados têm grandes facilidades e interesse em controlar a informação. Resultado: 85% das notícias divulgadas no mundo vêm através da UPI, AP (norte-americanas), AFP (francesa) e a Reuter (britânica).

Cooperação necessária

Para a Opep o quadro que se configura atualmente no setor internacional de imprensa é um dos problemas mais graves com que se defronta os países do Terceiro Mundo. É ainda Zaheri quem fala:

— Uma mulher num país desenvolvido quando acorda sabe com facilidade através dos jornais onde matricular seu filho para estudar ou quem vai casar entre as celebridades locais. Difícilmente saberá o que aconteceu em Uganda após a queda de Idi Amin. Isto porque os grandes jornais só se preocupam em noticiar o Terceiro Mundo sob o ponto de vista sensacionalista ou exótico. Quando os membros da Opep resolvem congelar os preços do petróleo até o fim do ano, o noticiário não destaca a nossa medida, mas sim a economia que os países ocidentais farão, numa inequívoca intenção de vender uma imagem distorcida da Organização.

Para o Secretário-Geral da Opep, René Ortiz, o caminho para enfrentar a propaganda negativa contra a Organização e contra o Terceiro Mundo, em seu conjunto, é semelhante ao que os países produtores de petróleo vêm seguindo há 20 anos, a partir da criação da Opep:

— É importante que os países do Terceiro Mundo entendam que só a unidade pode contribuir para a realização de inúmeros projetos de desenvolvimento (que vêm sendo adiados pelos países industrializados) e para a

criação de um sistema de informação equilibrado. Nesse sentido, a Opep tem dado passos significativos: criou um fundo de ajuda ao Terceiro Mundo, com recursos de 45 bilhões de dólares, e está organizando uma agência internacional de notícias.

Informa a Opep que esta agência, voltada exclusivamente para temas econômicos e comerciais, já divulga diariamente 1.500 palavras, atingindo 70 países. No momento, sua equipe ainda é reduzida: apenas dez jornalistas, todos com função de editor, além da rede de correspondentes, também pequena. Esta fórmula faz parte da visão política que a organização tem do problema da comunicação: seus assessores explicam que não adianta contratar uma equipe monumental de jornalistas e fazer elevados investimentos, se antes não for feito um trabalho de aproximação com os jornais e jornalistas do Terceiro Mundo, no sentido de cooperação com a Opep.

— Nossos planos prevêem a construção de um sistema de informação no Terceiro Mundo até o fim da década. Queremos caminhar devagar porque temos notado que todas as agências de notícias que correram demais fracassaram. Nós vamos engatilhar, nos levantar e depois então é que vamos gritar — diz o chefe



René Ortiz

do Departamento de Informações Públicas da Opep. Pelos seus planos, só dentro de cinco anos é que a agência estará efetivamente organizada e em condições de competir com as grandes agências estrangeiras.

A posição atual da Opep com relação à imprensa é totalmente diferente daquela que a Organização adotou em 1973, quando os preços do petróleo começaram a aumentar. "Naquela época, explica Harmid Zaheri, nós erramos — e pagamos caro — porque não nos apressamos em explicar ao mundo que não tínhamos culpa da crise das economias ocidentais. Precisávamos ter dito que o aumento dos preços do petróleo era legítimo porque vínhamos sendo explorados e precisávamos ter contrapartida econômica na venda de nossas matérias-primas — que são bens perecíveis — para criar em nossos países meios de garantir o desenvolvimento quando as reservas se esgotarem. Como ficamos em silêncio, os meios de comunicação nos acusaram de estar com complexo de culpa. Não era nada disso."

Nova imagem

Para os jornalistas que participaram do seminário, as explicações da Opep tiveram bons resultados. Um deles, Carlos Pinto, de "O Globo" (seguramente um dos jornalistas brasileiros que mais entende de problemas ligados ao petróleo) explicou que o seminário teve a vantagem de acabar com velhos mitos. É ele quem explica:

— Em 1973, quando começou a chamada crise do petróleo, eu tinha a seguinte idéia da Opep: um bando de chantagistas que usava o petróleo como força de pressão sobre o Ocidente. Agora, sei que não é nada disso. Mas o seminário serviu para reforçar esta posição. Por exemplo: mostrou que o Ocidente vinha real-

mente desperdiçando petróleo e pagando preços ínfimos. Um litro de gasolina custava menos que um litro de água mineral.

Na opinião de Carlos Pinto, o encontro teve ainda outra vantagem: provou que o petróleo não é o principal responsável pela crise econômica dos países industrializados e do Terceiro Mundo, como normalmente é divulgado. "A Opep mostrou que a gasolina poderia custar a metade do que custa atualmente, não fosse o

fato dos governos dos países consumidores procurarem taxá-la excessivamente. É verdade", disse Pinto.

Do seminário, participaram, entre outras, as seguintes personalidades da Opep:

Secretário-Geral, René Ortiz
Chefe do Departamento de Informações Públicas, Hamid Zaheri

Diretor-Geral do Fundo de Desenvolvimento da Opep, Abdel Kadar Benamerra

PETRÓLEO

Autodeterminação e desenvolvimento

O modelo econômico que as nações industrializadas oferecem ao Terceiro Mundo não se coaduna com a realidade de nossas sociedades

Jorge A. de Moraes

(O autor é Ministro do Petróleo da República Popular de Angola)

Um dos maiores problemas que os países do Terceiro Mundo enfrentam hoje é o do seu desenvolvimento. E um dos principais componentes é o fator energético.

Sem um abastecimento regular de energia ficam frustradas quaisquer esperanças ou expectativas de progresso sócio-econômico do país, isto é, o desenvolvimento nacional está condenado.

Definamos primeiro o que é desenvolvimento nacional para que nos apercebamos do seu todo e das consequentes implicações. Por desenvolvimento nacio-

nal não devemos entender apenas um crescimento da infraestrutura industrial, mas sim a consolidação de uma nação livre, independente e próspera. Uma nação que não controla o seu próprio destino, que pode ser manipulada por forças externas ou que servilmente segue orientações vindas do exterior não pode ser considerada desenvolvida na verdadeira acepção do termo. Só se pode considerar desenvolvida uma nação que contribua para a solução dos problemas da comunidade mundial a partir de uma posição de independência, refletindo a estrutura própria da sua sociedade.

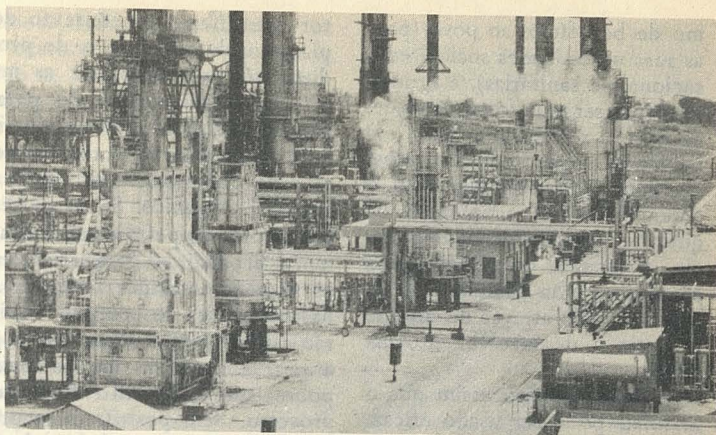
Isto, porém, constitui ainda um objetivo que não está totalmente ao alcance da grande maioria dos países em vias de desenvolvimento. E tal acontece devido ao peso dos aspectos materiais no desenvolvimento de um país. A experiência colhida nestes últimos 30 anos de vida das nações do Terceiro Mundo nos obriga a chegar à triste conclusão de que a felicidade imediata não existe; e os milagres econômicos também não. Hoje sabemos, à custa de muitas lágrimas e sacrifícios, que não basta proclamar aspirações e princípios justos para que eles se concretizem imediatamente. Aprendemos que é necessário saber conduzir o processo de desenvolvimento em conformidade com as aspirações políticas e sociais do povo e com as potencialidades nacionais. Há três condições fundamentais para desencadear o processo de desenvolvimento nacional: potencialidades, financiamento e tecnologia.

Sem potencialidades não pode haver nenhum desenvolvimento industrial. Sem terra, sem minerais, sem energia e, sobretudo, sem um total engajamento da população não é possível desencadear o processo de desenvolvimento.

Formação de quadros

A nossa experiência mostra que não basta a um país ser potencialmente rico. É necessário desenvolver essas riquezas e para isso necessita de financiamento e de tecnologia. Mas o fato de ter acesso aos financiamentos e à tecnologia estrangeira não conduz forçosamente aos objetivos desejados. Um programa de desenvolvimento elaborado externamente aliena a soberania do país.

A transferência da capacidade técnica e da experiência, que constituem uma das principais bases do poder dos países indus-



Em Angola, o petróleo é uma das riquezas nacionais

trializados, é, sem dúvida, uma das prioridades mais urgentes para os nossos países.

Convencionou-se chamar de "transferência de tecnologia" a aquisição, em condições por vezes humilhantes e sempre custosas, do que devia ser um patrimônio de toda a humanidade: os resultados técnico-científicos do gênio humano.

Somos obrigados a reconhecer que o conhecimento tecnológico, assim como a capacidade financeira, são trunfos de que dispõem os países industrializados no seu diálogo-imposição com o Terceiro Mundo.

Para garantir o nosso desenvolvimento, somos forçados a aceitar este desafio. E uma vez mais, a nossa experiência já nos permite sair da nossa passividade e influenciar este processo da maneira mais favorável aos nossos povos.

Em primeiro lugar, a aquisição ou transferência de tecnologia não se limita à simples compra de processos técnicos, pois pode acontecer que o comprador seja muito simplesmente integrado num sistema onde só poderá ter acesso às suas vantagens se voltar a comprar de novo outros processos técnicos. E assim sucessivamente. Por outro lado, a nação compradora deve ter um papel ativo, criando as condições

de aquisição, pois não se pode industrializar um país sem tradição industrial. Daí, caber inteiramente à iniciativa nacional a criação de uma base técnica própria baseada na acumulação das experiências, no seu domínio e adaptação pelos nacionais. Por esta razão, a formação de quadros nacionais, intimamente ligada à criação de base técnica, não pode ser limitada ao envio maciço de estagiários para o exterior. O país deve esforçar-se, sacrificar-se mesmo, e criar as condições para formar os técnicos nacionais no solo pátrio. E assim daremos um salto qualitativo importante para quebrar a dependência tecnológica.

São estes alguns dos princípios que norteiam a formação de quadros do setor petrolífero em Angola. Garantem — estou plenamente convencido — que os angolanos dentro de algum tempo, não muito longínquo, dominarão as tecnologias desta tão importante indústria.

Mas só as potencialidades e a tecnologia não são suficientes. São necessários financiamentos. Para os países produtores de petróleo, esta matéria-prima é obviamente uma fonte de financiamentos. Contudo, a indústria petrolífera deverá ser orientada de tal modo que o dinheiro por ela gerado possa trazer o máxi-

mo de benefícios ao povo (para as suas necessidades sociais, educacionais e sanitárias), à agricultura (por ser uma fonte de riqueza natural renovável e vital), e à indústria (que tem um papel decisivo a desempenhar para o desenvolvimento econômico de qualquer país). Por consequência, as receitas do petróleo não constituem uma finalidade em si, mas um meio através do qual se processa o desenvolvimento nacional.

Pode-se concluir assim que o petróleo pode ser usado eficazmente como suporte financeiro do desenvolvimento nacional, não só porque é uma riqueza esgotável com vida limitada, mas também porque é um elemento vital para o país como fonte de energia e matéria-prima.

Poderia se argumentar que o objetivo correto a atribuir ao se-

tor petrolífero, no contexto do plano nacional, seria o de produzir só para satisfazer as necessidades financeiras do país. Mas tal atitude só poderia contribuir para aumentar as tensões no seio da comunidade econômica mundial. Vejamos. Se os países produtores de petróleo se limitarem a produzir só para satisfazer as suas necessidades financeiras naturalmente os preços subirão a níveis muito superiores aos atuais. E serão as nações mais pobres que mais sofrerão neste processo. Sem possuírem recursos financeiros para desenvolver outras fontes alternativas de energia ou para competir com o mundo industrializado na compra de petróleo, aqueles países poderiam ser compelidos a ver os seus desejos de melhoria do seu nível de vida reduzidos a sonhos inacessíveis.

Os países que, como o nosso, têm a felicidade de poder basear os seus programas econômicos nas receitas da indústria petrolífera devem reconhecer que os países mais severamente atingidos pelas perturbações do mercado petrolífero são aqueles com os quais mais naturalmente mantemos estreitos laços de amizade, tanto no campo político, como no cultural e no social.

Diálogo Norte-Sul

Tornou-se agora de bom-tom falar sobre a necessidade do diálogo entre o mundo industrializado e os países menos desenvolvidos — normalmente designado como o “diálogo Norte-Sul”. Pode-se admitir que para alguns isto possa ser o reflexo de um desejo sincero de criar uma or-

A proposta angolana

☐ Com a realização em Luanda do Seminário Internacional sobre “Petróleo e Desenvolvimento”, entre os dias 5 e 8 de maio, boas perspectivas de cooperação petrolífera se abriram ao continente africano, que, hoje mais do que nunca, luta para o desenvolvimento das suas economias nacionais, de forma a reduzir a dependência.



No seminário, uma decisão: fazer do petróleo a arma para a libertação econômica do continente

Os participantes do encontro, promovido pelo Ministério Angolano do Petróleo, com a colaboração do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e da Comerint (grupo ENI, da Itália) destacaram a grande necessidade de se fazer do petróleo a arma para a libertação econômica do continente, pelo que foi evocada a urgência do reforço das indústrias petrolíferas na África.

Neste sentido, foi importante a proposta apresentada pelo Ministro Angolano do Petróleo, Jorge Morais, sobre a criação de uma Associação de Países Produtores de Petróleo do Golfo Africano Ocidental, para promover a cooperação Sul-Sul.

Essa Associação já aceita pela Nigéria, Gabão e Congo, visaria uma troca de informações de interesse imediato para a exploração petrolífera e promoveria o estudo de projetos em comum, como o fazem, neste momento, Angola e Congo.

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) prevê, para os próximos anos, a modernização e ampliação da refinaria de Luanda (única do país) para satisfazer não só as necessidades do mercado interno, em derivados de pe-

dem econômica mundial mais justa e equitativa. No entanto, para outros, não será mais do que uma tentativa camuflada para recuperar a liderança no poder econômico mundial que algumas poucas nações produtoras de petróleo estão a adquirir. As tentativas para concentrar este diálogo apenas em "problemas de energia", excluindo outros de maior dimensão e que são de importância vital para todos os países do Terceiro Mundo, revelam os limites morais de tal ação. Se bem que seja errado sugerir que este "diálogo Norte-Sul" é desprovido de interesses, também não podemos considerar, nem aceitar, que seja o único fórum onde possam ser debatidos os problemas de interesse comum para as nações em vias de desenvolvimento.

Não se pode negar que o

mundo industrializado tem algo a oferecer aos países que ainda não se desenvolveram totalmente. A capacidade técnica e de financiamento que as economias industrializadas podem, se elas assim o desejarem, pôr à disposição do resto do mundo deve ser aceita como um gesto positivo. Mas a experiência adquirida ao longo destes últimos anos levamos a reconhecer que o modelo que as nações industrializadas oferecem não se coaduna com a realidade das nossas sociedades. Aquele modelo não nos serve. A desigualdade, a agressividade e o egoísmo que caracterizam o sistema político de vários países industrializados representam a verdadeira antítese do tipo de estrutura social que muitos dos nossos países tentam implantar. Os recentes acontecimentos no Irã mostraram a loucura da tentativa

de impor a um povo os valores do mundo industrializado que eram incompatíveis com as suas convicções tradicionais. A espontaneidade da rejeição da tentativa de imitar os padrões e a moral do Ocidente industrializado revela bem o fosso existente entre dirigentes e governados e a ilegitimidade do processo político.

Mas, mesmo assim, ainda se teima em querer apresentar como um sucesso da adaptação do modelo ocidental aos países do Terceiro Mundo os exemplos de Taiwan, Singapura e da Coreia do Sul. E chega-se a falar de milagre econômico. Estas nações são na realidade um exemplo... um exemplo daquilo que não se deve fazer. Para se atingir os resultados econômicos que aqueles países alcançaram, quanto desperdício inútil não houve de matérias-primas e energia, e quantos

tróleo e gás, mas também para exportar. Principalmente para os Estados africanos, com produção insuficiente para o desenvolvimento econômico.

A Sonangol, criada a 25 de fevereiro de 1977, para gerir e controlar totalmente todas as atividades ligadas aos hidrocarbonetos em Angola (desde a produção de petróleo e gás até à comercialização) garante, atualmente, a distribuição total do gás ao país e assegura 80 a 90% do abastecimento de combustível.

Para os anos 80, a Sonangol, em associação com companhias estrangeiras, através de contratos de partilha (*production sharing*), tem grandes projetos de injeção de gás. Prevê que, até 1985, todo o *offshore* e *onshore* de Angola seja pesquisado e se conheçam as reservas recuperáveis do país, avaliadas, em média, entre um a dez bilhões de barris, repartidos por quatro bacias sedimentares (Baixo Congo, Kwanza, Benguela e Moçâmedes), numa área de cerca de 250 quilômetros quadrados.

Uma outra preocupação da Sonangol é que a comercialização do petróleo e seus derivados, no exterior, venha a ser feita diretamente, isto é, sem intermediários. Neste aspecto; o primeiro

passo a empreender será a abertura, brevemente, de um escritório de representação em Londres.

Paralelamente ao desenvolvimento da indústria petrolífera e petroquímica, existe a necessidade de execução de projetos para o aproveitamento de outras fontes renováveis de energia (carvão, sol, vento, água) no continente. Isto para que se venha utilizar o petróleo, recurso não-renovável, de uma forma mais racional.

Com efeito, se por um lado o desenvolvimento da produção petrolífera nacional e o crescimento das receitas daí provenientes constituem um poderoso estímulo para o reforço da economia nacional, não é menos verdade que uma exploração sem controle e demasiadamente rápida do setor petrolífero conduz, inevitavelmente, a insucessos e a efeitos catastróficos.

A formação de quadros nacionais é outro investimento previsto pelos países africanos. Neste domínio, a República Popular de Angola já possui uma escola para a formação de quadros médios para a indústria petrolífera (Escola de Petróleos do N'gunza, inaugurada em 1979, "Ano da Formação de Quadros").

A escola, que surge no quadro da "transferência de tecnologia", estará, brevemente, em condições de receber estudantes de países vizinhos.



A formação de quadros é fundamental na autodeterminação dos países africanos

sacrifícios não foram consentidos pelas suas populações sem verem substancialmente melhoradas as suas condições de vida?

Assim, devemos ir buscar no mundo industrializado tudo aquilo que nos pode ser útil para alcançarmos os objetivos nacionais e evitarmos ser contaminados pelos seus preconceitos de ordem política, social ou racial. O critério pelo qual devemos julgar se o modelo industrial é ou não desejável para as nossas economias é a sua relação direta com as aspirações políticas e sociais das nossas nações. Nem toda a tecnologia proveniente dos países industrializados pode ser transplantada com sucesso para as mais diversas condições de cada um dos nossos países.

Diálogo Sul-Sul

As "relações verticais" entre países industrializados e em vias de desenvolvimento não podem ser consideradas o único meio para o desenvolvimento nacional. Se bem que ainda não se tenha atingido um desenvolvimento desejado, eu estou convencido que as relações entre os países do Terceiro Mundo se revestem de uma importância considerável. O "diálogo Sul-Sul" poderá proporcionar a oportunidade aos

países do Terceiro Mundo de partilharem as lições tão duramente pagas, compostas de sucessos e de fracassos.

Na minha opinião, a energia pode ser o catalisador de tal diálogo. Devemos procurar resolver o conflito potencial de interesses entre os países em desenvolvimento produtores e importadores de petróleo. Estes vivem uma situação desesperadora e é necessário prestar-lhes ajuda.

Vários passos significativos foram dados recentemente. Os mais destacados foram a criação da Olade, o acordo entre o México e a Venezuela, com condições especiais de venda na área do Caribe, e o acordo entre o Gabão, a Nigéria, a Argélia e a Líbia, para reservar uma dada proporção dos seus abastecimentos às nações deficitárias da África.

Angola também reconhece a sua responsabilidade em relação aos países da África Austral. E no quadro da Comissão de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral apresentará propostas realistas para ultrapassar este mau momento. Angola verá com simpatia uma participação mais ativa de alguns países da África Austral no desenvolvimento da capacidade de refinação em Angola de modo a dotar

a região do instrumento para produzir os refinados necessários ao desenvolvimento econômico desta parte da África.

Todos estes fatos, toda a conjuntura internacional, contribui para um reforço da cooperação do diálogo Sul-Sul. Certamente, isto não irá resolver de imediato todos os nossos problemas, nem porá fim à dominação tecnológica dos países industrializados. Mas é de todo o nosso interesse aproveitarmos as experiências de aquisição de tecnologia já tão duramente pagas por alguns dos países do Terceiro Mundo mais avançados, tal como a Argélia, a Nigéria, o México, a Índia e o Brasil. O "self-reliance" (auto-suficiência) coletivo não é uma utopia. É uma necessidade, uma etapa obrigatória para podermos impor uma nova ordem econômica mundial.

Embora já verifiquemos hoje que as relações Sul-Sul se materializam e se intensificam, temos de reconhecer que ainda não foram completamente identificadas todas as áreas possíveis de cooperação. Também creio que, nestes primeiros passos, devemos visar objetivos modestos e limitados, de fácil realização.

Penso, por exemplo, que uma forma concreta da cooperação Sul-Sul seria a formação de uma Associação de Países Produtores de Petróleo do Golfo Africano. Não para definir políticas, impor preços ou fazer concorrências às organizações já existentes. Mas apenas para trocar informações de interesse imediato para a exploração petrolífera e estudar projetos em comum, como neste momento Angola e o Congo fazem. As oportunidades para ações comuns, baseadas nas nossas experiências, nas nossas convicções e nas nossas ambições, são enormes. É dever de todos nós procurar transformar estas esperanças em realidades. Os nossos povos estão à espera e não há muito tempo a perder. □

A fome pode esperar

Na 7ª Conferência Ministerial do Conselho
Mundial de Alimentação os Estados
Unidos ficam mais uma vez contra os mais pobres

Baker Kamal

J á na sua primeira intervenção, o secretário de Agricultura dos Estados Unidos, John B. Block, conseguiu neutralizar as três principais propostas do Conselho Mundial de Alimentação (CMA), para criar um sistema de segurança alimentar. O fato ocorreu na 7ª Conferência Ministerial do Conselho Mundial de Alimentação, realizada entre 25 e 29 de maio, em Novi Sad, Iugoslávia, com a participação de representantes de 36 países.

As propostas eram as seguintes: um pronunciamento do CMA condenando, na sua condição de órgão político das Nações Unidas, o uso de alimentos como instrumento de pressão; um consenso para a renovação do atual convênio de trigo e a implantação de um sistema de reservas alimentares internacionais.

Oito itens

No informe do diretor-executivo do Conselho Mundial de Alimentação, Maurice Williams, havia oito sugestões para organizar o sistema de segurança alimentar. A primeira dizia respeito ao novo convênio do trigo. A idéia era a realização de um novo convênio a partir das teses do Conselho Internacional do Trigo,

que visa a cooperação e a estabilidade do mercado. No seu informe, o diretor do CMA chamava a atenção para "a alta e crescente concentração do cultivo e comércio de cereais na América do Norte, motivo de preocupação internacional".

As outras medidas eram relacionadas a temas dos mais diversos. Três delas diziam respeito diretamente à renovação do convênio sobre ajuda alimentar por um período de cinco anos. Além de uma campanha internacional para divulgar o convênio, foi proposta a fixação de reservas de dez milhões de toneladas e a reposição anual de 500 mil toneladas de alimentos. Isto para garantir a máxima segurança nos casos de crise. Houve ainda uma quarta proposta visando a ajuda alimentar direta. Trata-se da criação de um reserva de emergência, independente das forças de mercado, que só seria liberada nos casos de perspectiva iminente de escassez alimentar.

Outras propostas: melhoria da infra-estrutura nos países em desenvolvimento, envolvendo a construção de armazéns, transporte, etc; a criação de um serviço de financiamento alimentar, pelo Fundo Monetário Internacional — FMI — para ajudar a resolver o problema dos balanços





Cereais: EUA é o principal produtor e um dos maiores exportadores do mundo

de pagamentos nos países em desenvolvimento, frequentemente obrigados a arcar com dívidas que fogem ao seu controle por causa dos custos cada vez maiores da importação de alimentos. E foi proposta ainda uma série de acordos comerciais destinados a evitar instabilidade no mercado nos momentos de tensão.

Posição chave

Todos esses pontos teriam obtido consenso das delegações presentes ao encontro, não fosse a discordância norte-americana. O seu secretário de Agricultura, John B. Block, explicou que a posição do seu país tanto no campo da produção, como na exportação agrícola, faz parte da política geral do presidente Reagan.

Estados Unidos é o principal produtor e um dos maiores exportadores de alimentos no mundo, particularmente em relação aos cereais. Assim, a administração norte-americana fica com uma dupla característica: de um lado tem grande responsabilidade na solução do problema da fome e da má nutrição; de

outro, exerce influência e controle decisivos na hora de ser colocada em prática qualquer decisão em matéria de alimentos. E o delegado de Ronald Reagan afirmou que os Estados Unidos não aceitarão os embargos de alimentos, com exceção dos casos em que estejam em jogo "razões extremas de política externa".

Os debates em torno da intervenção norte-americana tornaram-se mais aguçados quando o ministro de Comércio Interior da Nicarágua, Dionísio Marengo, interveio justamente para denunciar o embargo decretado, em janeiro deste ano, pelos Estados Unidos contra o seu país. A medida visou bloquear o crédito de 15 milhões de dólares destinados à aquisição de alimentos.

— Isto, afirmou o Ministro, prova que os alimentos são usados como arma política. No caso da Nicarágua, a consequência foi que ficamos sem pão durante todo o mês de maio.

O representante nicaraguense solicitou a inclusão de uma resolução por parte do CMA defendendo o direito do homem aos alimentos e, consequentemente,

contra a sua utilização como instrumento de pressão política. Os Estados Unidos se opuseram à esta resolução. No final dos debates, o Secretário de Agricultura norte-americano anunciou sua postura contrária aos três pontos imprescindíveis à criação da rede de segurança alimentar mundial.

Ele argumentou que a legislação norte-americana não admite compromissos com reservas alimentares que sejam administradas por outros países ou organizações. Como resultado, o texto final do encontro faz observações sobre a utilização dos alimentos como arma política: "Muitos países reafirmaram sua fé no princípio geral segundo o qual deve ser evitada a utilização dos produtos alimentares como um instrumento de pressão política. Muitos países declararam-se, portanto, convencidos de que os alimentos não devem ser utilizados como elementos de pressão política".

Deste modo, os Estados Unidos evitaram uma posição clara do CMA contra o emprego de alimentos como instrumento de pressão política. Assim, fica a ameaça de que imperativos da política exterior justifiquem que se continue ameaçando o homem com a fome. Outra consequência negativa da posição norte-americana: bloqueou as modificações no atual convênio sobre o comércio de trigo, em vigor desde 1971, que, embora seja considerado ineficiente, foi renovado por mais dois anos. Um exemplo evidente desta ineficiência é a falta de escalas de preços e a fixação de cotas para compra e venda do cereal. Por enquanto, isto continuará sendo função do jogo da oferta e procura.

Algumas interrogações

Porém, além destas graves questões, restam outras interrogações, também importantes,

que fazem prever uma persistência dos obstáculos acumulados.

— Que resultado terá o apelo, feito também em Novi Sad, para uma progressiva liberalização das barreiras protecionistas no comércio internacional?

— É possível — em quanto tempo e a que custo — a realização do princípio aceito pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos que insta estes últimos a incrementarem sua produção, melhorarem sua infra-estrutura e encaminhareм suas políticas em direção à auto-suficiência alimentar?

— Dentro dessa necessidade de melhoria da infra-estrutura, caberia também incluir a modifi-

cação da atual estrutura dominante na maioria dos países desenvolvidos, de modo que a produção dos setores rurais (que em alguns casos engloba mais de 80% da população) seja replanejada para não atender com caráter prioritário as demandas de consumo dos setores urbanos?

— A meta fixada como aceitável para o crescimento da produção de alimentos no mundo (quatro por cento) corresponde às tendências de aumento demográfico, levando-se em conta que com o atual ritmo nascem 72 milhões de pessoas a cada ano?

— Existiriam fórmulas para reduzir os atuais gastos em armamentos, calculados em 500 bi-

lhões de dólares por ano, para poder incrementar os orçamentos destinados ao aumento da produção de alimentos que, atualmente, estabelecem um mínimo de nove bilhões por ano?

Por último, deve se lembrar que o objetivo de erradicar a fome e a má nutrição no mundo no prazo de dez anos apareceu, pela primeira vez, como imperativo prioritário, há cerca de três décadas. O novo prazo estabelecido fala de duas décadas mais.

A fome causa a morte de 17 milhões de crianças a cada ano. Porém, há quem pense que não há pressa em enfrentar este drama. ☐

A crise da fome

Perspectivas da situação alimentar mundial na década de 80.

Extrato do informe apresentado na 7ª

Conferência Ministerial do Conselho Mundial de Alimentação

☐ "Durante os anos 70 a produção alimentar aumentou em apenas 2,7% nos países em desenvolvimento, muito abaixo da meta de quatro por cento — fixada pelas Nações Unidas — para fazer frente às necessidades de consumo. As inversões destinadas a satisfazer as necessidades alimentares do futuro caíram a níveis muito abaixo dos requeridos. Os custos de produção dos alimentos estão subindo constantemente e as tendências dos preços são também de alta.

"A medida que a população continua crescendo nas regiões de baixas receitas no mundo, o seu déficit alimentar é satisfeito só parcialmente através de importações caras que esgotam as divisas já escassas. A ajuda alimentar está abaixo da meta mínima, num momento em que aumentaram as necessidades de emergência. Se bem que vários países, particularmente na Ásia, conseguiram importantes avanços em relação à auto-suficiência alimentar, as tendências globais indicam um aumento notável do número de pessoas cronicamente famintas durante os anos 80.

"Além das emergências exigirem que seja imperativa a necessidade de uma ajuda maior, também é preciso redobrar os esforços para inverter a tendência crônica dos déficits alimentares que estão aumentando. Essas tendências lançam uma sombra sinistra sobre a crise alimentar, que tende a se agravar em prejuízo de muitos seres e nações nos anos futuros.

"Diante dessa situação, o Conselho Mundial de Alimentação manifestou, em 1980, numa reunião em Arusha (Tanzânia), o seu pessimismo quanto aos 'progressos da comunidade internacional na tarefa de colocar em prática as recomendações da Conferência Mundial de Alimentação'.

"Em 1981, a situação é ainda mais incerta e grave do que foi em qualquer outro momento da crise alimentar mundial de 1973/74."

"As perspectivas são particularmente trágicas no que se refere à África ao sul do Saara. A produção per capita vem diminuindo desde 1960 e a necessidade crescente de importações de alimentos não pode ser satisfeita plenamente devido ao grave problema de divisas."

Um passo de grande importância para limitar os abusos das transnacionais foi dado durante a última Assembleia Mundial de Saúde ao adotar-se o "Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno". Apesar de não ser obrigatório, este instrumento será incorporado por inúmeros países a suas legislações, além de abrir um precedente para o controle das atividades de outras transnacionais, em primeiro lugar da indústria farmacêutica.

Os escassos despachos que informaram sobre as deliberações da Assembleia, que é o órgão executivo da Organização Mundial de Saúde (OMS), deram especial destaque ao aspecto mais sensacional da votação realizada em Genebra: pela primeira vez na história das Nações Unidas, o governo dos Estados Unidos ficou completamente isolado. Logo após o delegado norte-americano votar contra uma esmagadora maioria no Comitê, passou-se à Assembleia e o Código foi aprovado por 118 votos a favor, três abstenções e somente um voto negativo: o dos Estados Unidos (25 delegações estiveram ausentes).

Esses números indicam um consenso que raras vezes foi registrado no seio da comunidade internacional e implicam, portanto, um respaldo excepcional para o Código. Desde que em 1979 a OMS e a Unicef iniciaram os preparativos do Código, houve consenso para esta iniciativa. Mas, enquanto numerosos países do Terceiro Mundo defendiam a adoção de um instrumento obrigatório, isto é, a regulamentação legal das atividades comerciais e publicitárias das transnacionais, algumas potências industriais inclinavam-se por um código voluntário que deixasse nas mãos de cada nação a interpretação e a aplicação, total ou parcial, das normas.

Um passo contra as transnacionais

A OMS aprova um novo "Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno" para limitar a atuação dos monopólios do setor

Pablo Piacentini



Se chegou-se a ter consciência universal sobre a necessidade de colocar um fim aos abusos destas transnacionais, é porque suas práticas são escandalosas e tocam num tema particularmente sensível: a mortalidade infantil.

"Se o aprovam, salvarão a vida de um milhão de crianças a cada ano durante a próxima década", afirmou James Grant, o diretor-geral da Unicef.

A afirmação quantifica somente o número de crianças cuja morte poderia ser evitada pela correta aplicação do Código em todo o mundo, mas está longe de enumerar todos os danos causados pelos substitutos do leite materno. É que através de multinárias e massacrantes campanhas publicitárias e promocionais as empresas têm conseguido um êxito contra a natureza: convencer a centenas de milhares de mães que no leite em pó enlatado seus recém-nascidos encontrarão virtudes nutritivas superiores ao do leite de seus seios.

Trata-se de uma falácia, pois está demonstrado que só dois por cento das mulheres têm problemas fisiológicos que lhes impedem de alimentar naturalmente seus bebês. É claro que nesses casos deve-se utilizar os substitutos e é um bem que um sucedâneo deste esteja disponível. Mas postos frente à frente, não se comparam as qualidades de um para outro leite.

Salvar vidas preciosas

Estes últimos alegaram que um código obrigatório dividiria as delegações e obteria maioria mas não consenso. No entanto, tão grande foi o consenso que pode-se dizer que ele passa a ser moralmente obrigatório para os governos, além de constituir uma recomendação oficial da OMS.

Foram muitos os delegados que afirmaram ter tomado o Código como modelo para ser inserido nas legislações de seus países. E, segundo a manifestação de numerosos defensores do Código, se as empresas alimentares não o acatarem, em 1983, quando a próxima Assembleia examinar sua instrumentação, pedirão que o torne obrigatório.

Como é óbvio, o leite materno é ótimo em relação às necessidades nutritivas dos primeiros meses de vida, enquanto que os produtos industriais não chegam ao mesmo nível. Além disso, o leite materno tem substâncias que imunizam os bebês contra fontes infecciosas externas e lhes dão uma maior resistência vital. É por isso que o leite materno é insubstituível entre os quatro e os seis primeiros meses de vida. Um outro dado é que a preparação dos substitutos requer operações de esterilização e de limpeza que — seja por desconhecimento, seja por falta de higiene — os tornam perigosos à saúde nas áreas pobres e subdesenvolvidas. São incontáveis os casos de mortes e enfermidades causadas pelo fato das mães não poderem ler as instruções, por serem analfabetas.

Assim, o uso indevido de leites industriais vem produzindo milhões e milhões de mortes e doenças entre as crianças. Como é notório, estes estragos afetam, sobretudo, as camadas pobres do Terceiro Mundo, onde a mortalidade alcança uma média de 120 para cada mil nascimentos, enquanto que a média desce para 13 sobre mil nos países industrializados.

Um dos efeitos indiretos mais graves registra-se nas economias dos lares de baixos recursos. Estimou-se que o custo da alimentação, através de substitutos, é de uns 20 dólares semanais por cada criança e, ainda que se trate de uma média, a cifra demonstra a carga econômica da alimentação artificial. As famílias mais pobres não podem ter acesso aos preparados e ficam com a sensação de culpa de ter privado seus filhos de algo que "necessitavam" para seu desenvolvimento normal.

Muitas vezes, apesar da falta de recursos, opta-se obcecadamente pelos substitutos lácteos, mas em quantidade insuficiente.

"Quando o leite em pó é diluído em excesso ou através de uma preparação não higiênica, converte-se numa fórmula de má nutrição e de doenças"; revelou o Ibfan (Rede de Ação sobre Alimentação Infantil, coordenadora das ações contra os trustes do leite artificial).

Recordar que o leite materno é grátis pode parecer óbvio. Mas o que mais chama a atenção como revelador da tremenda capacidade persuasiva e distorcida dos mecanismos da propaganda comercial é que a publicidade, cujo custo está incluído no preço do leite em pó, tenha convencido a quem o compra de que esse dom da natureza, que é o leite de seus próprios seios, não serve. Na verdade, o oposto é o certo.

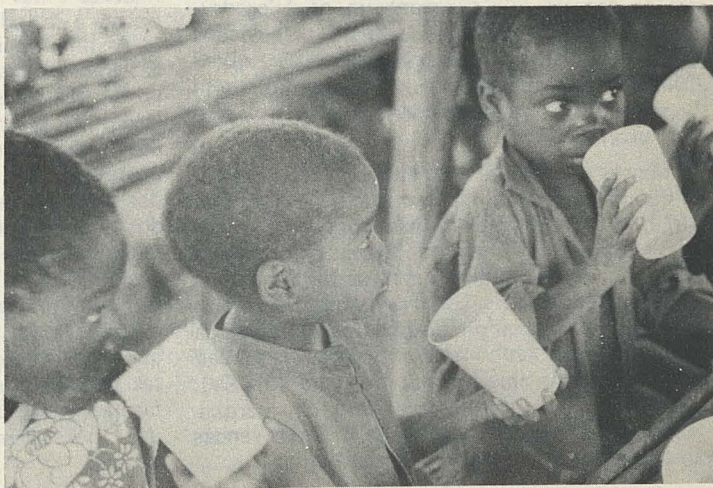
O Código de Conduta procura eliminar os mecanismos que conseguiram fazer acreditar na inexistente eficiência desses preparados. Proíbe a publicidade maciça em favor dos substitutos, assim como das mamadeiras e similares. Também veta a promoção direta por parte de agentes comerciais: distribuição de amostras grátis, visitas às mulheres grávidas e às mães internadas nos hospitais, favores ao pessoal médico.

Uma das violações éticas mais repugnantes é a de facilitar nos hospitais as visitas às mães, de vendedoras disfarçadas em enfermeiras, em horários não permitidos. É evidente que tal privilégio não é possível de ser conseguido sem a cumplicidade do pessoal hospitalar corrupto.

Coerência capitalista?

Com a política que defenderam os delegados norte-americanos na OMS, constata-se que o presidente Ronald Reagan escolheu o isolamento e a convivência com aqueles que concorrem para a elevada porcentagem de mortalidade infantil. Que a sua decisão foi consciente está claro por terem sido realizadas duas votações sucessivas, nas quais numerosos funcionários norte-americanos pressionaram o seu governo para que mudasse de posição.

Apesar de no início ter havido interpretações diferentes sobre os motivos da atitude norte-americana, agora todos coincidem em que a sua atitude foi inspirada em razões de princípios, se assim os podemos chamar. Reagan identificou-se com uma linha ultraliberal que abomina a intervenção do Estado nas atividades econômicas. Considera, as-



O leite materno é longe o alimento mais nutritivo para as crianças

sim, que não somente este Código, mas qualquer outro, implicaria uma interferência ilegítima das garantias constitucionais da livre expressão (apesar de nos Estados Unidos os fabricantes de tabaco estarem obrigados a prevenir os consumidores de que os cigarros são prejudiciais à saúde).

Quando lhe perguntaram porque nenhum de seus aliados iria votar junto com os Estados Unidos, um alto funcionário respondeu: "Creio que nós somos os mais firmes na decisão de defender o livre mercado".

E, efetivamente, são esses conceitos que induziram os norte-americanos a sustentarem essa posição intransigente. Em março passado, o secretário de Estado Alexander Haig enviou telegramas às nações da Europa Ocidental, ao Japão e ao Canadá lembrando-lhes "a possibilidade deste Código abrir um precedente para outros códigos referentes a outros aspectos do comércio internacional". No entanto, Hafdan Malher, diretor-geral da OMS, argumentou que "a motivação do benefício à saúde é mais importante que a motiva-

ção do benefício econômico". Porém, Reagan e o seu governo são de opinião contrária. Nada mais importante do que assegurar uma liberdade irrestrita às empresas e, sobretudo, às transnacionais que, na base da exploração, fizeram dos Estados Unidos a maior potência deste tempo. Esse princípio não se detém diante de nada. Nem sequer diante de um milhão de crianças mortas por ano. Com este episódio Reagan demonstrou que é dono de uma coerência capitalista a toda prova. Até à prova de humanismo. □

Um sorriso de bebê esconde altos lucros

□ Mascarado por trás de anúncios de recém-nascidos que transbordam de saúde e com todas as aparências e sugestões publicitárias para demonstrar que seus produtos são higiênicos e nutritivos, o negócio dos preparados infantis rende lucros astronômicos a um punhado de transnacionais: só no Terceiro Mundo suas vendas ascenderam a dois bilhões de dólares anuais.

As empresas estão reunidas no Conselho Internacional de Indústrias de Alimentação Infantil, cuja sigla em inglês é Icfi. Trata-se de um poderoso grupo de pressão que, entre outras coisas, organiza campanhas para persuadir os governos em favor de seus interesses. Com a realização da Assembléia, a Icfi mandou a Genebra várias equipes de agentes que pressionaram os delegados, tentando em vão semear a confusão. Os enviados do Icfi, que antes da votação pediam para que o Código não fosse aprovado, procuraram dissimular sua derrota argumentando que o Código não é obrigatório.

Muitos dos presentes ao encontro recordavam-se que precisamente em Genebra, em outubro de 1979, a OMS e a Unicef tinham convocado o Icfi e as empresas que o compõem para discutir a aceitação de um código de conduta que enquadrasse suas atividades. Estiveram presentes diretores da Nestlé — a empresa suíça líder do setor; da Abbot, Wyeth, American Home Products e Mead Johnson (norte-americanas); Cowgate (inglesa); Meiji e Morigana (japonesas) e Dime (dinamarquesa). Eles representavam cerca de 85% das vendas de alimentos infantis no Terceiro Mundo.

Os membros do Icfi aceitaram o código da boca *prá fora*. Na prática, estabeleceram apenas normas que lhes permitiam seguir atuando como antes. A manobra do Icfi consistiu em manipular este precedente, afirmando que tinha seu próprio código de conduta, o qual deveria ser adotado pelos governos do Terceiro Mundo. Assim tentava sepultar os questionamentos que lhe eram feitos. Somente os governos da Costa Rica, Peru, Malásia, Singapura, Quênia e África do Sul entraram no jogo.

"Esse código tem mais buracos de que um queijo suíço" — afirmou em Genebra o porta-voz da Rede de Ação sobre Alimentação Infantil (Ibfan), que coordena as organizações de consumidores e das Igrejas que fazem uma campanha oposta à do Icfi.

A Ibfan documentou em detalhes as andanças das transnacionais. Denunciou que no ano passado 34 filiais dessas empresas cometeram 682 violações éticas em 50 países. A Ibfan, as organizações internacionais e muitos funcionários governamentais têm o mérito de ter persuadido a todos os governos menos um — o dos Estados Unidos — de que somente mediante uma regulamentação poderiam ser contidos os abusos das transnacionais. Este Código, apesar de não obrigatório, é um primeiro passo, mas de sete léguas, para o controle das transnacionais do leite. Afirma-se que os executivos da Nestlé e de suas competidoras pedirão ajuda aos seus colegas da indústria farmacêutica, o próximo setor ameaçado, para que lhes dêem remédios contra esta dor de cabeça.

“O diálogo Norte-Sul tem sido um fracasso”. Jacques Hodoul, Ministro das Relações Exteriores da República de Seychelles, um arquipélago no oceano Índico, não tem dúvidas a esse respeito: “Os países que têm se enriquecido às custas de outros não tomarão a iniciativa de deixarem de ser ricos, de perderem seus privilégios e de ajudarem a quem, no passado e no presente, sempre foi a fonte dessas riquezas.”

O que fazer então? A situação é desesperadora, no entender de Hodoul, e continuará sendo assim “até que o Terceiro Mundo decida introduzir por si mesmo as mudanças necessárias na atual *desordem* econômica internacional”. Um sistema — argumenta — “que cria uma ordem só para os ricos”.

A República de Seychelles é um país pequeno e de escassos recursos naturais, que desde a revolução de 1977 optou por um modelo não capitalista de desenvolvimento. Sua firme posição em favor da desmilitarização do oceano Índico e sua ativa participação em todos os foros internacionais deram às suas propostas um peso moral muito maior do que poderia se esperar de uma nação de 280 quilômetros quadrados e 60 mil habitantes.

“A solução para os problemas do Terceiro Mundo começa por nós mesmos”, afirmou Hodoul na Conferência dos Países Não-Alinhados, em Nova Délhi, no início deste ano. “Os países que já não acreditam no diálogo — afirmou para **cadernos do terceiro mundo** em entrevista exclusiva realizada em Victoria, capital de Seychelles — devem convencer aos demais de que uma nova psicologia é necessária. Gradualmente construiremos assim uma opinião unânime, que nos permitirá tomar medidas concretas.”

“Não creio que exista no mundo uma loja onde os clientes

NORTE-SUL

“A solução somos nós mesmos”

Convencido de que entre o Terceiro Mundo e o Ocidente industrializado só existe “o diálogo do burro com seu ginete”, o chanceler de Seychelles defende a prioridade para a cooperação horizontal

Makwaia Kuhenga



Jacques Hodoul

escolhem as mercadorias e fixam eles mesmos o preço”, argumenta o ministro. “Na realidade — explica Hodoul — é exatamente isto o que ocorre com as matérias-primas do Terceiro Mundo. O preço do cobre é fixado em Londres, o do cacau em Nova Iorque”. E prossegue: “Devemos decidir coletivamente que, de agora em diante, seremos nós que determinaremos os preços e, além disso, devemos nos empenhar para que deixemos de ser meros exportadores de produtos básicos, que outros transformam em bens manufaturados para nos vender.”

O modelo da Opep

A Opep é um exemplo do modelo de “sindicato de produ-

tores de matérias-primas” que Hodoul propõe, por ter tido êxito em conseguir que os exportadores taxassem o preço do que iam vender. “Já é hora de nossos irmãos da Opep receberem um preço justo. Mas, por desgraça, muitos deles não entenderam ainda que deveriam canalizar suas receitas e investimentos para o Terceiro Mundo e não para a Europa Ocidental ou os Estados Unidos.”

Isso cria situações paradoxais: “Como a maioria de nossos amigos da Opep, nós lutamos pelos direitos dos palestinos contra a agressão de Israel, que ocupou suas terras. Mas ao investir seus excedentes nos Estados Uni-

“Não é um piquenique”

Como tenaz defensor da proposta de desmilitarização do oceano Índico, o Ministro das Relações Exteriores da República de Seychelles, Jacques Hodoul, não podia deixar de comentar a recente decisão norte-americana de ampliar suas instalações militares na base aeronaval da vizinha ilha de Diego Garcia, que será convertida na sede das Forças de Deslocamento Rápido, prontas para intervir em qualquer país da região. “Consideramos esta situação uma ameaça a nossa segurança e, por isso, insistimos em solicitar a realização de uma conferência das Nações Unidas

em Colombo, Sri Lanka, sobre o tema do Oceano Índico. Os *marines* não estão fazendo piquenique em Diego Garcia e sua presença aumenta as tensões na área.”

Uma reunião desse tipo, prevê Hodoul, “facilmente chegaria a um consenso sobre a proteção das rotas de petróleo por parte das Nações Unidas”. O chanceler revelou a cadernos do terceiro mundo que “a maioria dos países ribeirinhos do Índico estão dispostos a firmar um acordo internacional que garanta a livre navegação” desse oceano. No entanto, o Ministro lamenta que os Estados Unidos, em vez de atenderem a essas propostas, continuem aumentando a sua presença militar na área. “Se o que eles querem é uma confrontação com a União Soviética, por que não tê-la em seu próprio território, em vez de ameaçar a todos nós com o fantasma de uma guerra nuclear?”

dos, alguns deles estão financiando a agressão israelense através do circuito monetário.”

Diplomaticamente, o chanceler prefere falar do pecado sem identificar o pecador. Reconhece, é verdade, que “alguns países da Opep com quem temos grande amizade discutem com muita franqueza estes aspectos e estão tratando de modificar esta situação”.

Em seu programa de transformação da desordem atual em uma nova ordem econômica, Hodoul prevê uma segunda etapa: a cooperação regional, o intercâmbio comercial horizontal. “Estamos muito marcados pelo nosso passado colonial e sempre pensamos que os bens importados dos países capitalistas industrializados são melhores que os produzidos por nossos povos. Devemos mudar essa mentalidade e buscar entre nossos vizinhos o que poderemos comprar deles. Nossos maus hábitos comerciais contribuem para enriquecer o Ocidente, transferindo riquezas dos pobres para os ricos.”

Com dois exemplos aparentemente banais, ele explica a sua proposta: “Temos que deixar de comprar cerveja holandesa e fa-

bricá-la em nosso país. Temos que deixar de comprar fósforos da Suécia e importá-los da Tanzânia, Quênia ou algum outro país vizinho.”

Essa cooperação também deveria ser estendida à área técnica: “Não podemos esperar que os técnicos que nos mandam do Ocidente desenvolvam um projeto para nós se ele vai competir com indústrias similares de seus países.” Porém, sugere o Ministro, existem países do Terceiro Mundo, como a Índia, que tem inúmeros técnicos altamente qualificados em diversas especialidades, que podem contribuir para o desenvolvimento de outros países. Isso seria imprescindível para contrabalançar a enorme influência de *experts* ocidentais que, “salvo algumas exceções, vêm com atitudes e instruções expressas para que nossa situação não se modifique”.

Hodoul quer terminar com a “inocência daqueles que acreditam na ajuda externa” e com a “atitude de mendigo” em solicitá-la. “Temos que apresentar projetos viáveis e rentáveis para interessar os países da Opep a investirem neles e não nos bancos europeus e norte-americanos”

Contra o FMI

E as fontes tradicionais de financiamentos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial? O Ministro das Relações Exteriores de Seychelles não confia nelas: “Ambas são parte da desordem atual. Foram criados para manter o predomínio ocidental. Já estão os casos da Jamaica e da Tanzânia. Por acaso pode o Banco Mundial ou o FMI contribuir para a nossa independência econômica? O que eles fazem é um trabalho para nos manter perpetuamente dependentes da influência ocidental. Estão ali para que sejamos eternos devedores. Entre 1972 e 1979 a dívida do Terceiro Mundo cresceu de 100 bilhões para 250 bilhões de dólares.”

Só quando o Terceiro Mundo chegar a um consenso, fixar os preços de suas matérias-primas e industrializar suas economias com financiamento e tecnologias próprias (ou, pelo menos, procedentes, em sua maioria, de outros países em desenvolvimento) poderá se realizar um verdadeiro diálogo com o Ocidente capitalista, afirma Hodoul. Caso contrário, “só teremos o diálogo do burro com seu gineite.” □

A cooperação começa em casa

Enquanto o diálogo Norte-Sul vive um impasse, as nações subdesenvolvidas partem para um maior intercâmbio entre si mesmas

Said Madani

Nos próximos dois anos, serão tomadas importantes medidas no campo econômico e comercial para ampliar o intercâmbio entre as nações subdesenvolvidas*, segundo recomendações, aprovadas por unanimidade, na reunião de alto nível do Grupo dos 77, do qual participam atualmente 122 países, isto é, a quase totalidade do Terceiro Mundo. O encontro, realizado em maio, no balneário de Caraballeda, próximo a Caracas, resultou também na criação de um grupo de assessoramento direto ao presidente do Grupo dos 77, o venezuelano Manuel Pérez Guerreiro, particularmente para assuntos relacionados com a Cooperação Econômica entre os próprios Países em Desenvolvimento.

O documento de Caracas, aprovado num clima de consenso e resumido em 40 páginas, ganha

* Como a maioria dos países subdesenvolvidos encontra-se no hemisfério Sul, chama-se tecnicamente a cooperação entre eles próprios de cooperação Sul-Sul. É uma contraposição ao intercâmbio entre nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, chamado Norte-Sul.

importância particular por ser o primeiro passo concreto no sentido de enfrentar o subdesenvolvimento, através da cooperação econômica Sul-Sul. É uma resposta aos repetidos fracassos que vêm se registrando no plano do diálogo Norte-Sul, tanto por causa da intransigência norte-americana, como também pelas próprias divergências internas dos países do Terceiro Mundo. Assim, fracassaram até hoje todas as tentativas de pôr em prática o diálogo Norte-Sul no espírito da Nova Ordem Econômica

Internacional, com os países ricos ajudando os países pobres. Desde a conferência de Paris, que tratou o assunto de forma global, até às reuniões específicas, convocadas para discutir temas como comércio, preços de matérias-primas, ciência e tecnologia, os resultados têm sido sempre os mesmos: nada de conclusivo.

Recomendações

Ao final dos debates do Grupo dos 77 em Caracas, foram



O intercâmbio nos transportes é também uma das metas da cooperação Sul-Sul



O novo relacionamento Sul-Sul inclui a produção e a comercialização de fertilizantes, pesticidas e maquinaria agrícola

apresentadas importantes sugestões em cinco campos de atividade dos países subdesenvolvidos: comércio, alimento, energia, matérias-primas e finanças. No campo das finanças, ficou decidido que ainda este ano um grupo de especialistas vai se reunir para estudar medidas concretas em relação ao desenvolvimento financeiro. Tratarão particularmente de questões surgidas dentro do Movimento Não-Alinhado, como, por exemplo, o fundo de solidariedade, o Banco do Terceiro Mundo e o financiamento a médio prazo dos Balanços de Pagamento. Esta última questão nasceu de uma proposta da Conferência Ministerial do Grupo dos 77, realizada na Tanzânia, há dois anos.

No caso particular dos Balanços de Pagamento, o Grupo dos 77 concluiu que a grande dificuldade para equilibrá-los deve-se a dois fatores: às relações desiguais na área comercial entre o Terceiro Mundo e os países desenvolvidos (que comprem matérias-primas a baixo custo e vendem produtos industrializados a preços elevados) e à lentidão com que vem se processando a penetração

do Terceiro Mundo nos mercados mundiais. Num dos documentos preparatórios à discussão do tema, havia uma proposta de criação de uma Agência de Desenvolvimento do Terceiro Mundo. Foi retirada de pauta por causa da oposição que sofreu da Opep, que viu na agência um mecanismo para canalizar seus excedentes de petróleo.

No plano comercial, há um fator chave: a criação de um Sistema Generalizado de Preferências Comerciais (SGPC). Foi convocado para julho um encontro de especialistas para discutir o sistema, com uma recomendação especial: a elaboração de normas simples e flexíveis para que possa haver a máxima participação dos países do Terceiro Mundo.

No campo da alimentação, as sugestões do encontro deram ênfase a uma cooperação mais estreita entre os países agrícolas e aqueles que já têm capacidade tecnológica e financeira. Essa cooperação envolve também a produção e a comercialização de fertilizantes, pesticidas e maquinaria agrícola. Ainda este ano, um grupo de especialistas discu-

tirá o projeto de criação de um fundo de reservas alimentares.

Por fim, mereceu ênfase também a comercialização de matérias-primas e a crise energética. A recomendação no campo energético, é de que se privilegie a comercialização do petróleo a nível estatal, em detrimento das empresas transnacionais. Além disso, houve recomendação para que as importadoras do Terceiro Mundo tenham prioridade.

Outra recomendação: um encontro, no primeiro semestre de 82, para estudar fórmulas para reforçar a política de desenvolvimento energético no Terceiro Mundo.

No plano das matérias-primas, a proposta é semelhante à feita para o campo energético: os exportadores devem dar prioridade aos importadores do Terceiro Mundo e, estes, por sua vez, devem procurar abastecer-se cada vez mais no Terceiro Mundo. Os especialistas partem do princípio de que no campo do intercâmbio das matérias-primas é onde as relações entre os países do Terceiro Mundo podem conseguir maior êxito.

O encontro de Caracas e seus resultados não significam que tenha havido uma mudança do Terceiro Mundo em relação ao diálogo Norte-Sul. Esta exigência continua de pé e a prova disso está na convocação de uma reunião de Chefes de Estado, marcada para setembro próximo, no México. Seu objetivo: reatar o diálogo Norte-Sul.

O importante do encontro de Caracas está justamente na abertura de um caminho dentro do próprio Terceiro Mundo e na possibilidade de aplicação de um programa. É evidente que isso vai depender muito das reuniões sucessivas que estão sendo programadas. O fato, no entanto, é um dos mais positivos registrados no Terceiro Mundo, nos últimos anos. □

A mensagem de Bob Marley

Símbolo da alienação das juventudes marginalizadas ou militante das lutas de libertação, o superstar morto transforma-se em herói da cultura popular do Terceiro Mundo

Brian Meeks



A figura de Bob Marley, músico que popularizou mundialmente o *reggae* jamaicano, está hoje no centro de um acirrado debate no país, onde estão sendo avaliados seus méritos e defeitos, assim como a sua contribuição às lutas de sua pátria e do Terceiro Mundo pela libertação.

Bob Marley morreu de câncer em Miami, a 11 de maio passado, no auge de uma carreira que o converteu em *superstar* internacional. Muitos daqueles que apreciavam sua música fora da Jamaica se lembram do músico e compositor como um artista delgado e excêntrico, de longos cabelos crespos, empunhando uma guitarra elétrica como arma e contorcendo-se ao compasso do ritmo da *Wailers Band*.

Outros se sentem atraídos pelos aspectos mais esotéricos e alienantes da filosofia *rastafari* adotada por Marley. Elementos desta cosmovisão semi-religiosa, como o consumo de maconha, a crença na divindade do falecido imperador etíope Haile Selassié, os apelos à paz e ao amor, evocam o estilo de vida dos *hippies* dos anos 60 e repercutiram profundamente no ânimo de milhares de jovens desencantados, particularmente na Europa e nos Estados Unidos.

Mas em seu próprio país e para muitos de seus admiradores, o aspecto mais importante desse homem que vendeu 20 milhões de discos durante sua vida foi o forte conteúdo democrático e revolucionário de suas composições.

Faz falta uma revolução

Nascido em 1945, Marley cresceu nos sórdidos guetos do oeste de Kingston, a capital da Jamaica. Nem depois de consolidadas sua popularidade mundial e sua fortuna pessoal, suas canções

deixaram de refletir as condições opressivas do gueto em que viveu e, por extensão, as de todos os trabalhadores do mundo.

*"Cold ground was my bed
last night
rock was my pillow too"*

(Um chão frio foi a minha cama a noite passada/e uma pedra foi meu travesseiro" — versos de "Talking Blues", 1974).

*"No chains around my feet,
but I'm not free
I know I was brought here in
captivity"*

("Não há algemas em meus pés, mas não sou livre/eu sei que fui trazido prá cá no cativeiro" — versos de "Concrete Jungle", 1972).

Como a maioria dos jovens nas comunidades marginais das sociedades capitalistas, sejam industrializadas ou do Terceiro Mundo, o primeiro encontro de Marley com o Estado foi através da polícia. Sua canção "Curfew" (toque de recolher ou, por extensão, sirenes), escrita em 1973, refere-se a essa experiência:

*"This morning I woke up in a
curfew,
Oh! Lord, I was a prisoner
too, could not recognize the
faces standing over me, they
were all dressed in uniforms
of brutality"*

("Esta manhã despertei com sirenes/Oh! Senhor, eu também era um prisioneiro/não pude reconhecer os rostos que me rodeavam/vestidos todos com uniformes de brutalidade")

Mas Marley, no ápice de sua carreira, não se contentou em descrever as condições dos pobres e deu um passo à frente, convocando o povo a levantar-se contra o sistema:

*"It takes a revolution to make
a solution, too much
confusion, so much
frustration"*

("Faz falta uma revolução, para forjar uma solução/demasiada confusão, tanta frustração" — de sua canção "Revolution", 1974).

*"We've been trodding on your
winepress much too long,
rebel, rebel."*

*We've been taken for granted
much too long,
rebel, rebel!"*

("Por muito tempo temos pisoteado — as uvas — nas suas prensas de vinho/rebele-se, rebele-se/muito tempo eles têm considerado a — nossa submissão — como algo óbvio/rebele-se, rebele-se" — de "Babylon System", 1979).

De braço com a África

Com uma história de escravidão típica do Caribe — nas grandes plantações para exportação — e, desde então, uma grande população negra na Jamaica, não é de se estranhar que a música de Marley expresse as lutas pela libertação africana, como exemplifica esta exortação aos combatentes pela liberdade do Zimbábue:

*"So arm in arm with arms
we'll fight the bitter struggle
That's the only way we can
overcome our little troubles"*

("Porque ombro a ombro e armados/enfrentaremos a luta amarga/É a única forma pela qual poderemos/superar nossos pequenos problemas" — versos de "Zimbábue", 1979).

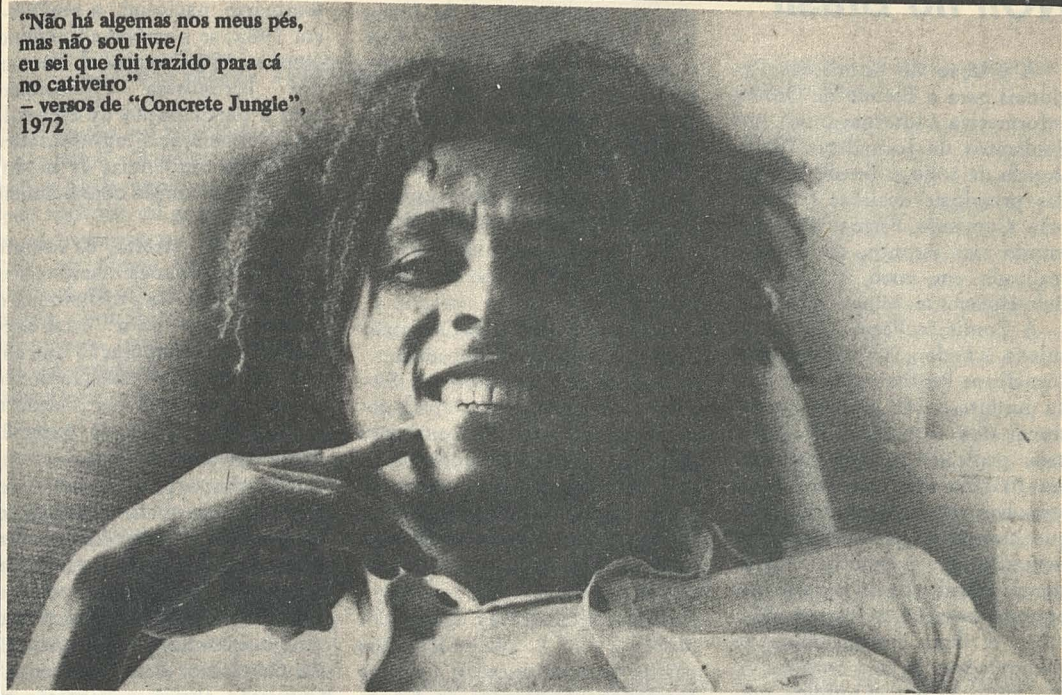
Não foi, portanto, uma surpresa o convite especial recebido por Bob Marley depois da vitória da Zanu-PF para as cerimônias da independência do Zimbábue, onde cantou para milhares de fãs africanos.

O ritmo do reggae nasceu, como Bob Marley, nos guetos de Kingston. E ambos sensibilizam guetos semelhantes de outras ilhas do Caribe e das grandes metrópoles do Norte industrializado. Assim, esta música chegou a ser considerada a expressão cultural dos povos oprimidos. E foi também seu canto de resis-



*"Porque ombro a ombro
e armados/
enfrentaremos a luta
amarga/
É a única forma
pela qual poderemos/
superar nossos pequenos
problemas"
— versos de "Zimbábue",
1979*

"Não há algemas nos meus pés,
mas não sou livre/
eu sei que fui trazido para cá
no cativeiro"
- versos de "Concrete Jungle",
1972



tência e sua expressão de confiança no triunfo. Impregnadas por este espírito de rebeldia e pelas crenças africanistas dos *rastafaris*, as letras de Marley transformaram-se em sucessos no continente africano.

Apropriando-se do herói

As milhares de condolências que vieram de todas as partes do mundo para o *Tough Gong Studios* (a gravadora do artista na Jamaica) e a forma como sua morte repercutiu nos meios de comunicação mundiais, refletiram a enorme influência deste compositor popular. Seus funerais foram realizados no maior auditório do país, mas os 15 mil lugares da *National Arena* foram insuficientes e muitos milhares de fãs choraram pelas ruas. O governo não declarou luto oficial,

porém todo o país parou quando o herói cultural do povo foi sepultado.

Desde então duas tendências desenvolveram-se na Jamaica e internacionalmente em relação às interpretações do seu legado. Tentando ignorar a essência progressista de sua mensagem, o governo direitista do premier jamaicano Edward Seaga apresenta Marley como um exemplo de menino pobre que triunfou dentro do sistema graças à disciplina e ao trabalho duro. A esquerda, por outro lado, considera que a mensagem do artista é na sua essência revolucionária, criticando, no entanto, alguns aspectos que "promovem a negatividade, a alienação e a harmonia de classes". Não é à toa que as emissoras oficiais e as rádios transnacionais venham dando preferência

nas suas programações para o tema "One Love", já que sua letra ambígua pode ser interpretada como um apelo à conciliação entre explorados e exploradores.

Qual será o juízo da História sobre o homem que pôs o *reggae* na boca de todo mundo? Isto depende, em grande parte, do próprio destino do movimento popular da Jamaica, que sofreu um duro golpe com a vitória de Seaga nas eleições de 1980. Qualquer que seja a avaliação, é inegável que Bob Marley tinha algo a dizer e essa mensagem penetrou profundamente no coração do povo, que o acompanhou em massa durante os 100 quilômetros percorridos pelo cortejo fúnebre, desde Kingston até a sua sepultura na aldeia de St. Ann, sua terra natal. □

NOII no Brasil

A criação de Comissões Regionais para o Estudo da Ordem Informativa Internacional nos Sindicatos de Jornalistas Profissionais de todo o Brasil foi uma das principais decisões tomadas pela Comissão Permanente que estuda esse assunto, em reunião realizada em maio último, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Comissão Permanente, vinculada à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, foi criada durante o 18º Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, realizado no ano passado, em Brasília. Seu objetivo é desenvolver um programa de ação que contribua para efetiva participação dos jornalistas profissionais brasileiros no debate, que ora se trava em todo o mundo, sobre o fluxo internacional de informações e as suas consequências junto à opinião pública, particularmente no que se refere à criação de uma ordem internacional mais justa.

A Comissão é formada por cinco jornalistas, com mandato de três anos: Argemiro Ferreira (Rio de Janeiro), Guy de Almeida (Minas Gerais), Laurindo Leal Filho (São Paulo), Luís Gonzaga Motta (Brasília), Renato de Freitas (Espírito Santo). Em sua última reunião, a Comissão elegeu seu coordenador, por unanimidade, o jornalista Guy de Almeida.

Durante o encontro, os membros da Comissão fizeram amplas exposições sobre as suas participações em eventos nacionais e internacionais sobre comunicação, nos últimos meses, durante os quais o tema da Ordem Informativa Internacional foi tratado. Ficou evidenciada a realização e aprofundamento de contatos com entidades internacionais da área, como a Unesco, o *Instituto Latinoamericano de Estudios*

Transnacionales (Ilet), a Organização Internacional de Jornalistas (OIJ), a *Federación Latinoamericana de Periodistas* (Felap), a *Federación Latinoamericana de Trabajadores de la Prensa* (Felatrap), o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), o *Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo* (Ciid) e a União Católica Latino-Americana de Imprensa (Uclap).

Entre as decisões da Comissão durante a reunião destacam-se:

Estimular a criação, nos Sindicatos de Jornalistas Profissionais de todo o país, de Comissões Regionais para o Estudo da Ordem Informativa Internacional, como forma de ativar o debate em torno do tema e sensibilizar os jornalistas para a sua importância.

Promover, através dessas Comissões, com a colaboração dos cursos de Comunicação e outras entidades interessadas no debate do tema, seminários regionais que permitam um maior conhecimento da atual situação e das várias tendências observadas nos debates em relação aos trabalhos para a estruturação de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação.

Organizar paulatinamente um seminário nacional, a realizar-se em 1982, se possível coincidindo com o 19º Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, com a participação de especialistas internacionais representativos das várias tendências de modo a permitir um amplo conhecimento do tema.

Abrir ou estreitar os contatos com as entidades nacionais ou internacionais de profissionais de comunicação para estabelecer vínculos de cooperação que contribuam para a realização de seus objetivos comuns em relação ao tema, intercâmbio de experiências e documentação.

Estudar o projeto das comunicações regionais — através do Sistema Econômico Latino-Americano e da Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação — para uma tomada de posição na próxima reunião da Comissão. Posteriormente, a Comissão abrirá a discussão nas áreas sindicais visando estimular a participação dos jornalistas nas Comissões Regionais.

Apresentar documentos e falar sobre o tema na próxima Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais, marcada para setembro próximo.

MUDANÇAS NA INFORMAÇÃO

Alterações importantes verificaram-se nos órgãos de informação de Moçambique, adequando-os às novas necessidades do processo revolucionário e buscando alcançar um nível mais eficaz no seu trabalho. Mia Couto, jovem diretor da revista semanal "Tempo" passou a desempenhar idênticas funções no matutino "Notícias" de Maputo — o jornal de maior circulação no país — enquanto a direção de "Tempo" passou para Albino Magaia, militante nacionalista ligado há mais de uma década ao jornalismo moçambicano. O anterior diretor de "Notícias" passa a pertencer ao quadro de funcionários da sede nacional do Partido Frelimo.

O Ministro de Informação José Luis Cabaço, falando na cerimônia de posse dos novos responsáveis, afirmou que com essas mudanças pretende-se "fazer da informação um destacamento avançado da Revolução". Temos de garantir uma informação agressiva e dinâmica — disse ele — e acrescentou que deve-se acabar com "o espírito de funcionário público colonial", aludindo ao burocratismo e ao espírito de rotina que prevalece em alguns elementos das redações.

Uruguai: meses decisivos

Desde os tradicionais partidos Blanco (ou Nacional) e Colorado, até os setores mais radicais da esquerda, todos os representantes da sociedade civil coincidem atualmente no Uruguai quanto à necessidade de buscar uma saída política que não passe pela institucionalização da ditadura, que está no poder há oito anos.

Uma mobilização política, impossível de se imaginar poucos meses atrás, foi a consequência mais evidente do plebiscito do mês de novembro passado, quando o país rechaçou categoricamente a proposta continuísta dos militares. De Montevideu, a agência IPS informa que "temas tabus como a tortura e a corrupção administrativa — denunciadas amplamente a nível internacional — passam a ser debatidos (no país) e os partidos políticos começam a ganhar zonas mínimas de legalidade".

Todas as forças coincidem também na análise de que caso não se chegue a um acordo sobre uma saída política, o impasse atual poderá desembocar em explosões populares e violência política de consequências imprevisíveis.

No pronunciamento mais importante posterior ao plebiscito, as Forças Armadas uruguaias anunciaram que no próximo mês de agosto nomeariam um substituto — civil ou militar — do atual presidente Aparício Méndez. Surgiu então uma luta pelo poder em cujo centro estava a figura do general Gregório Alvarez, ex-comandante-em-chefe do exército e que, em caso de substituir o velho presidente (na ver-

dade, uma figura decorativa), teria poderes reais e mais amplos.

No entanto, essa eventual saída, já qualificada por todos os setores de oposição como "uma nova forma de institucionalizar a ditadura", está encontrando sérias dificuldades. Mesmo que os militares consigam um consenso e concordem em impor um candidato (a designação recai sobre o Conselho da Nação, organismo integrado em sua maioria por oficiais-gerais das Forças Armadas), dificilmente eles conseguirão criar um clima de estabilidade. A oposição e as fortes pressões internacionais exigem a volta à normalidade democrática.

Nesse sentido foi muito importante o surgimento no exterior de um "fenômeno sem precedentes na América Latina": a Convergência Democrática. Segundo uma análise feita em Montevideu por Américo Grandona, "pela primeira vez, esquerda e direita encontram um denominador comum de entendimento na necessidade de retomar a via democrática perdida em 1973,

causando grande expectativa dentro do país".

Em junho, no México, a Convergência registrou um significativo êxito político ao conseguir unir na mesma tribuna as grandes correntes internacionais: a socialista, a democrata-cristã e a liberal, que emitiram uma resolução, assinada por seus respectivos secretários-gerais, exigindo o restabelecimento da democracia no Uruguai. Esse fato e a petição do presidente da Convergência Democrática, Juan Ferreira (filho do ex-senador e dirigente máximo do Partido Blanco, Ferreira Aldunate), solicitando sua entrada no país, repercutiram de imediato no Uruguai, onde crescem as iniciativas reivindicando a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Assim, no pouco tempo que falta para a designação do novo presidente, as Forças Armadas uruguaias terão a última oportunidade para institucionalizar-se no poder. No entanto, os observadores são unânimes em afirmar que a deterioração econômica, as pressões internacionais e a hostilidade de quase toda a população, tornam frágil a viabilidade política do continuísmo.

Aparício Méndez
ao tomar posse:
uma figura
decorativa que
deverá deixar
o governo no
próximo mês de
agosto



África Austral e América Latina: uma luta comum

□ A Segunda Jornada de Solidariedade com os povos da África Austral e América Latina será realizada na Itália durante este ano. A informação é do Secretário do Comitê Central do MPLA-Partido do Trabalho para as Relações Exteriores, Afonso Van Dunem, quando da sua visita a Roma para concretizar os preparativos para o encontro com as principais forças democráticas e progressistas da Itália.

As primeiras jornadas foram realizadas em Luanda (Angola), em 1979, e contaram com a presença de destacadas delegações de numerosos países e movimentos de libertação, alcançando importante repercussão e sucesso que inspiraram o seu prosseguimento. O dirigente angolano afirmou que a reunião será centralizada em assuntos relacionados com a paz regional e mundial: a independência da Namíbia, o *apartheid* na África do Sul e as constantes agressões de Pretória aos países da "Linha da Frente", particularmente a Angola e Moçambique.

Van Dunem disse ainda que as ajudas conseguidas na Itália para a realização das jornadas prometem um novo êxito. Nesse sentido, manteve contatos com os titulares das relações exteriores do Partido Socialista (parte da maioria no governo), do Partido Comunista (o segundo do país), com o alcaide de Roma, Luigi Petroselli e com representantes de outras forças democráticas. Seus interlocutores lhe garantiram suas participações e apoio a nível de organização.

O líder angolano revelou também que, apesar do objetivo principal ser a mobilização da opinião pública italiana, objetiva-se dar às jornadas maior representatividade e repercussão internacional, convocando-se para o encontro não só os movimentos democráticos e progressistas da América Latina e África, como também representantes da Europa e de outras partes do mundo.

Trata-se, segundo Van Dunem, de se propiciar ações no campo internacional que, como as jornadas, contribuam para o isolamento do regime de Pretória, forçando-o a conceder a inde-

pendência da Namíbia e terminar de uma vez por todas com o *apartheid* na África do Sul.

Outro grande tema das jornadas será a solidariedade com os povos que na América Latina lutam contra as ditaduras. A experiência de Luanda mostrou que, apesar da distância e da difícil comunicação entre os dois continentes, existem interesses comuns entre os povos da África Austral e da América Latina, como também, que é possível identificar as batalhas que em ambas as regiões devem ser levadas à frente para derrotar o inimigo imperialista.

União na guerrilha, divergência no governo

□ No seio das forças revolucionárias da Guatemala foi considerada de grande significado para o futuro da luta contra a ditadura do general Lucas García a decisão do Partido do Trabalho Guatemalteco (Partido Comunista da Guatemala) de militarizar as suas fileiras e se unir aos grupos guerrilheiros que estão lutando com armas na mão.

Essa nova estratégia foi adotada depois da autocrítica feita pela direção do Partido que reconheceu ter cometido erros na condução de sua política e em relação à unidade das oposições.

A direção do Partido anunciou a criação de células militares que — paralelamente às formas políticas de luta — enfrentarão o regime de Lucas García.

Os comunistas guatemaltecos fizeram um apelo à unificação de todos os grupos guerrilheiros e outras organizações de resistência para a criação do Exército Popular Revolucionário. Obser-



Lucas García: mais problemas

vadores políticos da Guatemala acreditam que após essa decisão do Partido do Trabalho Guatemalteco será fortalecido o processo de união de todos os adversários do regime militar.

Por sua vez, na arena situacionista, a destituição do coronel Hugo Tulio Bucaro, ministro das Finanças, que inicialmente parecia ter renunciado, abalou o governo e mostrou a existência de divergências mais profundas do que se podia esperar.

Bucaro, que ocupava o cargo de ministro das Finanças desde a subida ao poder do general Romeo Lucas García, há três anos, foi demitido, segundo palavras do presidente "porque entrou em conflito com vários ministros e, principalmente, com a iniciativa privada a respeito de certos impostos".

O coronel se opunha à decisão do governo de retirar o imposto de exportação dos produtores de café, reivindicação essa que, além de ter sido levantada pelos poderosos cafeicultores, contava com o apoio do Movimento de Libertação Nacional (MLN), partido de extrema direita, cuja bancada no Congresso assegurou a votação que beneficiava os produtores. Faltam, no entanto, duas votações mais para que a medida possa ser transformada em decreto.

O próprio presidente afirmou que "não se trata de se aprovar um rebaixamento de impostos que possa levar a uma descapitalização do país". Porém, estimam os observadores que sérias pressões — internas e externas — parecem ter sido mais fortes que esse leve verniz nacionalista esgrimido pelo chefe de Estado.

A China se alia à Trilateral

□ A China parece não ter limites na sua procura de aliados contra a União Soviética. A última demonstração desta postura obstinada foi um encontro, em Pequim, de dirigentes do Instituto Chinês para Assuntos Estrangeiros com 33 membros da Comissão Trilateral, a instituição mais importante do capitalismo internacional.

Entre 22 e 24 de maio, os antifitriões chineses receberam, com todas as honras, seus hóspedes capitalistas. Os visitantes estiveram reunidos com o homem forte do governo de Pequim, Deng Xiaoping, conversaram com os principais dirigentes do setor econômico e participaram de uma reunião na Assembléia Popular, a sede mais representativa do sistema socialista. Nada do que foi discutido chegou ao conhecimento do público, com exceção dos discursos e declarações oficiais feitas à imprensa.

"Discutimos como aumentar e reforçar nossa cooperação bilateral", disse o presidente do Instituto Chinês para Assuntos Estrangeiros, Hao Dequin. Em outras palavras, ele disse exatamente o seguinte: foram analisados meios de impulsionar os vínculos, em todos os níveis, entre os países capitalistas avançados e a China Popular.

Foi a primeira vez que a Comissão Trilateral realizou uma abertura de tal natureza fora do mundo capitalista. O motivo do encontro foi justamente o objeti-

vo do governo chinês de fazer alianças com todas as forças que possam criar barreiras ao chamado "expansionismo soviético". O regime socialista soviético foi eleito pela China como seu inimigo principal.

A Comissão Trilateral, fundada em 1973, é uma organização que reúne capitalistas dos principais países do Ocidente. Foi idealizada pelo banqueiro David Rockefeller, chefe do clã que tem o seu nome, e que até recentemente presidiu o *Chase Manhattan Bank*. Rockefeller assistiu às reuniões em Pequim como presidente da seção americana da Comissão Trilateral.

Entre os membros da Comissão, se destacam James Carter, ex-presidente dos Estados Unidos, Henry Kissinger, Cyrus Vance e Zbigniew Brzezinski, para citar alguns dos mais conhecidos políticos norte-americanos. O objetivo da Comissão é reunir periodicamente as personalidades que possam contribuir para harmonizar e desenvolver as relações mútuas entre os países capitalistas, assim como perante o mundo que os rodeia. Quer dizer: os países socialistas e o Terceiro Mundo.

Um detalhe: enquanto em Pequim Deng Xiaoping e seus colaboradores mantinham discussões cordiais e proveitosas com os representantes da Comissão Trilateral, as tropas chinesas cruzavam a fronteira e atacavam postos militares da República Socialista do Vietnã.

Tailândia: o mercado de crianças

□ A Tailândia é um dos países onde ainda se aceita um fenômeno cujo nome o governo não ousa pronunciar: a escravidão. Ela se manifesta no tratamento de milhares e milhares de crianças que a cada ano são vendidas em verdadeiras feiras humanas. Depois de compradas, elas são levadas para fábricas, prostíbulos e salas de massagens. A maior parte dessas crianças são do sexo feminino e têm idades que variam entre dez a 14 anos. Seu preço vai desde 20 a 100 dólares, mas uma menina muito bonita, obviamente com destino certo para a prostituição, pode custar até 500 dólares.

Os principais centros deste tráfico encontram-se na pobre região nordeste do país e na principal estação ferroviária da capital, Bangkok. Don Luce, jornalista da publicação norte-americana *The National Catholic Reporter*, descreveu o funcionamento do mercado de crianças na estação ferroviária de Hualampong. A informação que ele recolheu indica que durante a temporada seca no nordeste, entre novembro e abril, são colocadas à venda mais de 500 crianças por semana.

Os "agentes de emprego", conhecidos como *pescadores*, observam as condições e aparência dos adolescentes e decidem quais serão entregues à prostituição e quais serão enviados para o trabalho fabril. Uma parte das crianças escravas é negociada em uma dezena de agências localizadas em torno da estação e outra

parte é levada diretamente às fábricas.

É, portanto, um tráfico volumoso e organizado profissionalmente. E não poderia subsistir, pelo menos na quantidade e nas modalidades atuais, sem a complacência governamental. A Tailândia tem um sistema monárquico, mas o poder real está nas cúpulas militares, apoiadas por políticos tradicionais. As rivalidades entre estas figuras produziram um regime instável que é, além disso, um dos mais corruptos da Ásia.

O fato do Ministério do Trabalho só ter 50 funcionários para inspecionar as 36 mil fábricas legalmente estabelecidas — existem ainda mais cinco mil não registradas — demonstra o desinteresse do governo em controlar esse tráfico. E não somente a venda, como também as condições a que são submetidas as crianças, tornam apropriado o termo escravidão. Eles exigem das crianças um horário de trabalho de 12 ou mais horas; frequentemente devem dormir no mesmo lugar onde trabalham, em condições precárias para a saúde; são mantidas enclausuradas; e são alimentadas com o estritamente necessário para a sobrevivência.

Mas os funcionários do governo afirmam que não é correto falar de escravidão e qualificam o fenômeno de exploração infantil. Vichit Saengthong, diretor do Departamento do Trabalho da Tailândia, declarou: "Trata-se de dar emprego a uma crian-

ça durante seis meses, pagando o seu salário adiantado para os pais. Se alguém vende uma menina a um prostíbulo por seis meses ou um ano, por exemplo, após esse período ela é liberada."

A prática, no entanto, não confirma as afirmações de Saengthong. Todo mundo sabe que quando os pais se apresentam para recuperar suas filhas no vencimento do prazo combinado, lhes é dada a desculpa de que elas escaparam. Na realidade, os agentes passam as jovens de uma casa de prostituição para outra, de mês em mês.

A corrupção e uma legislação permissiva tornam inoperante a ação dos inspetores. Só se pode acusar os empresários de ter escravos se a agência que os entregou não tiver licença.

Na base deste processo estão a miséria dos camponeses e a política econômica do governo. Os plantadores de arroz do norte não ganham suficiente para manter todos os seus filhos. Se os filhos vendidos fossem devolvidos aos pais, eles teriam que vendê-los outra vez. Isso porque o governo rebaixou o preço que paga atualmente aos agricultores pelo arroz que produzem, pois está interessado na emigração de mão-de-obra barata do campo para as fábricas, no intuito de aumentar as exportações e para que elas tenham um preço competitivo. Assim os empresários inescrupulosos lucram com um trabalho escravo, de custo irrisório.

Barbados: e agora?

□ O Partido Trabalhista (PL) do primeiro-ministro Tom Adams obteve uma contundente vitória nas eleições passadas de fins de julho, permitindo-lhe iniciar um segundo período de governo. Foram disputadas 27 vagas — para as quais havia 60 candidatos — do Parlamento, criado há 138 anos. O Partido Trabalhista conquistou 17 cadeiras e seu principal rival, o Partido Democrático Trabalhista (PDL), liderado por Errol Barrow — com uma plataforma não muito diferente do PL — obteve somente dez.

Com seu lema “um bom período merece outro”, Adams conseguiu atingir a sua meta quando convocou eleições antecipadas (seis meses antes do mandato constitucional): assegurou um segundo período antes que os efeitos da incontrolável inflação comessem a ser adver-

sos ao seu governo. Entre outras medidas, o opositor PDL prometia — no caso de vitória — instituir um sistema seletivo de controle de preços para os bens básicos, como forma de proteger as camadas mais pobres da população. A resposta do governo foi a de que “os controles geram escassez e confusão”.

Ainda que Adams o tenha rechaçado firmemente, a oposição o acusou de permitir a intervenção da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos no processo eleitoral em troca de ajuda para a campanha, que se desenvolveu segundo os moldes norte-americanos.

No entanto, a ampla vitória não garantirá a Adams um segundo período tranquilo. O índice de inflação poderá alcançar e superar este ano os 15,6% e o Banco Central prognosticou que os

setores mais importantes da economia — o açúcar e o turismo — não apresentam boas perspectivas de crescimento. Ainda segundo o Banco Central, “a principal fonte de preocupação é a elevação da receita disponível produzida por uma combinação de amplas concessões tributáveis e aumentos salariais (do setor público) muito acima das taxas de inflação”.

É no campo internacional e regional onde a reeleição de Adams — considerado um dos mais fiéis aliados de Washington no Caribe — terá maiores consequências: assegura à estratégia norte-americana na região a continuidade de um ponto de apoio em Barbados que já lhe está rendendo importantes dividendos, particularmente em relação as hostilidades ao regime de Granada.

SADCC, um passo à frente

□ Um avanço substancial em relação à Conferência de Maputo de 1980 — particularmente no setor de transporte e comunicação — foi um dos resultados da recente conferência em Mbabane (capital da Suazilândia), da agência de integração econômica regional criada pelos países progressistas da África Austral, conhecida como SADCC (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 30). Segundo o comunicado final da reunião, realizada no fim do mês de junho, “22 dos 97 projetos da SADCC para transporte e comunicação já estão sendo executados, enquanto outros 20 estão sendo negociados com agências financiadoras”. Em setembro, mais 20 novos projetos poderão ser submetidos à análise dos financiadores.

Na ocasião, 22 ministros de nove países — Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue — aprovaram a criação de um pequeno Secretariado

Permanente, cujos trabalhos devem começar a partir de 1982. Seu objetivo é institucionalizar as atividades da SADCC.

Os ministros dos nove países chegaram a um acordo quanto à necessidade de integração e coordenação industrial. Concluíram pela necessidade de trocar informações sobre as suas respectivas capacidades industriais, sobre os seus potenciais de exportação e sobre as pautas de importação. Concluíram também que “a expansão substancial do comércio entre os países membros” será o ponto de partida para uma integração mais sólida. E foi constatada a necessidade em caráter “prioritário e urgente” da criação de programas de formação técnica. Para isso, se criará um Conselho Regional de Formação, dedicado especialmente a preparar especialistas para atividades onde os países do SADCC possuam necessidades concretas.

Pinochet resiste à volta de exilados

□ A Comissão Chilena de Direitos Humanos repudiou publicamente — baseando-se no caso da ex-parlamentar socialista Laura Allende, que suicidou-se em Cuba, depois de Pinochet ter negado a sua volta ao país — a política do governo militar de negar a milhares de exilados chilenos o retorno a sua pátria, questionando a validade das razões de segurança nacional, o principal argumento do regime para manter a proibição. A organização humanitária, dirigida pelos juristas Jaime Castillo Velasco e Andrés Dominguez, afirmou que a atual administração do Chile atua à margem do direito internacional, dos acordos e tratados das Nações Unidas subscritos pelo país, que defendem o direito que assiste a "todo ser humano de viver em sua própria pátria".

Segundo as listas oficiais, informou a instituição, mais de 90 mil chilenos estão impedidos de retornar por diversos motivos, entre os quais se incluem aqueles que se asilaram depois do pronunciamento militar de setembro de 1973. O número dos ex-

pulsos do território, dos desterrados por condenação e até, muitas vezes, daqueles envolvidos com problemas políticos não são muito claros. Afirmou-se também que estatísticas do Instituto Católico de Migrações (Incami) indicam que cerca de um milhão de chilenos vivem no exterior, o que representa quase dez por cento da população nacional.

No caso específico da irmã do ex-presidente Salvador Allende, a instituição revelou que ela havia pedido insistentemente ao governo autorização para regressar ao país, mas o pedido foi sistematicamente negado e os tribunais de justiça não quiseram considerar a situação dramática e dolorosa de uma pessoa de quase 70 anos de idade, 38 quilos e atacada por uma doença incurável que "a levou a decidir pela morte voluntária".

Castillo Velasco e Dominguez enfatizaram que frente à acusação governamental de que todos os exilados são extremistas que retornam ao país para criar problemas, como afirmou recentemente o ministro do Interior,

Sérgio Fernandez, estabeleceu-se que o exílio "é por toda a vida e por decisão de um funcionário do governo". Eles frisaram que a Comissão Chilena de Direitos Humanos aceita que um cidadão, ao ver-se proibido de retornar ao Chile, tente fazê-lo ilegalmente ou clandestinamente "porque toda pessoa tem o direito de viver em sua pátria e isso está sendo impedido agora, violando-se pactos e acordos internacionais subscritos pelo país".

O Chile vive ainda um outro grave problema: mais de 50 atentados com bombas incendiárias desde setembro do ano passado até hoje, mais de um milhão de dólares desapropriados, a morte de cinco pessoas e a prisão ainda não qualificada de 167 pessoas desde maio de 1980 a abril de 1981, configuram um panorama que deu margem a um lucrativo e bem estabelecido negócio: a segurança antiterrorista.

Esta atividade — desconhecida no Chile até pouco tempo atrás — encontra-se em mãos de poucas instituições privadas, geralmente integradas por ex-oficiais das Forças Armadas ou da polícia, e tem como finalidade a proteção de empresas, de grandes somas em dinheiro e de pessoas individuais. O governo militar decretou em janeiro último que as empresas financeiras e outras consideradas estratégicas têm a obrigação de possuir um organismo de segurança interna. Além disso, há um outro decreto-lei, vigente desde 1973, que autoriza as empresas importantes para a economia do país a manterem seu próprio corpo de vigilantes.



As famílias dos exilados defendem o direito de todo ser humano viver em sua própria pátria

Porto Rico protesta contra marinha dos EUA

Organizações eclesiais, sindicais, estudantis e políticas, assim como instituições profissionais e culturais, participaram de uma marcha apoiada pelo Conselho Mundial de Igrejas para reivindicar o fim da utilização da ilha porto-riquenha de Vieques como centro da marinha norte-americana para exercícios de bombardeio naval. Vieques é uma pequena ilha de 186 quilômetros quadrados em frente à costa oriental de Porto Rico e já é conhecida internacionalmente por ter sido empregada pela marinha norte-americana desde 1941 como centro de práticas de tiro, no contexto da sua dominação colonial de Porto Rico.

Segundo a Comissão Eclesial para Assuntos Internacionais (CCIA), órgão do Conselho Mundial de Igrejas, a recente manifestação foi uma marcha semelhante à dos direitos civis, realizada nos anos 60 nos Estados Unidos. Dela participaram centenas de manifestantes que passaram duas noites sob chuvas e atravessaram em direção a Vieques em botes. A população local está confinada a uma quarta-parte da ilha e sofre com as ações navais norte-americanas que destruíram a produção de cana e de cocos, como também o centro turístico e pesqueiro.

Os protestos contra o bombardeio sistemático da ilha vêm envolvendo organismos nacionais e internacionais durante longos anos. O Conselho Porto-riquenho de Igrejas, o Conselho Caribenho de Igrejas e o Conselho Norte-Americano das Igrejas de Cristo se opuseram firmemente às práticas da Marinha dos Estados Unidos.

Os organizadores da última marcha assim como os democratas porto-riquenhos exigem a suspensão imediata de todos os bombardeios e da atividade militar em terras e águas da ilha de Vieques. Exigem também a imediata restituição à população de todas as terras e águas reservadas para as atividades da marinha norte-americana. Além disso, solicitaram uma indenização pelos danos à vida social e econômica do povo de Vieques causados pela presença e atividades da Marinha.

Em 1979, o bispo católico Antulio Parrilla Bonilla, o sacerdote episcopal Andres Trevatham e o pastor dos Discípulos de Cristo Wilfredo Velez foram presos pela Marinha norte-americana enquanto celebravam uma cerimônia religiosa ecumênica na praia de Vieques.

BIRÔ POPULAR LÍBIO ESCLARECE:

O Birô Popular Árabe Líbio no Brasil lamenta profundamente as insinuações do jornal "O Globo", envolvendo o nome da Líbia na sua edição do dia 27 de junho de 1981, de que o terrorista turco (Mehmet Ali Agca) obteve treinamento na Líbia.

O Birô Popular Árabe Líbio, recusa categoricamente estas informações as quais não possuem nenhum fundamento, e confirma que a Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia condenou oficialmente o atentado contra a sua Santidade o Papa João Paulo II, imediatamente após o atentado. Pois a Líbia é contra o terrorismo, e acredita que Sua Santidade seja um símbolo sacro em todo o mundo; além do que Sua Santidade o Papa apóia todos aqueles que vêm sendo explorados, os sofredores, os oprimidos e aqueles que lutam pela causa da liberdade, e reconhece o direito legítimo do povo palestino.

O Birô Popular afirma que estas insinuações são uma nova tentativa, a qual não engana ninguém, pois os imperialistas e sionistas planejam a divulgação destas falsas informações, com a intenção de sujar o nome da Jamahiriya (Líbia) perante os cristãos irmãos em todo o mundo.

TELEX

● Revolução Verde

Será criado um Comitê em cada estado da Nigéria para o Programa da Revolução Verde — declarou o presidente do Comitê Nacional da Revolução Verde, Bukar Shaib. Ele informou que o Comitê coordenará os esforços dos governos federal e estaduais para incrementar a produção de alimentos e evitar a duplicação e dispersão de esforços. Shaib revelou também que a Lei de Criação das Administrações de Desenvolvimento das diversas bacias hidrográficas será levada brevemente à Assembléia Nacional.

● União

A JMPLA (Juventude do Partido Angolano) e a Organização da Juventude Moçambicana (OIM) assinaram um acordo de cooperação, com vigência de dois anos, durante a visita de uma delegação da organização juvenil angolana a Moçambique em fins de maio. Os dois grupos de jovens emitiram também um comunicado conjunto, onde condenam o regime racista de Pretória devido às suas constantes agressões armadas contra os países da "Linha de Frente", particularmente, contra a República Popular de Angola e Moçambique. Reafirmaram ainda apoio e solidariedade à luta de libertação dos povos sul-africano, namíbio e sarauí, dirigida por suas vanguardas revolucionárias — o Congresso Nacional Africano (ANC), a Swapo e a Frente Polisario, respectivamente.

● Combate à corrupção

O presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, reiterou a determinação de seu partido, o *Chama Cha Mapinduzi*, em combater, de todas as formas, os elementos corruptos instalados em diversos setores da vida nacional. Nyerere apelou à Nação tanzaniana para lançar uma campanha contra os criminosos e contrabandistas no país. O presidente afirmou que eles são responsáveis por muitas ações de sabotagem à economia da Tanzânia. Na sua opinião, é lamentável o fato de que muitos dos principais produtos da Tanzânia, mesmo depois de registrados, saiam do país através de transações duvidosas. "Não é só o sabão, a roupa e os cigarros que ultrapassam nossas fronteiras por vias ilícitas", afirmou Nyerere. "Saem também o ouro das nossas minas e os troféus dos nossos parques".

● Desemprego

O índice de desemprego no primeiro trimestre deste ano na Colômbia alcançou 9,1% da população economicamente ativa (650 mil trabalhadores), informou o Departamento Nacional de Estatísticas (Dane) do país. A crise de desemprego é um fenômeno que vem crescendo na Colômbia nos últimos anos, agravando-se com a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores. O salário mínimo é de 112 dólares mensais aproximadamente e cerca de 2,5 milhões de colombianos o têm como único rendimento. O fenômeno do desemprego está intimamente ligado com os primeiros sintomas de recessão industrial, já evidenciados em alguns setores, principalmente o têxtil.

● Apoio bélico

O comandante-em-chefe da Força Aérea do Chile e integrante da Junta Militar de governo, general Fernando Mathei, considerou a possibilidade de serem adquiridos no futuro aviões e materiais bélicos na África do Sul. Segundo Mathei que visitou recentemente os sul-africanos a convite da Força Aérea daquele país, a África do Sul do ponto de vista profissional "tem como Israel uma excelente indústria e capacidade tecnológica, que em qualquer momento pode significar para nós um apoio material".

● Venda de armas

A União Soviética e os Estados Unidos na sua condição de líderes dos países socialistas e capitalistas, respectivamente, são os maiores vendedores de armas. Na década de 70, as exportações mundiais dos países representaram 75% do total comercializado, incluindo foguetes, barcos, aviões e veículos blindados. França, Grã-Bretanha, Itália e República Federal da Alemanha participaram com 22% das exportações de armas no mundo, enquanto que Israel, África do Sul, Brasil e Argentina foram responsáveis por dois a três por cento restantes.

Com a atual política da administração Reagan tudo indica que a carreira armamentista irá atingir na década dos 80 níveis ainda maiores. Apesar das reiteradas tentativas dos soviéticos em reatar as negociações Salt, nem Reagan nem o seu secretário de Estado, Alexander Haig, têm dado uma resposta clara a respeito. Ao contrário, seus pronunciamentos têm um marcado tom belicista.

A guerra no Saara — que o rei Hassan II anunciava como rápida e vantajosa — acabou sendo longa e adversa aos invasores. A iniciativa militar está agora com os patriotas saarauís, enquanto as Forças Armadas Reais marroquinas se encontram encurraladas nas trincheiras e desmoralizadas com a derrota que já pressentem.

Além do mais, a aparição em cena de um governo socialista na França — aliado tradicional de Hassan II — muda a correlação das forças que, a nível internacional, sustentavam a agressão ao Saara. Mitterrand tem apoiado, coerente com o seu programa e a sua ideologia, a Frente Polisario e a livre determinação do povo saarauí.

Neste dossiê especial, *cadernos do terceiro mundo* oferece aos leitores uma visão da guerra por dentro, tanto do ângulo dos patriotas como dos agressores. Apresenta a vida nos acampamentos e a organização popular da República proclamada nas areias do deserto; contém uma análise das consequências que a guerra está tendo no Marrocos e aborda a herança que o conflito deixou na Mauritânia.

Nosso companheiro Baptista da Silva, da equipe de Lisboa, esteve no Saara e assina este "dossiê". Junto com ele trabalharam Alberto Marianтони, colaborador de várias publicações europeias e especialista no Mundo Árabe; Lamine Ahmed, intelectual mauritano, atualmente na Europa onde se especializa em economia internacional; Antonio Silva, economista português estudioso das realidades africanas e Carlos Gil, jornalista português considerado um dos melhores repórteres-fotógrafos do seu país.



No extremo sudoeste da Argélia, próximo ao oásis *Robinet* (torneira), a poucos quilômetros da militarizada cidade de Tinduf, os dirigentes da Frente Polisario instalaram um centro para receber jornalistas e delegações estrangeiras. Seguramente é o local mais cosmopolita do deserto do Saara. *Robinet* é, a um só tempo, o ponto de chegada para quem, vindo de Argel, se prepara para conhecer a realidade dos campos de refugiados e o ponto de partida para quem entra nas regiões libertadas do Saara Ocidental.

Nós estávamos entre os que se preparavam para penetrar nas áreas libertadas. Pouco antes de partirmos, três colegas da televisão espanhola nos chamaram a atenção para duas coisas que mais tarde nós mesmo constataríamos: a incrível habilidade dos guerrilheiros para sobreviver no deserto — chegaram a preparar para o grupo uma deliciosa *paella**, a dezenas de quilômetros da capital do Saara — e o controle que exercem nas áreas libertadas que se estendem até a costa atlântica onde os combatentes se abastecem. “Os combatentes saarauís são senhores das iniciativas e possuem moral elevadíssimo, muito próprio de quem luta pela liberdade de seu povo”, diziam os colegas espanhóis.

Partimos para o interior durante a madrugada, a bordo de dois *Land-Rovers*. Eram carros conversíveis, bem diferentes dos que tínhamos utilizado até nossa chegada a *Robinet*, dividindo o espaço com mantimentos. No nosso grupo — dois jornalistas portugueses e um sueco —, viajavam sete guerrilheiros, tão apressados quanto nós para a partida. Nosso guia, Ahmed, se esforçava para arrefecer a ansiedade:

* *Paella*: comida típica, com arroz e mariscos.

Por dentro da guerrilha

O exército de libertação, sua organização e eficácia. Mais de mil quilômetros percorridos, onde a guerra está sempre presente

Baptista da Silva



— O Ministério de Informação quer que, antes de conhecerem os territórios libertados, vocês conheçam de perto a realidade dos nossos acampamentos. Quer que vocês travem conhecimento com o cotidiano do nosso povo, verifiquem nossas formas de organização, conheçam nossas instituições, enfim, queremos que tomem conhecimento de tudo aquilo que levamos anos construindo. Assim, não sairão daqui com uma visão limitada da luta do povo saarauí. Não queremos que pensem que nos limitamos apenas à guerra de libertação.

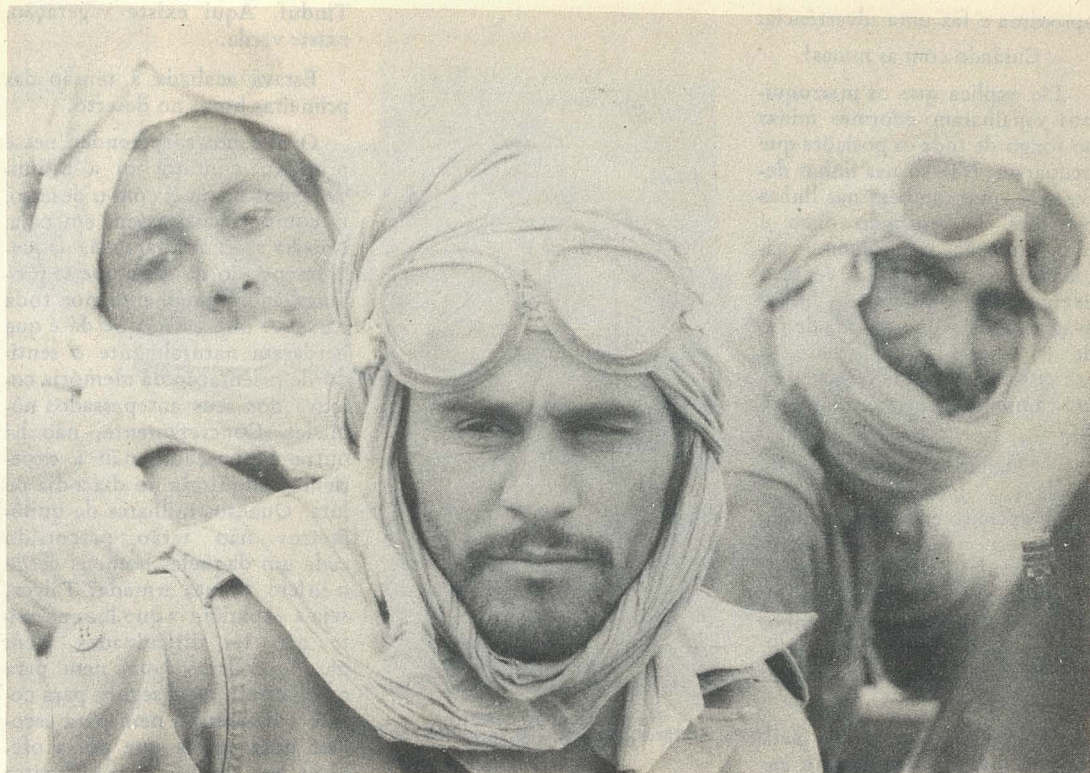
Trincheiras e tumbas

Robinet fica a hora e meia de Mahbés, a 75 quilômetros da fronteira com a Argélia, passagem obrigatória para quem visita as áreas libertadas. Quem chega na cidade não pode deixar de

perceber de imediato os vestígios da grande batalha de 19 de outubro de 1979, quando o Exército de Libertação Popular Saarauí conseguiu libertá-la. O que primeiro nos chama a atenção são as trincheiras calcinadas e as casamatas das Forças Armadas Reais Marroquinas, transformadas em tumbas dos soldados que ali combatiam. Há corpos carbonizados pelo calor escaldante que ainda se conservam nas posições em que morreram, como que mumificados pela areia; outros foram desenterrados pelo *siroco*, o vento do deserto, e se amontoam enfileirados.

Quando nossa caravana chega é logo cercada fraternalmente por guerrilheiros. Nosso guia se apressa em explicar:

— Os marroquinos vieram aqui para morrer por nada. Então longe de suas terras, longe de



Os guerrilheiros saarauís fazem questão de afirmar que "não estão apenas limitados à guerra de libertação"

suas famílias. Pobre gente. Estes (diz apontando os corpos) não poderão mais saudar Hassan.

Entre nós e Ahmed trava-se o seguinte diálogo:

— O que será que pensariam os marroquinos que morreram aqui?

— Eu não sei. Não pertenço ao Exército de Libertação.

— Você nunca combateu?

— No princípio, todos combatemos. Depois, veio a divisão do trabalho e muita gente foi designada para os acampamentos, com a tarefa de construir nosso Estado.

E acrescentou:

— Os combatentes contam que a desmoralização entre os militares marroquinos é muito grande. Não sabem porque lutam. Gente como essa que mor-

reu aqui passa meses enterrada nas trincheiras e quando tem que lutar reage das maneiras mais diferentes. Uns enlouquecem, outros se matam, outros fogem e são capturados pelas nossas forças, perdidos no deserto e há aqueles que ficam, mesmo sabendo que vão morrer.

Cuidado: terreno minado!

Mahabés são duas cidades numa só. Ambas estão quase totalmente destruídas. A primeira, é o que resta da antiga zona civil, onde vivia a população no tempo do colonialismo espanhol; a outra, é a zona militar. Hoje, a impressão que se tem é que as duas cidades se fundem numa só. Essa impressão não é reforçada apenas pela militarização, mas também pela quantidade de envólucros de munição, granadas e pacotes de combate, espalhados

por toda parte. No meio da área civil, ainda há os destroços de uma enorme bomba lançada entre as casas pela aviação marroquina.

— Vocês nem podem imaginar como isso aqui era lindo — diz Ahmed.

Para ele, o local tem grande valor afetivo. Quando criança, foi a Mahbés com a família assistir a uma festa. Naquela época, a cidade tinha os traços de beleza que a guerra destruiu, transformando-a numa espécie de cidade fantasma, dessas que a gente costuma ver no cinema. Ahmed, no entanto, não se deixa trair pelo sentimentalismo e nos explica que o seu caso é o mesmo de cada um dos outros guerrilheiros saarauís. Estão em guerra.

Estamos falando da cidade, quando um dos guerrilheiros se

aproxima e faz uma advertência:

— Cuidado com as minas!

Ele explica que os marroquinos espalharam enormes minas ao longo de toda as posições que ocuparam. Não só nas linhas defensivas, mas também nas linhas recuadas. O resultado disso é uma situação tragicamente paradoxal: na maioria das vezes o exército marroquino, nas linhas avançadas se vê no dilema de ter de enfrentar, à sua frente, o exército saaraui e, na retaguarda, um campo minado dos mais perigosos.

— Quando tomamos uma localidade — intervém Ahmed — nosso exército convoca imediatamente especialistas para desativar as minas. Mas, só podemos desativar aquelas que são obstáculos à abertura de caminhos para os povoados. As demais ficam por aí, à espera que a guerra termine.

Não vai ser uma tarefa fácil. Não há mapas, nem mesmo entre as forças marroquinas.

— Não são as minas o que mais nos preocupa — volta a falar Ahmed. Nós vamos ter de reconstruir praticamente todo o país. Mas o importante, é que os marroquinos sejam definitivamente expulsos de nossas terras.

Estamos nessa conversa, quando o guerrilheiro mais antigo do grupo nos diz que é hora de partir. Sua autoridade é aceita por todos. Não porque no seu uniforme exista qualquer sinal que o distinga dos outros. Fica claro que a liderança foi forjada nos vários anos de combate. Todos entramos nos carros e a viagem prossegue.

“Na nossa terra, ganhamos alma nova”

Sáímos de Mahbés em direção ao norte, circundando antes as últimas barreiras de arame farpado que serviam de obstáculos



Na paisagem do deserto, os sinais da guerra

para o exército de libertação. Agora, não passam de coisas inúteis naquela cidade de cadáveres e silêncio, onde o povo saaraui começa a difícil tarefa da reconstrução.

Naquela altura da viagem, nós já estávamos familiarizados com o terreno irregular e já tínhamos até aprendido a conviver com os solavancos dos carros e o fustigar do vento. Outro detalhe: a convivência serviu para quebrar o gelo entre nós e os guerrilheiros e nossos guias foram substituindo os gestos formais do primeiro contato por atitudes mais espontâneas, deixando todo grupo à vontade. Um deles, se vira para nós e fala:

— Mal entramos no nosso território e criamos logo alma nova.

E apontando para a estrada faz outro comentário:

— Aqui (diz mostrando a paisagem) não é como o deserto de

Tinduf. Aqui existe vegetação, existe verde.

Estava acabada a tensão das primeiras horas no deserto.

O que nos surpreendeu nesse primeiro contato foi a intimidade dos saaraus com o deserto. É como se estivessem em casa. Não há segredos para eles naquela imensidão de areia que se prolonga indefinidamente por toda parte. A impressão que dá é que herdaram naturalmente o sentido de orientação da memória coletiva dos seus antepassados nômades. Concretamente, não há outra explicação senão a experiência adquirida no dia-a-dia de luta. Quantos milhares de quilômetros não terão percorrido cada um daqueles homens desde o início da luta armada? Talvez, seja a experiência que lhes permite não ter dificuldades. Nem para encontrar água, nem para escolher um local seguro para comer e descansar, nem para escolher uma acácia que possa oferecer boa sombra para enfrentar o sol. Às vezes, encontram água apenas a um palmo do solo.

Não é só isso. A hospitalidade também cativa. Encontrado o local para a refeição, imediatamente eles se lançam ao trabalho deixando que os hóspedes descansem: limpam o terreno, colocam os colchões no chão, preparam a comida e trazem o chá. Havia no nosso grupo um jornalista que não se cansava de elogiar o chá: “É a melhor coisa do deserto”, dizia insistentemente, se autodefinindo como um inveterado apreciador de uísques.

Há ainda um outro detalhe: a discrição. Propositamente, se instalam a alguns metros de nós para que fiquemos mais à vontade para comer e conversar. Insistimos para que a refeição seja coletiva, mas Ahmed se aproxima de nós e explica: “É para vocês ficarem mais à vontade”. Refeições coletivas só viriam existir mais tarde, quando a camarada-



Mahbés depois da batalha com os marroquinos

gem que se criou entre nós não deixava dúvida de que nossos convites não tinham nada de meras gentilezas.

A viagem prosseguia. De repente, fomos percebendo que Mahbés ficara para trás. Era apenas mais uma das muitas derrotas que os saarauís impuseram às forças armadas marroquinas. Uma derrota que as próprias autoridades de Rabat tiveram de reconhecer a partir de dados da realidade: 141 militares mortos, de um total de 780 homens sediados na cidade, segundo dados do próprio Ministério da Informação do Marrocos. Segundo a Frente Polisario, as baixas marroquinas foram bem mais expressivas do que as contidas no comunicado oficial.

“Estamos no Marrocos”

A observação de nosso guia de certa forma foi surpreenden-

te. À medida que íamos avançando fomos sendo gradativamente absorvidos pela mudança gradual da paisagem, onde a planície dava lugar a grandes ravinas.

— Ali ao fundo (diz o guia apontando o território marroquino) ficam os fortes do Uarkiz. Foi ali que em março nossas tropas infligiram uma das mais pesadas derrotas já sofridas por Hassan. Destruímos as suas “invencíveis” unidades móveis *Uhud* e *Zellaga*.

Os vestígios dessa derrota não são difíceis de encontrar. Num imenso vale ainda estão lá vários tanques T-54, de fabricação soviética,* completamente calcinados. O guia, Ahmed, se apressa em

explicar que os tanques não foram destruídos em emboscadas, como pensávamos, mas na batalha de 24 de agosto de 79, quando o exército de libertação tomou Lebuirat.

— Em desespero — dizem os guerrilheiros — vários tanques tentaram fugir em direção a Zag (que fica próxima do local da batalha), mas não tiveram êxito. Queriam fazer a fuga por um local intransitável: os montes que flanqueiam o norte da planície.

O número de tanques calcinados aumenta na medida em que avançamos em direção ao sul. Perto dos destroços de um caminhão de transporte de munição, os guerrilheiros param o carro e saltam agilmente. Não é nada ligado diretamente com a guerra, mas sim mais uma das inúmeras surpresas que o deserto reserva. São espécies de palitos vermelhos, altamente incandescentes.

— São bons para acender fo-

* O armamento soviético — em grande quantidade — foi fornecido ao rei Hassan II pelo seu aliado e amigo Anuar Sadat. O Egito recebera material bélico da URSS quando as relações entre ambos os países eram amistosas, no período nasserista.



Armamento marroquino capturado pelos saarauís: não foi suficiente para conter o ímpeto do Exército de Libertação

gueiras — dizem, mostrando os palitos nas mãos.

Lebuirat, obra-prima da engenharia militar

Os especialistas são taxativos: as sucessivas linhas defensivas de Lebuirat são verdadeiras obras-primas da engenharia militar. Não foram porém suficientemente eficazes para conter o ímpeto do exército de libertação. Nos primeiros ataques, em 6 de julho e 10 de agosto, ficou claro que os marroquinos seriam derrotados. O comandante da guarnição, Mohamed Azelmat, do 3º Esquadrão Blindado, não fazia segredo disso no relatório que escreveu ao quartel-general marroquino: suas tropas estavam desmoralizadas, admitia. E explicava: “Os homens têm que permanecer acordados toda noite, esperando o menor barulho, com o dedo sempre no gatilho, dormindo com um olho sempre aberto, nas trincheiras ou nos

veículos”. Pedia o reforço. Mais tarde, em agosto, voltava a pedir mais reforços. Desta vez de forma dramática: “Os homens do 3º Esquadrão Blindado, traumatizados e desmoralizados, já não estão em condições de lutar. É de se esperar uma catástrofe de consequências muito graves, caso o Estado-Maior não tome em consideração a situação”.

No dia 24, a guerra acabou. O Exército de Libertação, após cerada fuzilaria, tomou a cidade. Foram libertadas duas centenas de saarauís.

Ahmed é quem fala:

— Uma equipe de cinegrafistas do nosso país filmou a libertação da cidade. É um documento impressionante. Mostra os marroquinos morrendo feito moscas.

E ele mesmo acrescenta:

— Os combatentes contam que mais impressionante que a

morte dos marroquinos eram os gritos de alegria dos nossos compatriotas libertados.

— Por que os saarauís eram mantidos como reféns?

Ahmed se apressa a responder nossa pergunta. Vai por partes:

— Primeiro por causa das mulheres, vocês compreendem não é? (diz insinuando abusos contra as mulheres prisioneiras por parte dos marroquinos). Em segundo, para usar nosso povo como um verdadeiro escudo humano. Os marroquinos usam as populações saarauís como escudo de proteção, particularmente em locais onde nossos aviões bombardeiam.

Ele faz uma pausa, ouve uma pergunta sobre o dilema que deve ser bombardear pontos onde os saarauís servem como escudo e responde:

— Eu, como já disse, não sou combatente. Mas posso garantir



Em Lebuirat, fortaleza marroquina considerada imbatível, o pouco que restou da derrota de Hassan

que nosso exército faz o máximo de esforço para poupar a população civil.

Nós vamos conversando entre os escombros do que era Lebuirat, enquanto nosso guia vai mostrando, em pontos distantes, grande quantidade de tanques destruídos. Ele fala com tal riqueza de detalhes que não resistimos e perguntamos se ele não teria participado da batalha. Ahmed torna-se então enigmático e diz:

— A vitória é do nosso Exército de Libertação.

Lebuirat tem linhas defensivas bem mais sofisticadas que Mahbés. Possui sucessivos anéis de defesa e até abrigos subterrâneos para tanques. O Ministério de Informação marroquino, após a batalha, viria responsabilizar o comandante Azelmat — que morreu no local — pela derrota. Sua responsabilidade, segundo o comunicado oficial: “Não ter

oposto uma resistência apropriada ao inimigo, abandonando mesmo as posições defensivas, assim como uma grande parte do seu equipamento”. “Permitiu assim”, prossegue o documento, “ao inimigo tomar a localidade atacada e ali permanecer todo um dia”. No mesmo comunicado, o Ministério da Informação acrescentava que o Exército de Libertação fora desalojado da posição por reforços marroquinos, após duros combates.

Não foi verdade. As forças marroquinas que saíram da localidade vizinha a Zag nunca chegaram ao local da batalha. Foram emboscadas pelo Exército de Libertação. E Lebuirat, como a encontramos, era apenas uma sombra da poderosa fortaleza marroquina considerada imbatível. Nela habitavam apenas o silêncio e destroços de ferro retorcidos que, quando açoitados pelo vento, parecem emitir gemidos.

Partimos de novo em direção ao Saara. Para trás ficou a imagem de Lebuirat, algo que nos fez lembrar de Al Alamein. Pelo menos nas idealizações que cada um de nós fazemos sobre o que foram as grandes batalhas no deserto, entre os exércitos de Rommel e Montgomery.

Onde está o Exército de Libertação?

Após dois dias no Saara esta questão se torna quase obsessiva. Do Exército de Libertação tínhamos visto apenas um pequeno vestígio: centenas de marcas de pneus de carros riscando a areia em todas as direções. Onde estaria o Exército de Libertação?

Pelos cálculos dos observadores e peritos militares, o Exército de Libertação tem entre 12 e 15 mil homens. É um exército que demonstra bem a capacidade de organização e a determinação do povo saaraui. Perfeitamente hierarquizado e disciplinado,

funciona como uma força armada moderna. É distribuído por regiões militares e dividido em tropas de especialidades diversas, envolvendo desde os temidos grupos de comandos aos corpos de artilharia e comunicação.

A estrutura do Exército de Libertação é uma das coisas que as autoridades da Rasd conservam forado alcance dos olhares indiscretos de jornalistas e observadores estrangeiros. Principalmente, a parte que trata das suas ações em combate. São unidades muito ágeis e mobilizam milhares de homens para combates nas diversas regiões do deserto. Sem êxito, aviões marroquinos, equipados com aparelhos sofisticadíssimos, tentam, de muito alto — para fugir da artilharia — localizar o Exército de Libertação.

— Os aviões temem voar baixo. Há sempre o risco de serem abatidos — diz nosso guia.

E acrescenta:

— Às vezes, não há propriamente surpresa no ataque. Mas o que podem fazer os marroquinos? Em Guelta Zemmyur, eles sabiam que nós atacaríamos, mas nada puderam fazer. A cidade acabou sendo libertada em 25 de março.

Nosso companheiro sueco, Klaus, tenta saber alguma coisa sobre os mísseis terra-ar *Sam* — pequeno e médio alcance — que toda imprensa internacional afirma estar entre o armamento do Exército de Libertação. Ahmed ri e afirma:

— Metralhadoras antiaéreas também derrubam *Mirages F-1*.

Não importa se usam mísseis ou metralhadoras. A verdade é que os estragos causados à aviação marroquina são grandes. Pelos cálculos dos guerrilheiros, seis *Mirages* e 12 dos 22 aviões *F-5* da aviação militar de Hassan foram abatidos. Onze pilotos capturados é argumento irrefutável de que a pontaria dos arti-

Opinião de um guerrilheiro saaraui: "A diferença entre nossos combatentes e os marroquinos é a de que nós rimos enquanto percorremos o deserto, porque o deserto é nosso; os marroquinos não podem fazer o mesmo. Vivem metidos nas trincheiras de onde não podem sair sequer para fazer suas necessidades fisiológicas"



lheiros do Exército de Libertação não costuma falhar.

E não é só na guerra aérea que os marroquinos vêm perdendo terreno. Ao fim de seis anos de ocupação, as forças marroquinas estão limitadas a poucos pontos do território saaraui, vivendo entre minas, arame farpado e trincheiras, onde a vida é perigosa e o abastecimento de víveres e munição é bastante precário. Sem mobilidade, só se arriscam a sair em colunas com centenas de blindados e viaturas. Geralmente, só se dispõem a esse tipo de operação quando a situação é de completo desespero. O próprio Hassan já não considera a guerra do Saara como uma questão de dias; o ufanismo inicial cedeu lugar à dura realidade de que hoje para o Marrocos a questão da guerra se limita ao reduzido "triângulo útil", com apenas 600 quilômetros, onde a questão vital é manter El-Aiun e as minas de fosfato.

Nas nossas duas viaturas, o moral dos guerrilheiros é excelente. E eles não perdem oportunidades de fazer brincadeiras:

— A linha férrea — dizem — que Hassan inaugurou, ligando Marraqueche a El-Aiun, vai custar caro. Ele nunca vai chegar lá.

Mais sisudo que seus companheiros, nosso guia aproveita a oportunidade para mostrar uma realidade irrefutável:

— A diferença entre nossos combatentes e os marroquinos é esta, diz ele: nós rimos enquanto percorremos o deserto, porque o deserto é nosso; os marroquinos não podem fazer o mesmo. Vivem metidos nas trincheiras de onde não podem sair sequer para fazer suas necessidades fisiológicas.

O guerrilheiro de Huza

A viagem prossegue até a Jderia. De Jderia, a cidade natal do Ministro da Defesa da Rasd, Ibra-



him Ghali, tomamos uma estrada, em direção a Huza e Smara. A paisagem é quase imutável: destroços por toda parte e apenas raras, raríssimas construções. No alto de um depósito, que permanece intacto, vê-se a bandeira da Rasd. Flutua no ar, sobre a cidade, como símbolo de uma nova soberania, em contraste com dois gigantescos símbolos do passado recente, que, em baixo relevo, são visíveis ainda num monte, próximo à cidade. Tratam-se dos símbolos da legião espanhola, *Los Tércios*, e a estrela do poder aluita.

O comandante da nossa coluna anuncia:

— Vamos agora visitar Huza. É a minha cidade.

Ele conta que antes de ingressar no Exército de Libertação, em 1974, vivia da venda de camelos e tinha algumas cabras.

— Os colonizadores espanhóis só ofereciam aos saarauís empre-

go na construção de estradas. A mim, nunca ofereceram nada.

A partir deste instante o comandante, para nós, passou a ser o guerrilheiro de Huza.

Huza é uma pequena povoação, encrustrada numa pequena montanha. Foi uma das primeiras cidades libertadas. O ano foi 1977. O monte foi quase pulverizado pelo bombardeio marroquino. Não foi atingida apenas uma casa, a mansão de um inglês, construída no pico do monte, inexpugnável no começo do século. Esta casa inspirou o nome da cidade. "*The House*". Perto dela, há dois aviões abatidos.

Quando chegamos a Huza tivemos nova surpresa. Mais uma vez, sentimos a cordialidade dos guerrilheiros. Nos preparávamos para nos instalar, quando dois guerrilheiros saltaram de uma viatura e vieram nos oferecer um cordeiro, que tinham acabado de matar, e alguns vegetais. Lamen-

tavam que tivéssemos chegado tarde:

— Vocês vão perder uma boa oportunidade de conhecer melhor a vida dos nossos combatentes — disseram.

De noite e de madrugada não cessaram os disparos de armas leves e semi-pesadas.

— É treinamento de tiro — nos tranquilizou o guia.

No dia seguinte, antes de regressarmos, tivemos o cuidado de recolher outra curiosidade do deserto: o *atil*, um arbusto do interior do Saara que serve como eficaz branqueador de dentes. Depois, iniciamos a longa viagem de regresso a fronteira Argelina. No caminho, cruzamos com um gigantesco carro-tanque, seguido por um *Land-Rover* com sete guerrilheiros que nos saudaram amistosamente. Era a última imagem de uma viagem de mais de mil quilômetros pelas áreas libertadas da Rasd. □

Uma "Linha Maginot" no Saara

□ A partir de meados de 1980, a estratégia militar marroquina tem se limitado à tentativa de construção de uma pequena "muralha da China", na definição do Primeiro-Ministro da Rasd, de 600 quilômetros. Sua intenção, pelo menos aparentemente, é preservar cerca de um quarto daquilo que Rabat designa por "Província Marroquina do Saara". Para garantir a construção da muralha, frequentemente atacada por guerrilheiros saarauís, foram deslocadas para Ras-Ei-Khanfra, na fronteira entre o Marrocos e o Saara, mais de 20 mil soldados das FAR.

O que estaria por trás das intenções de Hassan II com a construção da linha fortificada, uma espécie de "Linha Maginot" no deserto, ainda não ficou totalmente claro. As autoridades de Rabat apresentam a muralha como uma tentativa de pôr a salvo do Exército de Libertação as duas principais cidades do território ocupado — a capital El-Aiun e Smara — que junto com as jazidas de fosfato de Bu Craa, fazem parte do território conhecido como "triângulo útil".

Segundo o Estado-Maior marroquino e os assessores estrangeiros que o orientam, a muralha teria duplo objetivo na fase atual da guerra: garantir o transporte, por via terrestre, entre aqueles importantes pontos do território e, também, permitiria que ficasse aberta a estrada entre El Aiun e o sul do Marrocos, mantendo sob con-

trole cerca de 70 mil saarauís que vivem nas áreas ocupadas. Posteriormente, haveria uma ofensiva, com uma grande operação de limpeza, já anunciada por Rabat, para expulsar as forças do ELPS dos territórios conquistados.

Não é a primeira vez que o governo do Marrocos anuncia operações desse tipo. Antes houve as colunas motorizadas Uhud e Zellaka, consideradas invencíveis, que tinham também o objetivo de varrer o Saara da presença dos guerrilheiros. Por ironia da História, as colunas foram esmagadas, não no Saara, mas no próprio sul do Marrocos, quando das grandes batalhas de Uarkiz.

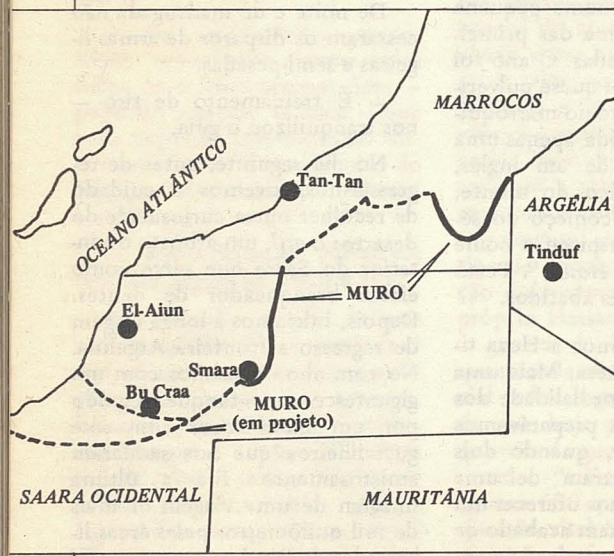
Para a Frente Polisario, a muralha que está sendo erguida é uma tática falha e terá o mesmo destino das colunas Uhud e Zellaka. Na opinião dos líderes da Frente se as FAR forem desalojadas de alguns importantes pontos fortificados no Saara e no sul do Marrocos, as forças de Hassan não terão condições militares para manter a defesa dos 600 quilômetros da muralha.

O certo, porém, é que os efetivos do ELPS procuram dificultar a todo custo a construção da muralha e os constantes combates em torno de Ras-Ei-Khanfra, desde março do ano passado, são testemunhos disso.

O "Triângulo Útil" não é, nem nunca foi, uma mera estratégia militar: para Hassan II ele constitui desde o seu início um fator de pressão política — talvez a última — a utilizar na cena internacional, particularmente junto à organização pan-africana, onde o seu país nunca esteve tão isolado. É um "trunfo" a jogar em futuras negociações que procurem pôr fim ao conflito.

Em termos estritamente militares, o Secretário-Geral da Frente Polisario, Mohamed Abdelaziz, referiu-se recentemente a esta estratégia nos seguintes termos: "A linha Maginot, a linha Morice e a linha Bar-Lev cederam. A linha do 'triângulo útil' tem a mesma estratégia. Ela não nos impedirá de libertar Smara e El-Aiun".

Também politicamente, os ventos não correm favoravelmente para as autoridades de Rabat. A eleição do socialista François Mitterrand para a Presidência da França constitui um dado extremamente importante, com reflexos evidentes no desenrolar do conflito. A "cobertura" dada pelo Palácio do Eliseu às teses expansionistas do Marrocos no tempo de Giscard d'Estaing parece, hoje, definitivamente afastada. Sobre tudo se o novo presidente francês prosseguir na política externa com o princípio que propalou durante a sua campanha eleitoral: o respeito pelo direito à autodeterminação dos povos.



Nasce um país no deserto



Nas terras áridas do Saara, as tendas da jovem República Saarauf começam a mudar a paisagem e também a vida. O governo popular está se organizando, enquanto a mortalidade infantil e o analfabetismo, herança dos tempos do colonialismo, vão aos poucos sendo erradicados do cotidiano

Onde existia apenas ervas daninhas e areia, existem hoje acampamentos que se parecem muito com cidades de verdade. Só que ao invés de construções sólidas, as ruas e bairros estão tomados por tendas, feitas com pele de camelo, que servem para tudo: ministérios, escolas, mesquitas, centros de atendimento materno-infantil,

prédios da administração pública, dispensários e oficinas de artesanato. Tudo isso forma a República Árabe Saarauf Democrática que a Frente Polisario construiu no deserto nestes últimos cinco anos, apesar da guerra e das adversidades do clima.

Quem chega nos acampamentos custa a acreditar que em tão pouco tempo e em condições tão

adversas, a Frente Polisario tenha conseguido criar acampamentos tão organizados. Não há crimes — pelo menos é o que afirmam a população e os dirigentes da Frente Polisario —, toda a administração é feita por autogestão das comunidades e não há qualquer tipo de privilégio, nem discriminação. A mulher, marginalizada em alguns países árabes, é

tratada em pé de igualdade com o homem, cuidando de todo trabalho de organização e administração. Essa tarefa é dividida com os velhos e as crianças.

— Aqui nos acampamentos — afirma um funcionário do Ministério da Informação — não existem trocas. Não há moedas. Toda a produção do Estado é distribuída de acordo com as necessidades de cada família. É a forma de erradicar antigos privilégios e estabelecer a igualdade entre os sexos.

Planejamento

O que surpreende não é só a organização popular. O planejamento é também o traço marcante dos acampamentos. São ao todo três *wilayas* (regiões administrativas): El-Aiun, Smara e Dakhla, as três principais cidades do Saara Ocidental. As *wilayas* são formadas pelas *dayras* (23 acampamentos que abrigam os

120 mil refugiados saarauís ao longo da fronteira sudoeste da Argélia, na desértica região de Tinduf). Os governos locais são exercidos por cinco comitês, todos eleitos pela população. A partir dos 16 anos o jovem é considerado apto para votar e participar das decisões sobre o destino da comunidade.

— O povo deve se autogovernar — diz um dos dirigentes da República Saarauí.

As *wilayas* são os órgãos dirigentes dos acampamentos e funcionam como conselhos, onde atuam os representantes dos diferentes departamentos populares: justiça, saúde, ensino, transporte, etc. Seus dirigentes (*wali*) são membros natos do birô político da Frente Polisário.

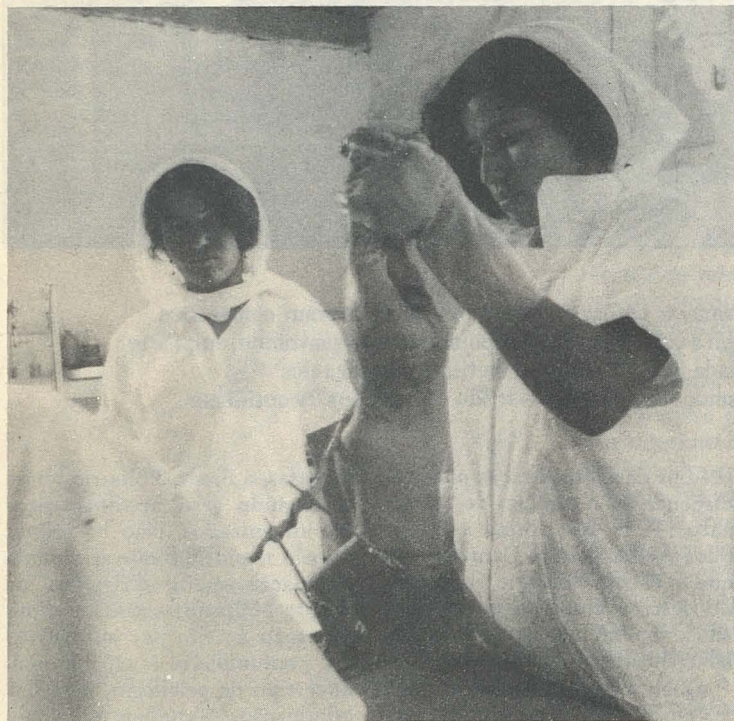
Na fase atual da vida da República, existem três órgãos que administram nacionalmente o país. São eles: o Conselho de Comando da Revolução, com

nove membros, todos eleitos através do Congresso Geral da Frente Polisário; o Conselho de Ministros, que é dirigido por Mohamed Lamine (*ver entrevista*) desde a sua criação, em março de 1976; e o Conselho Nacional, órgão legislativo, com 41 membros, dos quais 21 eleitos no Congresso Popular Geral da Frente Polisário e os restantes eleitos pelos Congressos Populares de Base.

Esses resultados são motivo de orgulho para o povo saarauí. Quando a república surgiu, seus idealizadores tinham duplo objetivo: denunciar a nível internacional os países agressores, Marrocos e Mauritânia, e, paralelamente, ocupar o vazio jurídico deixado pela Espanha. Da meta à prática, foi percorrido um longo caminho e agora quando falam do desafio que estão vencendo paulatinamente, os saarauís não disfarçam o orgulho:

— Nós estamos em guerra, mas não descuidamos da organização do Estado. Estamos construindo um Estado moderno para quando formos totalmente livres não termos tantas dificuldades e problemas como alguns dos nossos vizinhos.

Quem fala é um dos responsáveis pela *dayra* de Bir Lahlu. Ele faz questão de dizer que nos acampamentos não há distinção entre a população civil e militar. Foi esse cuidado em não fazer discriminações que permitiu aglutinar o povo saarauí em torno da Frente Polisário e atrair sobre a jovem República as atenções da opinião pública internacional. Sua fundação ocorreu em 27 de fevereiro de 1976 (República Árabe Saarauí Democrática) e de lá para cá só tem crescido o apoio à sua causa. Ao todo, a Rasd já é reconhecida por 45 países dos quais 26 africanos. Este número de adesões permitiu à Rasd ser admitida como o 51º Estado membro da Organização da Unidade Africana (OUA).



Parto no "Hospital El Uali Mustapha Sayed", *wilaya* de Dakhla

Sem crimes

Nos acampamentos, um detalhe sempre chama atenção dos jornalistas e visitantes estrangeiros de um modo geral: é a administração da justiça. Como o país vive um processo revolucionário e a administração da justiça é feita com base nos ensinamentos do Islã, a contradição aparente aguça as curiosidades e, às vezes, contribui até para dar um certo toque de exotismo ao assunto. Diz o juiz da *wilaya* de Dakhla:

— Nós procuramos zelar pelas tradições num espírito de igualdade democrática. Assim, poderemos beneficiar também as gerações futuras.

Os comitês de justiça são encarregados quase que exclusivamente de casamentos, divórcios, reconciliações conjugais e costumes. “Delitos de crimes e roubos não existem na sociedade saaraui”, diz o juiz de Dakhla, de 65 anos. Detalhe: geralmente os juízes são idosos. O cargo exige amplo conhecimento dos textos sagrados e muita experiência de vida.

Os saaraus têm particular interesse em falar da justiça. Afirmando: “Justiça e revolução são duas coisas inseparáveis. Num processo revolucionário como o nosso, a justiça é indispensável. De outra forma, não haveria revolução. Injustiça nosso povo conhece bem”, garantem. “Vivemos sob o colonialismo e vimos nossa terra ser invadida.”

Não é só na administração da justiça que os saaraus vêm obtendo bons resultados. Há também dois outros problemas que eles têm enfrentado com sucesso. São a mortalidade infantil, reduzida a níveis mínimos, e o analfabetismo. O ministro da Saúde, Salek Bobih, resume assim a situação:

— Não fosse a guerra, estaríamos numa situação muito boa. É a guerra que aumenta demasiadamente a dimensão dos nossos



“Escola 27 de Fevereiro”:
ensino técnico-profissional e instrução militar para as mulheres

problemas. Mesmo assim, podemos dizer que estamos numa boa situação. A mortalidade infantil foi reduzida a níveis mínimos.

O ministro lembra que em quase um século de colonização, os espanhóis não formaram um único médico entre a população saaraui. Agora, acrescenta ele, a situação começa a mudar:

— Os primeiros médicos saaraus já estão sendo formados no estrangeiro. Isto graças à ajuda de países amigos. Aqui nos acampamentos temos formado muitos quadros médicos com o pessoal de enfermagem e técnicos sanitários. Com isso, temos melhorado muito as condições dos acampamentos, principalmente no campo sanitário.

Outra herança negativa dos tempos do colonialismo é o analfabetismo. Várias escolas estão surgindo, inclusive com cursos de alfabetização para adultos. No momento, há três grandes escolas nacionais: a “Escola 9 de

Julho” (para crianças órfãs ou que não podem viver junto dos pais), voltada para o ensino primário; a “Escola 12 de Outubro”, para jovens de ambos os sexos, voltada para o ensino secundário; e a “Escola 27 de Fevereiro”, que cuida do ensino técnico-profissional para mulheres. Nesta escola, as alunas recebem também instrução militar. Há também um programa para formação de quadros no exterior, já iniciado.

— O que nos falta é ver nossa terra totalmente livre — comenta um velho saaraui, enquanto lembra as histórias dos primeiros anos de construção da República. Fala do frio insuportável, das crianças chorando e do inverno inclemente. “Nós conseguimos tudo isso e hoje estamos no fim da escalada para libertar nossa terra. Ninguém mais poderá nos deter. Juro pelo sangue dos mártires”, afirma, cercado por crianças e um grupo de jornalistas estrangeiros. □



A guerra vista pelos vencidos

O que pensam os soldados marroquinos?
As histórias dos prisioneiros capturados pelos saaraus

Adrar Bahi, Lamrabet Elhusi e Elharrach Adderrahamam estão um pouco tensos. É fácil notar. Estão a bem pouco tempo no centro de detenção saarauí e é primeira vez que falam para a imprensa estrangeira. Entre eles, há um ponto de identidade: todos foram presos na batalha de Guelta Zemmur, em março deste ano, quando as Forças Armadas Reais sofreram uma dura derrota.

— Ainda ouço o barulho do combate — diz Bahi quebrando o

gelo. Ele se expressa com muita dificuldade, em francês, misturando as frases com soluços.

Quantos soldados marroquinos estavam em Guelta?

— Haviam dois batalhões. Cerca de 1.500 homens.

Bahi esteve no exército até 1964, quando trocou a farda pelo cultivo de terras. A vida civil durou só quatro anos. Em 68, a polícia bateu na sua porta e avisou: “Você vai voltar prá teu quartel”. Ele voltou e em 76

chegava a El Aiun, onde ficou apenas um mês. Partiu para Bu Craa e daí para Guelta, onde já estava há um ano e meio.

— O ataque dos guerrilheiros foi devastador. Eram muitos. Desbarataram nossas defesas. Eu fui feito prisioneiro no dia 24, na primeira linha.

Como vocês eram abastecidos?

— Por aviões, mas era muito difícil. No princípio, vinha avião uma vez por semana. Depois o fogo saarauí aumentou e os aviões

começaram a ser alvejados. Passaram a vir de 20 em 20 dias ou de 15 em 15. No fim, já não aterrizavam mais. Lançavam os víveres de pára-quadras.

Se o abastecimento era ruim, como vocês comiam?

— Não havia quase nada. Apenas lentilhas e algumas latas de sardinha. Há semanas não tínhamos nada para comer. A culpa disso é de Hassan II. Ele quer que a gente morra por nada.

A história de Bahi é diferente da história do seu companheiro Lemrabet Elhusi. Ele não foi feito prisioneiro nas trincheiras, mas no hospital. No primeiro dia de combate, foi ferido na perna e internado. Quando os saarauís tomaram Guelta (25), as forças marroquinas bateram em retirada e Elhusi foi abandonado.

— Os saarauís curaram minhas feridas e me mandaram para aqui — conta ele.

O outro prisioneiro do grupo, Adderrahaman, foi capturado no primeiro dia, nas trincheiras:

— Os meus companheiros debandaram e eu fiquei sozinho. Foi feito prisioneiro.

Antes de entrar para o exército, ele vivia de biscates. Em 74, resolveu alistar-se e foi para o centro mineiro de Zuerat, na Mauritânia. Passou lá dois anos. Só saiu quando houve o acordo de paz entre a Mauritânia e a Frente Polisário. Aí, foi transferido para Guelta.

— Eu tenho uma queixa do meu país. Meus pais têm tido muitas dificuldades para tirar o meu soldo da minha conta. As autoridades dizem que eu não quero que eles tirem o dinheiro. Não é verdade — conta ele.

Essa postura crítica quanto ao governo de Marrocos parece ser um traço comum entre os prisioneiros. Um caso que chama atenção é o do capitão Leglaoui, militar de carreira, 36 anos, 14

dos quais dedicados ao exército. Ele chegou ao Saara em 76, e foi feito prisioneiro em 79 perto da localidade de Hagunia.

— Não recordo direito o que aconteceu. No combate, fui atingido na garganta e desmaiei. Os saarauís me trouxeram para a retaguarda, me trataram e quando dei conta da situação estava prisioneiro.

Ele diz que só veio tomar consciência da guerra na prisão. Enquanto fala ficam mais visíveis os traços ainda de adolescente que transparecem quando sorri, com o olhar carregado de ironia contrastando com o rosto envelhecido, onde se destacam os cabelos brancos e os dentes enegrecidos pelo tabaco.

— Eu não sabia direito o que era a guerra. No meu nível de graduação não tenho acesso a grandes informações sobre as coisas.

Mas você nunca discutia nada sobre a guerra com os outros oficiais?

Ele reage como se a pergunta fosse algo completamente descaído.

— Entre nós não se falava dessas coisas.

E logo acrescenta:

— Não havia suficiente confiança para ninguém dizer o que realmente pensava. Nós somos educados para não falar dessas coisas. Na FAR, ninguém pode discutir política, nem criticar o regime.

O capitão diz ainda que prisão abriu muito seus horizontes políticos.

— Se eu tivesse o nível de informação que tenho hoje, talvez não tivesse me metido neste barco — observa.

Entre os prisioneiros, há muitas queixas contra as autoridades de Marrocos. Uma delas é a questão da correspondência. A Frente Polisário não impede que troquem cartas com suas famílias, mas a correspondência tem andado muito irregular porque fica retida nos correios e serviços de segurança marroquinos. O capitão Leglaoui, por exemplo, chegou a receber uma carta com notícias da sua mulher e quatro filhos. Depois, não chegou mais nada. Segundo ele, a culpa é do seu próprio governo. □



Bahi, Lamrabet e Elharrach: conscientes do erro marroquino

SAARA OCIDENTAL

1884-1981

A história da resistência

*Cronologia do esforço saaraui
para obter a independência*



exército colonialista espanhol e a "marcha verde" dos marroquinos



1884 — No auge da partilha da África, a Espanha ocupa algumas posições do litoral ao sul do rio Ued Draa, numa região que passará a ser conhecida como Saara Ocidental ou "espanhol". No mesmo ano, a Conferência de Berlim reconhece e oficializa a ocupação.

1905 — França e Espanha assinam um acordo secreto. Com "régua e esquadro", traçam a fronteira das suas colônias na região do noroeste africano.

1934 — A colonização espanhola limita-se a três pontos no litoral: El-Aiun, capital administrativa; Cabo Juby, na província de Tarfaya; e Villa Cisneros. São frequentes os ataques destes locais por tribos nômades. Apesar das ambições hegemônicas de Paris, Espanha e França traçam planos conjuntos de suas forças militares e avançam para o interior das colônias.

1936 — Graças à ajuda da França, a Espanha, aparentemente, controla todo o território do Saara Ocidental.

1958 — Uma insurreição generalizada das tribos saarauís quebra a tranquilidade. Os espanhóis são obrigados a recuar até as três cidades litorais que já ocupavam em 1934. Para enfrentar a rebelião, Espanha e França organizam uma poderosa expedição militar, mobilizando 14 mil homens e 130 aviões. Para o regime francês, a expedição tinha objetivo claro: atingir a Argélia pela retaguarda, enfraquecendo a resistência à sua colonização naquele país, onde a guerra de libertação já se desenvolvia há quatro anos.

A década da descolonização

1960 — 14 de novembro — As Nações Unidas adotam a resolução 1.514, considerada como a carta da descolonização.

1962 — O Saara Ocidental é incluído na relação dos territórios sob dominação colonial pelo comitê encarregado de aplicar a resolução 1.514.

1965 — Pela primeira vez, a Assembléia-Geral das Nações Unidas aprova uma resolução específica — 2.072 — sobre a questão do Saara Ocidental. Na Espanha franquista há reações: o governo colonizador empenha-se na defesa do território ocupado por causa da enorme jazida de fosfato de Bu Craa — com reservas avaliadas em dez bilhões de toneladas — espalhada por cerca de 250 mil metros quadrados, a céu aberto. Seu valor, à época, era de 100 bilhões de dólares.

1967 — Para defender o que chama de "autonomia" da colônia, a Espanha cria a *Djemaa*, uma assembléia com poderes quase que exclusivamente consultivos formada por 102 pessoas, das quais menos da metade era eleita. Detalhe: não havia voto universal e secreto; apenas se votava entre os notáveis das diferentes tribos. A *Djemaa* foi muito criticada. Nesse mesmo ano, nasce a Organização de Vanguarda para Libertação do Saara, movimento que

terá papel decisivo na formação da consciência nacionalista saaraui. Seu fundador, Mohamed Sid' Brahimi Bassiri, estudou na Síria e no Egito, sendo influenciado pelo nacionalismo árabe nasserista. Todo seu trabalho inicial é feito na clandestinidade, numa mesquita da cidade de Smara, onde as autoridades espanholas permitiram que ele se fixasse para ensinar, desde que "se mantivesse afastado da política"!

O abandono da via pacífica

1970 — 17 de junho — A Organização de Vanguarda para Libertação do Saara realiza uma grande manifestação pacífica no bairro de Zemla, em El-Aiun, em defesa da independência. A "Legião Espanhola" cerca o local e reprime violentamente os manifestantes. Saldo da repressão: 40 mortos, centenas de feridos e grande quantidade de presos, entre os quais o líder do movimento de libertação, Mohamed Bassiri, que virá a desaparecer no cárcere. Seu paradeiro até hoje é desconhecido.

1973 — 5 a 10 de maio — Realização do congresso que cria a Frente Polisario — Frente Popular de Libertação do Saguia El-Hamra e Rio de Ouro, as duas regiões em que se divide o Saara Ocidental — com o objetivo de preparar as massas para a luta armada. A palavra de ordem é: "Pelas armas conquistaremos a liberdade". Estava definitivamente abandonado o caminho pacífico.

20 de maio — Um grupo de sete homens, mal armados e sem experiência militar, empreende uma ação audaciosa: ataca e ocupa o posto colonial de Al-Khanga.

1974 — Embora conte com 80 mil homens, o exército colonizador se revela incapaz de conter os ataques guerrilheiros. Madrid lança duas cartas decisivas: cria uma força política local, o Partido de União Nacional Saaraui — PUNS — na expectativa de esvaziar a Frente Polisario e começa a preparar uma proposta de plebiscito, cuja realização anuncia para o ano de 1975. A Frente Polisario se declara favorável ao plebiscito, desde que seja permitida a volta dos saarauís que se exilaram com o desencadeamento da repressão. Reivindica também a substituição da administração colonial por uma administração nacional e o controle do plebiscito por parte da ONU e da Organização de Unidade Africana (QUA).

1975 — A ONU envia uma comissão de observadores ao Saara para avaliar a situação. Participam do grupo Simon Ake, da Costa do Marfim, Manouchehr Pishva, do Irã e Marta Jiménez, de Cuba. Os trabalhos começam na segunda quinzena de maio.

12 de outubro — Em Aiun-Bentili é realizada uma

(1) — Do livro de Ahmed Baba Miske, "Le Front Polisario, l'âme d'un peuple" ("A Frente Polisario, alma de um povo").

reunião que resulta na adesão de todos os grupos nacionais do PUNS, que nunca chegou a ter raízes populares, e outras organizações menores, à Frente Polisario, que passa a ser considerada como "vanguarda única e autêntica do povo saaraui".

14 de outubro — A ONU divulga a conclusão dos seus observadores: a comissão constatará que a grande maioria da população estava a favor da independência do Saara Ocidental e contra a partilha das suas terras entre o Marrocos e a Mauritânia, como pretendia a Espanha. Também o Tribunal Internacional de Haia divulga parecer em defesa da autodeterminação do Saara Ocidental.

Divisão do Saara

Em resposta à decisão do Tribunal de Haia, Hassan II organiza uma verdadeira encenação teatral: uma marcha pacífica para libertação da província do Saara, que entraria para a história com o nome de "Marcha Verde". Foram mobilizados 350 mil marroquinos, a maioria recrutada entre os desempregados. Uma operação gigantesca: exigiu dez trens especiais, oito mil caminhões, 18 mil toneladas de víveres, 63 mil toneladas de água e 2,5 mil toneladas de combustível.

14 de novembro de 1975 — A Espanha antecipa-se aos planos de descolonização da ONU e reparte o Saara Ocidental entre Marrocos² e Mauritânia, em troca de vantagens econômicas: direito de pesca em águas territoriais saarauís para 800 barcos espanhóis durante vinte anos; indenização por bens públicos deixados na colônia e direito sobre 30% dos rendimentos da exploração dos fosfatos de Bu Craa. Imediatamente, o território do Saara Ocidental é ocupado: as Forças Armadas Reais do Marrocos tomam Smara e a capital do Saara, enquanto as forças mauritanas ocupam posições ao sul do Paralelo 24, área de menor importância econômica.

1976 — O ano começa com bombardeios, com "napalm" e "fósforo branco", nos acampamentos de refugiados saarauís. A aviação marroquina castiga particularmente os campos de Tifariti, Amgala, El-Metlani e Guelta.

27 de fevereiro — Em Paris, Valéry Giscard d'Estaing anuncia o apoio do seu país aos marroquinos.

(2) — O sonho do "Grande Marrocos" — nunca muito propagandeado mas subjacente em toda a política externa do regime de Hassan II — jamais foi abandonado pelo Rei. Segundo seu principal teorizador, o secretário-geral do Partido do Istiqlal, Allal El Fassi, o Marrocos considera-se com direitos territoriais sobre o Saara, todo o território mauritano, perto do sul da Argélia e ainda uma fatia do Mali. A apropriação da velha colônia espanhola apresentava-se como o primeiro passo na construção desse grande "Império". Hassan II contava com fatores de pressão com os quais podia manejar Madrid: Ceuta e Mililla, possessões espanholas encravadas no seu território, e a enorme plataforma marítima marroquina, zona preferencial de pesca das embarcações canárias.

Isto não impede que a Frente Polisario crie a República Árabe Saaraui Democrática. A iniciativa é imediatamente apoiada por um grande número de Estados africanos, entre eles Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

9 de junho — O Secretário-Geral da Frente Polisario, El Uali Mustapha Sayed, morre num grande ataque a Nuakchott, durante a ofensiva desencadeada pelo exército da Polisario. O III Congresso Nacional da Frente Polisario, que ganha o nome do líder morto, lança a palavra de ordem: "Nem paz, nem estabilidade antes do regresso ao território nacional e da independência".

novembro e dezembro — Dezenas de instrutores militares começam a chegar à Mauritânia para organizar o exército daquele país que, com a guerra, aumentara de dois para 15 mil homens.

1977 — janeiro e fevereiro — A Frente Polisario avança e consegue vitórias espetaculares, particularmente no sul, onde a Mauritânia é derrotada. A vitória mais expressiva é na região mineira de Zuerat.

13 de maio — É assinado um acordo de defesa mútua entre a Mauritânia e o Marrocos. Assim, o Marrocos coloca entre dez mil e 12 mil homens no sul do Saara e da Mauritânia.

3 de julho — O Exército de Libertação ataca mais uma vez a capital mauritana.

14 de dezembro — Caças-bombardeiros franceses "Jaguar" partem da base de Uakam, Senegal, e bombardeiam uma coluna de combatentes saarauís. Os Estados Unidos anunciam um empréstimo de cerca de 50 milhões de dólares ao Marrocos.

Criar uma "dinâmica de paz"

1978 — 5 de junho — O governo marroquino anuncia medidas draconianas para enfrentar a crise econômica. Analistas norte-americanos estimam que a guerra no Saara custa ao trono de Hassan mais de um milhão de dólares diários.

10 de julho — Um golpe de Estado liderado por militares derruba o regime mauritano de Uld Daddah. Dois dias mais tarde, a Frente Polisario declara unilateralmente um cessar-fogo na frente sul com o objetivo de promover "uma dinâmica de paz".

25 a 30 de setembro — Realiza-se o IV Congresso da Frente Polisario sob a palavra de ordem: "A luta continua para impor a independência nacional e a paz".

4 de outubro — A UCD, partido governista na Espanha, reconhece oficialmente a Frente Polisario como "único e legítimo representante do povo saarauí em luta". Durante a sua 33ª sessão, a Assembleia-Geral da ONU reafirma uma vez mais o direito do povo saarauí à autodeterminação.

A "ofensiva Huari Bumediên"

1979 — 1º de janeiro — Em honra ao Presidente

argelino falecido poucos dias antes, a Frente Polisario anuncia o desencadeamento da ofensiva Huari Bumediên.

1º de maio — O Presidente do governo espanhol, Adolfo Suárez, encontra-se em Argel com o Secretário-Geral da Frente Polisario, Mohamed Abdelaziz.

5 de agosto — Após mais de um ano de conversações secretas a República Islâmica da Mauritânia assina com a Frente Polisario, em Argel, um acordo de paz. Declara não ter "reivindicações territoriais ou outras sobre o Saara Ocidental" e propõe "sair definitivamente da guerra injusta". O acordo de paz, que as autoridades de Rabat procuraram boicotar a todo custo, além de internacionalmente constituir uma grande vitória da luta de libertação do povo saarauí, deixa o reino marroquino numa posição de extremo isolamento.

outubro — Na segunda quinzena deste mês, o ELPS* anuncia a libertação total da parte nordeste do Saara, após a queda da última "praça forte" ainda em mãos dos marroquinos: Mahbés. Com o prosseguimento da ofensiva "Huari Bumediên", a guerra toma outras características: o ELPS passa a conjugar a guerrilha com as grandes batalhas de posições, envolvendo milhares de homens.

21 de novembro — A Assembleia-Geral das Nações Unidas aprova uma resolução em que reconhece a Frente Polisario como o único e legítimo representante do povo do Saara e pede ao Marrocos que "ponha fim à ocupação do território".

A guerra no sul do Marrocos

1980 — 29 de janeiro — Perante duas subcomissões da Câmara dos Representantes dos EUA em Washington, afirma-se que no espaço de cinco anos "o exército marroquino passou de 60 mil para 120 mil homens, dos quais 50 mil se encontram em zona de guerra do Saara Ocidental".

10 de março — Após a grande derrota das FAR na batalha do Uarkiz (as forças armadas marroquinas perderam milhares de homens e toneladas de material), o general Dlimi, seu chefe supremo, condena em Negueb, sul do Marrocos, os militares marroquinos e desgradua um elevado número de oficiais e sub-oficiais.

15 de abril — A Frente de Firmeza Árabe reconhece a Rasd e apela a que outros países façam o mesmo.

3 de julho — Durante a 17ª Reunião de Cúpula da OUA, reunida em Freetown, 26 países africanos afirmam ao Secretário-Geral da organização, Eden Kodjo, que reconhecem a Rasd, maioria necessária para esta se tornar o 51º Estado membro.

23 de julho — Durante as negociações entre o go-

* ELPS — Exército de Libertação Popular Saarauí, braço armado da Frente Polisario.

verno português e o governo saaraui com vista à libertação dos 15 tripulantes do "Rio Vouga", capturado em águas territoriais da Rasd, Portugal reconhece a Frente Polisario "como único e legítimo representante do povo do Saara Ocidental".

9 a 22 de setembro — Desenvolvem-se violentos combates na região marroquina de Ras-El-Khanfra onde as FAR procuram avançar na construção das linhas defensivas que protegeriam agora, aquilo que Hassan e o Estado-Maior marroquino chamam de "triângulo útil" do Saara.

18 de setembro — Numa espetacular ação realizada por unidades navais das forças de libertação saaraus, o porto de El-Aiun é atacado; suas instalações sofrem grandes prejuízos.

11 de novembro — A Assembléia-Geral da ONU reunida na sua 35ª sessão adota uma resolução em que apela ao Marrocos à negociação direta com a Frente Polisario, com vista ao encontro de uma solução pacífica e justa para o conflito.

9 de dezembro — Andrew Young, antigo embaixador dos EUA junto à ONU, visita as regiões libertadas da Rasd e declara que "a persistir na sua atitude, o Marrocos corre o risco de conhecer problemas e desilusões comparáveis aos que os EUA tiveram no Vietnã".

18 de dezembro — A Frente Polisario liberta 35 pescadores espanhóis tripulantes de três embarcações capturadas em águas territoriais da Rasd. A Espanha "reafirma o seu apoio ao direito do povo saaraui à autodeterminação".

1981 — 4 de janeiro — Em mensagem de ano novo ao povo marroquino, a Frente Polisario mostra-se disposta a negociar com "qualquer força do Marrocos capaz de realizar a paz", o que é interpretado como um discurso direto às Forças Armadas marroquinas.

30 de janeiro — A Secretaria de Estado norte-americana anuncia a venda ao Marrocos de 108 tanques "M-60". No ano anterior os Estados Unidos já haviam-se comprometido a vender um importante lote de aviões "OV-10 Bronco" e 24 helicópteros "Hughes 500-MD Defender".

20 de fevereiro — A Bélgica decide levantar o embargo à venda de armas ao Marrocos.

16 de março — As autoridades mauritanas, após a tentativa de um golpe de Estado, acusam o Marrocos de estar por trás da conspiração.

18 de março — A Mauritânia corta as relações diplomáticas com o Marrocos.

25 de março — O ELPS liberta a cidade de Guelta Zemmur, a apenas 100 quilômetros das minas de Bu Craa. Após vários dias de combates na região, durante os quais é abatido um "Mirage F-1", a cidade é retomada pelas forças marroquinas que, no entanto, não conseguem manter ligação terrestre com o centro mineiro. □



O mártir-herói saaraui
El Uali Mustapha Sayed



Mohamed Abdelaziz,
secretário-geral
da Frente Polisario
e, de óculos,
Ibrahim Ghali,
ministro da Defesa

Um regime em crise

A guerra só trouxe problemas para a vida econômica, social e política do país

Antônio Silva



O Rei e seu filho

Há anos a economia marroquina está em crise. A guerra no Saara Ocidental veio agravar ainda mais a situação, devido ao seu elevado custo social e econômico.

Os sintomas da crise começaram a aparecer em 1977, após quatro anos de rápida expansão econômica, à taxa anual de nove por cento. Os dirigentes do país tentaram um plano de estabiliza-

ção, na esperança de manter a taxa de crescimento anterior, mas não tiveram êxito: as taxas anuais de crescimento caíram para três por cento.

O resultado: em 1979, os conflitos sociais se intensificaram. Para justificar a sua incapacidade de gerir a crise, o governo foi buscar argumentos em fatores de ordem conjuntural. São dois os argumentos principais: o au-

mento dos preços do petróleo e a redução dos fosfatos, principal item da pauta de exportações do Marrocos.

São argumentos frágeis para esconder a dura realidade do país, que a guerra só veio agravar. A raiz dos problemas, mais do que o aumento do custo do petróleo e a redução dos preços dos fosfatos, está na dependência da economia marroquina aos países capitalistas desenvolvidos, particularmente os Estados Unidos, a França e a República Federal da Alemanha. Além disso, existe a guerra, desencadeada a partir de 1975, com o objetivo de anexar o território do Saara Ocidental.

Dependência econômica

Quem analisa a situação do Marrocos, não pode deixar de atribuir a crise a fatores intimamente relacionados com a estrutura da sua economia. A agricultura ocupa mais da metade da população ativa, mas não é capaz de suprir as necessidades alimentares do país. É o retrato das contradições internas do Marrocos: de um lado, há um setor modernizado, tecnologicamente evoluído, cuja produção é voltada para a exportação; do outro, sobrevive um amplo setor tradicional, com características ainda feudais. Um setor industrial pouco desenvolvido, com exceção dos ramos exportadores, como os têxteis e os produtos alimentares; um setor terciário com grande peso na economia; inflação e desemprego (em 1980, 20 e 25% respectivamente) são traços característicos que derivam da situação de dependência em que o país se encontra em relação aos países capitalistas desenvolvidos.

Estes países são os principais fornecedores do Marrocos e também os seus principais clientes. Através dos mais diversos mecanismos — transnacionais, controle

dos mercados das matérias-primas, investimentos — eles acabam por controlar, em seu benefício, as alavancas fundamentais.

Além disso, todo o *déficit* do Balanço de Pagamentos — que evoluiu de 179 milhões de *dirhams* em 1979 para um bilhão (1 *dirham* = 3,76 dólares) é financiado pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e algumas nações, como a Arábia Saudita. Evidentemente, isto só faz aumentar a já acentuada dependência externa.

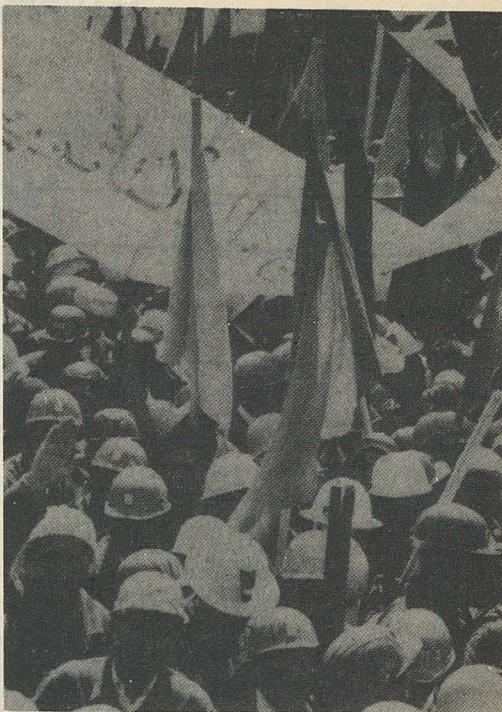
O resultado dos crescentes empréstimos são as cada vez maiores limitação orçamentárias. Calcula-se que em 1985, dez por cento do orçamento do país será consumido no pagamento de encargos da dívida externa. Além disso, limitam o próprio campo de manobra do governo para enfrentar os problemas sociais, já que os países capitalistas condicionam os empréstimos aos seus interesses econômicos.

A crise

Em 1980, o governo marroquino iniciou uma política de austeridade. Não teve êxito. A balança comercial apresentou um *déficit* bastante elevado: sete milhões de *dirhams*. A política de austeridade fracassou por causa das suas próprias contradições: diminuíram as despesas com os investimentos públicos e a agricultura, mas aumentaram os gastos com o orçamento militar. Também a burguesia marroquina — parasitária do Estado — não correspondeu à expectativa do governo quanto ao aumento dos investimentos privados. Pelo contrário: tais investimentos caíram.

Finalmente, a perspectiva de participação de Portugal e Espanha na Comunidade Econômica Européia — CEE — veio agravar as dificuldades de escoamento da produção marroquina, notadamente têxteis e concentrados de tomate. Por outro lado, as

O fracasso econômico e a derrota militar mobilizam a classe operária contra a monarquia



necessidades internas obrigaram o governo a aumentar as importações de petróleo e cereais (deste último produto só em 1979 foram importados 2,5 milhões de toneladas, a maior parte dos Estados Unidos).

Soma-se a esse quadro um dado com o qual os dirigentes marroquinos não contavam. Trata-se dos reveses que suas tropas têm sofrido na guerra do Saara. Inicialmente, a guerra contra o povo saarauí tinha dois objetivos: era um pretexto político para unir todas as correntes sociais contra um inimigo comum, barrando a maré de insatisfações que vinha crescendo desde 1974 e, também, uma forma de se apoderar das ricas jazidas minerais, particularmente de fosfatos, concentradas na República Árabe Saarauí. No plano interno, o governo conseguiu que as forças sociais e políticas fossem unâimes em apoiar a agressão, sob alegação da defesa da integridade territorial de Marrocos; no plano

econômico o fracasso foi completo.

O Marrocos é o principal exportador mundial de fosfato, possuindo 60% das reservas internacionais. Ocupando o território da Rasd reforçaria a sua posição de exportador e, ao mesmo tempo, aumentaria, se obtivesse rápidas vitórias, o prestígio de Hassan II. Nada disso aconteceu. A guerra se prolonga há anos, Hassan II está desgastado e as sucessivas derrotas das suas tropas só têm contribuído para agravar a crise econômica. Militarmente, de nada adiantou o maciço apoio de países como os Estados Unidos, a França, a República Federal da Alemanha e a Arábia Saudita.

Guerra cara

Atualmente, as despesas com o orçamento militar são exorbitantes: mais de 40% do orçamen-

to marroquino. São recursos que, se não estivessem sendo desviados para uma guerra de anexação fracassada, poderiam estar sendo aplicados em setores fundamentais para melhoria do nível de vida do povo, como a agricultura e a indústria. Daí, também estar se esboçando gradativamente uma derrota política, no plano interno, para o governo: a população, que apoiou a invasão, começa a condená-la.

O Marrocos é hoje um país sacudido por sucessivos movimentos sociais. Em 79, o movimento grevista atingiu níveis alarmantes paralisando o ensino, o transporte e o funcionalismo. Houve vitórias parciais do movimento e uma reforma ministerial, com a substituição do primeiro-ministro Ahamed Oman por Maati Bua-bid, tido como moderado e com maior capacidade de diálogo com o movimento sindical.

Como se não bastasse o custo elevado da guerra e suas consequências mais diretas, ficou também evidente que não existem as propaladas vantagens da ocupação do Saara Ocidental. As minas de Bu Craa, com capacidade para produzir anualmente seis milhões de toneladas de fosfato, continuam sem ser exploradas, apesar dos esforços marroquinos. Além disso, a ação militar da Frente Polisario inviabilizou qualquer tentativa de escoamento dos fosfatos para os portos, tanto através de caminhões, como de tapetes-rolantes (esteiras). Isto apesar dos contingentes militares deslocados pelos marroquinos para proteger a produção.

Diante desse quadro, a conclusão que se chega é que a solução dos graves problemas econômicos marroquinos não depende de reformas sociais profundas. É preciso também que chegue ao fim a guerra de ocupação do Saara Ocidental, com o reconhecimento da independência e soberania do povo saaraui. □

MAURITÂNIA

No centro do conflito

A guerra no Saara derrubou um regime e deixou cicatrizes profundas na vida social e política do país

Lamine Ahmed

O golpe de Estado que, a 10 de julho de 1978, derrubou o regime de Mokhtar Uld Daddah e levou ao poder um movimento de militares teve origem direta na guerra do Saara. O seu elevado custo econômico e perda de vidas humanas, num país pobre, pouco povoado e castigado por sucessivos anos de seca como a Mauritânia, provocou um enorme descontentamento popular e beneficiou o movimento insurrecional.

De fato, desde o início, as consequências da guerra tinham começado a ser sentidas: mais de 60% do orçamento do Estado foi canalizado para a Defesa, enquanto os trabalhadores assalariados viram-se obrigados a contribuir com três dias de salário para o "esforço de guerra". Em fins de 1978, a dívida externa ascendia a 750 milhões de dólares, ou seja, o equivalente a 145% do Produto Nacional Bruto.

As minas de ferro de Zuerat, verdadeiro pulmão econômico e principal fonte de divisas do país, bem como a ferrovia para o transporte do minério até ao porto de Nuadhibu, tinham-se tornado alvos constantes dos ataques dos guerrilheiros saaraui, o que provocava a queda vertical da produção. A este panorama

vinham somar-se os efeitos de quase uma década de seca, num país em que 75% da população é nômade e onde 84% deles vivem da exploração da terra e do pastoreio.

Daddah e o diálogo interrompido

O fundador e Presidente da República da Mauritânia, Uld Daddah no fim da sua vida política empreendeu uma última e desesperada iniciativa para evitar o colapso de seu governo: iniciou conversações secretas com a Frente Polisario com a intenção de encontrar "uma saída honrosa" do conflito. Porém a intransigência do seu aliado, Hassan II, (que contava com efetivos avaliados em mais de 12 mil homens em território mauritano) e a falta de coragem para levar até às últimas consequências o diálogo iniciado, acabaram por facilitar a queda que Uld Daddah tentara evitar.

Na sequência do golpe de Estado que derrubou Daddah, um "Comitê Militar de Reconstrução Nacional" assume o poder. Nele se manifestaram diferentes — e em alguns casos antagônicas — correntes, cuja principal motivação agregadora era a von-

tade comum de pôr um fim à guerra e restabelecer a paz como condição principal para a estabilização e a reconstrução do país. Na realidade, porém, cada uma destas tendências passaria a defender a sua própria visão de paz.

O cessar-fogo decretado unilateralmente pela Frente Polisario, dois dias depois do golpe, foi interpretado como um gesto de boa vontade pelo novo poder, em Nuakchott.

Aposta na desestabilização

O primeiro governo saído do golpe de 10 de julho e chefiado pelo tenente-coronel Uld Salek mostrou-se com o objetivo decla-

rado de acabar com a guerra "sem fazer novos inimigos". Essa carta de boas intenções encontra da parte do Marrocos uma intransigência e hostilidade que impedem toda e qualquer possibilidade de negociação com vista ao encontro de uma paz global para a região.

Durante os meses que se seguem, o problema das relações entre as diferentes comunidades que constituem a Mauritânia — árabe, *hal pular*, *soninké* e *olof* — atinge níveis explosivos e provocam confrontos na capital.

As tensões raciais são aproveitadas por elementos chauvinistas das diferentes etnias, servindo aos interesses daqueles que, na África e fora do continente, pro-

curavam obstinadamente boicotar o processo de negociações em curso entre os militares mauritanos e a Frente Polisario.

Papel destacado em toda esta campanha de desestabilização cabe ao então presidente do Senegal, Leopold Senghor, cujo apoio ao Marrocos no conflito do Saara sempre foi claro. Aproveitando o fato do seu país constituir fronteira com a República Islâmica da Mauritânia, Senghor procura agravar as tensões raciais no interior do território mauritano servindo-se para isso de sua influência junto às comunidades negras que habitam o sul. A ingerência nos assuntos internos do país vizinho atinge o auge quando o presidente senegalês adverte publicamente quanto à ameaça de divisão das etnias negras da Mauritânia.

Golpes palacianos

A busca de solução pacífica para a guerra teve elevado preço: a perigosa instabilidade social veio juntar-se à instabilidade política, que se traduziu particularmente, numa sucessão de golpes palacianos como a Mauritânia jamais conhecera.

A 6 de abril de 1979, chega ao poder através de uma destas "revoluções de palácio" um grupo de oficiais comandados pelo tenente-coronel Ahmed Uld Buceif, o que constitui motivo de esperança para o trono marroquino e para Giscard D'Estaing. Evocando uma "aliança natural" com o Marrocos, Buceif procura desmantelar a oposição no interior do país e, internacionalmente, empreende esforços diplomáticos para destruir os resultados positivos conseguidos pelo governo de Uld Salek. Porém, o otimismo de Rabat e Paris esmorece quando menos de um mês depois de chegar ao poder, Buceif é colocado em minoria no seio do Comitê Militar que dirige o



Hassan e Daddah: uma trágica aliança para a Mauritânia



Carregamentos de minérios de ferro protegidos contra os ataques saarauís: a economia do país não suportou esse desgaste

país e vê o seu projeto de orçamento rejeitado; paralelamente são divulgados vários casos de desvios de fundos públicos imputados a oficiais ligados a Buceif.

O desaparecimento de Uld Buceif num desastre de aviação em fins de maio, perto da capital senegalesa, representa um duro revés para todas aquelas posições que pensavam ainda ser possível fazer regredir a dinâmica de paz.

A nomeação do tenente-coronel Uld Haidalla vem confirmar o poder e a influência que este militar goza no seio das Forças Armadas mauritanas. Sob a sua direção, a procura da paz, considerada a primeira prioridade do movimento de 10 de julho de

1978, passa a ser encarada com maior determinação e firmeza.

As negociações prosseguem e a 5 de agosto de 1979 é assinado em Argel o acordo de paz entre a República Islâmica da Mauritânia e a Frente Polisario. A Mauritânia aceita se retirar definitivamente da guerra e dos territórios que ocupava no sul do Saara, reconhecendo na Frente Polisario o legítimo representante do povo saarauí.

“A Mauritânia não existe!”

A celebração do acordo de paz e o isolamento internacional em que o tratado de Argel colocou o Marrocos foi uma afronta que as autoridades de Rabat não poderiam perdoar. Hassan II passou à hostilidade aberta contra o

seu antigo aliado, acusando-o de estar envolvido em todos os ataques que os combatentes saarauís realizam contra as suas forças.

O Marrocos invade então a parte do Saara Ocidental que ocupava o exército mauritano, numa grosseira ofensa às normas do Direito Internacional, criando perigosa ameaça à soberania nacional mauritana.

“A Mauritânia não existe. A sua parte norte é nossa. A parte sul é do Senegal” — afirmou o rei Hassan II, em Marrocos, durante uma conferência de imprensa em agosto de 1980. Poucos meses depois um comando militar sob as ordens de dois ex-tenentes-coronéis mauritanos exilados no Marrocos, lança um ataque-surpresa contra as instalações da rádio e o palácio presidencial de Nuakchott.

Frustrado o golpe e capturados os seus autores, os documentos encontrados e as declarações que seus chefes prestam nos interrogatórios que antecedem a sua execução comprovam que a ação fora planejada no Marrocos. O plano previa ainda que efetivos terrestres e aéreos intervissem após a proclamação que seria lançada pelos golpistas através da rádio.

Consequência da agressão: as autoridades mauritanas cortam relações diplomáticas com o reino marroquino e apresentam queixas contra aquele país ao Conselho de Segurança da ONU, da OUA e da Liga Árabe.

No entanto, passados quase dois anos da assinatura da paz com a Frente Polisario, a Mauritânia ainda não encontrou a estabilidade que permita ao seu povo empenhar-se na reconstrução do país, devastado pela guerra e pela seca. A ameaça marroquina junto às suas fronteiras impede a reconversão da economia de guerra em uma outra que assente a dinâmica do desenvolvimento.

A ilusão de Hassan II

Num relatório ao Congresso dos EUA com base em análises de peritos militares, um grupo de congressistas sustenta que, para o Marrocos, o Saara é uma guerra perdida

A discussão no Congresso dos EUA que antecedeu a venda ao regime marroquino de 108 tanques "M-60" é extremamente reveladora do modo como é encarado em Washington o conflito no Saara Ocidental. Uma delegação do Congresso norte-americano, chefiada pelo presidente da sua sub-comissão africana, senhor S. Solarz, visitou, em agosto de 79, Marrocos, Saara Ocidental, Mauritânia, Argélia e ainda França e Espanha numa viagem de informação e escutação das partes diretamente envolvidas no conflito.

Posteriormente, essa missão elaborou um relatório ao Congresso apresentado pelo próprio senhor S. Solarz. O documento, que se baseia em análises de peritos militares norte-americanos, defende que o rei Hassan II trava "uma guerra impossível de ganhar" e nenhum tipo de armamento norte-americano, por mais sofisticado que seja, poderá inverter o curso dos acontecimentos.

Pela sua atualidade e realismo, reproduzimos alguns extratos desse documento assinado por Solarz:

"Polisario criou uma nação"

"No início da minha visita à região, eu estava inclinado a pensar que deveria haver uma razão de ordem política e estratégica suficientemente credível que nos levasse a alterar a nossa política de venda de armas a Marrocos, fornecendo-lhe maior quantidade de material de guerra. No fim

da viagem fiquei convencido que a proposta de venda de armas a Marrocos poderia ter consequências negativas muito graves para a política externa dos Estados Unidos.

"Se bem que os porta-vozes marroquinos afirmem que a Frente Polisario é uma simples criação da Argélia, e que os seus membros são mercenários argelinos e refugiados do *sahel* essas alegações são desmentidas por relatórios de observadores mais objetivos. Foi a visita da missão das Nações Unidas de 1975, con-

duzida pelos representantes de dois Estados conservadores, o Irã* e a Costa do Marfim, que pela primeira vez chamou atenção do mundo para a posição dominante que ocupava politicamente a Frente Polisario no Saara Ocidental. Relatórios mais recentes elaborados por especialistas da região, jornalistas e observadores dos movimentos de libertação na África que visitaram os campos de refugiados saarauís, em Tinduf, e viajaram com uni-

* Ainda se estava no tempo do Xá Reza Pahlevi.



Os controvertidos tanques M-60

terceiro
mundo

dades de guerrilha no interior do Saara Ocidental, confirmam que a Frente Polisario 'não é senão a população autóctone do Saara Ocidental'. Afirmam, igualmente, que a Frente Polisario conseguiu criar uma consciência política nacional oposta a um sentimento puramente tribal e atingiu um grau extraordinário de eficácia e de independência organizativa.

"Como o fez notar um político espanhol bem conhecido e possuidor de uma larga experiência do problema do Saara Ocidental: 'A Frente Polisario criou uma nação'.

Uma guerra impossível de ganhar

"Segundo os peritos militares norte-americanos, o exército marroquino apenas estaria em condições de melhorar parcialmente a sua desfavorável situação militar, qualquer que seja o material de guerra que nós fornecêssemos. As principais fraquezas da estratégia militar marroquina no Saara Ocidental são as comunicações, o comando e o controle. O problema reside na recusa do Rei em dar suficiente autonomia aos seus oficiais para que estes possam se comunicar diretamente entre si e reagir rapidamente aos acontecimentos nas suas próprias regiões. Como o Rei teme uma repetição dos golpes de Estado intentados em 1971 e 1972, continua a insistir na hipercentralização das estruturas de comunicações e comando. Daí que, muitas vezes, decorram longas horas entre a informação de um ataque a uma guarnição marroquina e a chegada de reforços vindos dos arredores, pois o pedido tem de passar por Rabat. Também os oficiais, fora do Estado-Maior, não têm autoridade para fazer deslocar patrulhas preventivas.

"Estas condições contribuem para minar o moral dos militares tanto quanto a rudeza do clima, os cada vez mais numerosos *raids*

dos guerrilheiros da Frente Polisario e o fosso existente entre os oficiais (incompetentes e corruptos) e os simples soldados.

"A nova decisão de vender armas a Marrocos destinadas especialmente a serem utilizadas no Saara Ocidental, apresentará vantagens para a nossa política? Mas quais são as vantagens que se presumem resultarem desta decisão?

"Alguns dizem que nós deveríamos mudar a nossa atual política de venda de armas a Marrocos — ou seja, aumentar a venda de armas ofensivas — a fim de manter ou reforçar a nossa mutuamente benéfica relação com o regime pró-ocidental de Marrocos; ou melhor ainda, a fim de impedir que um Rei amigo seja obrigado a renunciar ao seu trono porque se vê constrangido a renunciar ao Saara Ocidental.

"Não subsistem dúvidas que Marrocos ajudou de muitas maneiras o Ocidente e muito particularmente os Estados Unidos. O governo marroquino, por exemplo, permite aos nossos navios de guerra escalar em seus portos, aos nossos aviões se abastecerem nos seus aeroportos. E ajudou a facilitar o começo dos contatos entre Sadat e Begin, que culminariam nos acordos de Campo David. Enviou, igualmente, tropas para o Zaire, na província de Shaba, a fim de proteger os interesses ocidentais quando da segunda invasão do Zaire por exilados katangueses que viviam em Angola.

"Se é evidente que é do nosso interesse manter relações estreitas e construtivas com Marrocos, isso não implica que tenhamos a obrigação moral e política de apoiá-lo numa guerra que é injusta e impossível de ganhar.

"A verdadeira ameaça para o Rei não vem tanto do exterior, mas do próprio interior. O Rei não tem os meios militares de

expulsar a Frente Polisario do seu território, assim como a Frente Polisario não tem meios de pôr Marrocos fora do Saara Ocidental. Mas ao encorajar o Rei a manter a ilusão de que uma vitória militar é possível, não fazemos senão prolongar em vez de encurtar a guerra. E com os milhões de dólares que gasta numa guerra que não pode ganhar, o Rei teria mais capacidade de fazer face aos problemas que tem de enfrentar no interior do país.

Os riscos de internacionalização do conflito

"O que é mais grave, é que quanto mais o conflito se prolonga maiores são os riscos de escalada e internacionalização. Ultimamente, o Egito tem, de certa forma, ingerido no conflito ao transportar por navio armas ligeiras e munições para Marrocos. Até o presente, a Frente Polisario tem-se absteído de recrutar massivamente populações de etnia saaraui que vivem na Mauritânia e de utilizar o território mauritano para atacar posições marroquinas no Saara Ocidental. A Frente Polisario também não tem tentado obter equipamento militar ou conselheiros soviéticos ou cubanos. Se mudamos a nossa política, os países do Leste poderiam utilizar isso a seu favor, tendo em vista, sobretudo, as perspectivas militares favoráveis da Frente Polisario e o largo apoio diplomático de que goza. Poderiam vir a tomar parte num conflito em que até o momento não intervieram.

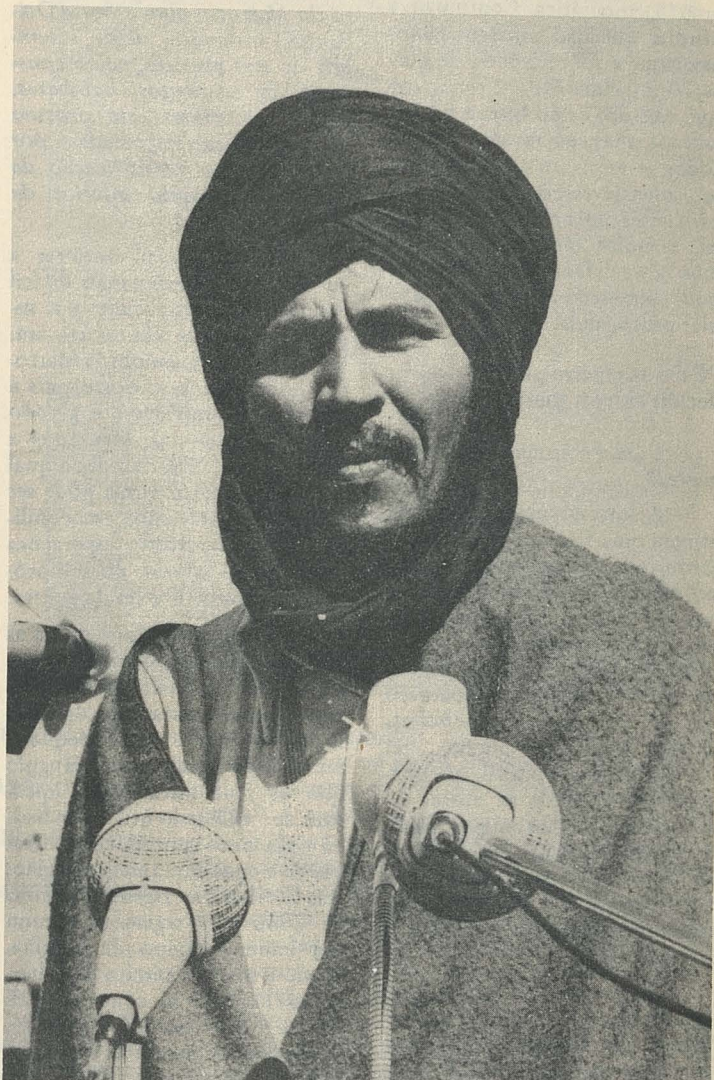
"Atualmente, uma alteração na nossa política de venda de armas acentuaria a crise, afetando o nosso prestígio. Com efeito, o equipamento militar em questão não alteraria de forma significativa a posição militar e diplomática de Marrocos, mas nos colocaria ainda mais no centro de uma situação que se deteriora." □

Mohamed Lamine:

“Não fazemos a guerra pela guerra”

O Primeiro-Ministro da Rasd adverte: “As guerras coloniais, muitas vezes arrastam a queda dos regimes que as provocam”

Alberto B. Marantoni



Mohamed Lamine Ahmed é presidente do Conselho de Ministros da República Árabe Saaraui Democrática (Rasd) e um dos nove integrantes do Conselho de Comando da Revolução — a estrutura máxima da Frente Polisario

— As autoridades e a imprensa de Marrocos dizem que vocês são “salteadores de caravanas” que trocaram o tradicional camelo pelo moderno “Land-Rover”. Qual a sua opinião sobre tal acusação?

— Continuam a nos acusar de sermos “salteadores de carava-

nas” que se divertem a “fazer a guerra” por se recusarem a reconhecer fronteiras delimitadas ou um Estado centralizado. Chegaram mesmo a acrescentar que, no fundo, um Estado saaraui não teria sequer razão de existir, pois, sendo “um país sem recursos”, estaria destinado a viver da ajuda internacional. Os nossos

adversários utilizam esses argumentos para desqualificar a essência da nossa luta aos olhos da opinião pública internacional; mas, creia-me, eles não o conseguirão.

— Um exemplo: somos acusados de ser um conjunto de tribos e de famílias sem qualquer espécie de noção estatal, quando nós,

na verdade, existimos como Estado, como governo e como organização social desde 27 de fevereiro de 1976, data da proclamação da República Árabe Saaraui Democrática. Continuam a afirmar que não conseguiríamos assegurar a sobrevivência de quase 70 mil cidadãos — é o número que eles dão — do futuro Estado saaraui, mas, ao mesmo tempo, todos se esforçam em conquistar as imensas reservas de fosfatos existentes no nosso país! Como vê, é muito fácil acusarem-nos, mas a realidade dos fatos não pode ser escamoteada pela simples propaganda.

“Cabe aos marroquinos decidir entre a guerra e a paz”

— *E qual o estágio atual desta guerra?*

— A luta do povo saaraui já atingiu uma fase muito avançada, tanto no terreno militar como no plano internacional. Sobre o terreno militar nós demonstramos que estávamos em condições de infligir aos marroquinos derrotas e reveses comparáveis aos de Bir Anzaran, Lebuirat, Smara, Mahbés, Uarkiz, etc. No plano internacional, nós conseguimos explicar as nossas razões e fazer muitos amigos. Aliás, a última resolução das Nações Unidas — que convidou o governo marroquino a entabular diretamente negociações conosco — é prova disso.

— Se o governo marroquino estiver disposto a aplicar as resoluções das Nações Unidas, não seremos nós que levantaremos problemas. Poderíamos então negociar e resolver o problema em pouco tempo. Tudo depende dos marroquinos, evidentemente. Cabe a eles decidir se querem continuar a guerra ou, pelo contrário, chegar a um compromisso. Nós, quero frisar, não fazemos a guerra pela guerra. Se há outros caminhos para consagrar o direito à independência do povo

saaraui, estamos dispostos a transitá-los.

— *A Frente Polisario parece procurar um compromisso, mas Ras-El-Khanfra, perto da fronteira do Marrocos com o Saara Ocidental, tornou-se, desde setembro do ano passado, palco constante de violentos combates. Como interpretar essa procura de uma solução negociada e, por outro lado, a intensificação da guerra no próprio interior de Marrocos?*

— É muito fácil declarar a guerra, mas é muito mais difícil determinar a amplitude e a superfície em que ela se travará. Em 1975, por exemplo, o Marrocos pôde invadir o nosso país e estender-se praticamente a todo o Saara Ocidental. Mas após a ofensiva de 1979, durante a qual a ocupação marroquina pôde ser rechaçada, estávamos em condições de desenvolver operações militares no interior do seu próprio território. É a lei da guerra.

— Atualmente, após todas as derrotas que sofreram no terreno militar, os marroquinos tentam construir uma linha de defesa, assim como uma pequena muralha da China, num triângulo que os seus estrategistas apelidam de “triângulo útil”. Por isso, há toda uma enorme concentração de tropas num mesma região: Ras-El-Khanfra. Desde setembro de 1980 esta região se tornou um imenso campo de batalha. Como o nosso Exército de Libertação Popular já controla 90% do território saaraui, vemo-nos obrigados a concentrar os nossos ataques nessa região. Não procuramos a “zaragata”, queremos apenas desalojar os invasores marroquinos do nosso país.

— O rei Hassan II, do Marrocos, não teve a coragem, como De Gaulle em 1962 em relação à Argélia, de pôr fim às hostilidades e de reconhecer o nosso direito à independência. Limitou-se apenas a tentar construir essa

pequena “muralha da China” pensando poder conservá-la. Ele sabe que não ganhará a guerra, mas, mesmo assim, procura privar-nos de uma parte do nosso território com este novo ardil do “triângulo útil”. Podemos nós consenti-lo?

Um “25 de Abril” em Marrocos?

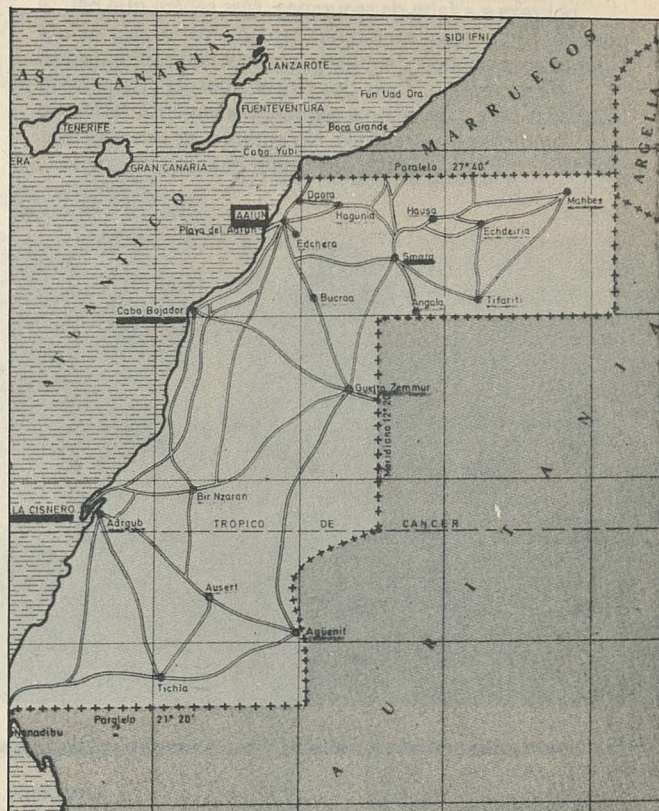
— *Nesse contexto, como prevê a evolução do conflito?*

— Todas as guerras coloniais terminam da mesma maneira: pela vitória dos povos que, de armas na mão, lutam pela sua libertação. É a História que ensina. Mas isso não é tudo. As guerras coloniais, por vezes, arrastam também a queda dos regimes que as promovem.

— Tomemos o caso de Portugal. Naquele país havia um regime reacionário que, há quase 50 anos, estava no poder; parecia ser eterno. Com efeito, os partidos democráticos portugueses, para utilizar uma linguagem militar, nunca tinham conseguido entrar nas linhas de defesa do regime de Salazar ou de Caetano. Foi devido à guerra colonial que se produziu a revolução portuguesa e a mudança de regime. Quem nos diz que o mesmo não poderá acontecer no Marrocos? Esta guerra pode acabar com dois tipos de soluções: ou o rei terá a coragem de pôr fim ao conflito, garantindo desse modo a sucessão do poder para o seu filho; ou, em virtude da guerra, ele e o seu reino desaparecerão como as tempestades de areia tão frequentes no deserto.

— Na realidade, o exército marroquino, que não está convencido do fundamento desta guerra, seguramente acabará por se vingar no rei; e o povo, que sofre as consequências da pesada crise econômica existente no país, revoltar-se-á e fará a revolução na rua. Cabe ao rei do Marrocos escolher. □

Saara Ocidental



Nome: República Árabe Saarauí Democrática (Rasd)

Data da proclamação da independência: 27 de fevereiro de 1976

Extensão geográfica: 286 mil quilômetros quadrados

Limites: Oeste — oceano Atlântico e Ilhas Canárias
Norte — Marrocos
Nordeste — Argélia
Este e Sul — Mauritânia

População: Em 1974, através de um recenseamento então efetuado, as autoridades espanholas falavam em 73.487 saaraúis (38.336 homens e 35.151 mulheres); dados pouco críveis, já que o recenseamento não teria levado em conta os hábitos nômades da grande maioria da população. A Frente Polisario afirma que a população saarauí ronda os 750 mil habitantes, admitindo os dirigentes saaraúis que a sua população extravasa as fronteiras herdadas do colonialismo, embora a sua reivindicação se limite aos territórios delimitados por estas, conforme o estabelece a Carta da OUA. Fontes ligadas ao Ministério dos Negócios

Estrangeiros espanhol confirmam esta versão, adiantando que na região de Zuerat, na Mauritânia, vivem cerca de 400 mil habitantes de origem saarauí, o mesmo se passando no sul do Marrocos, na província de Tarfaya — cedida pela Espanha a Marrocos em abril de 1958 —, onde viveriam cerca de 250 mil saaraúis. As autoridades marroquinas têm declarado que nas zonas sob seu controle habita uma população de cerca de 70 mil saaraúis, 50 mil dos quais na capital, El-Aiun.

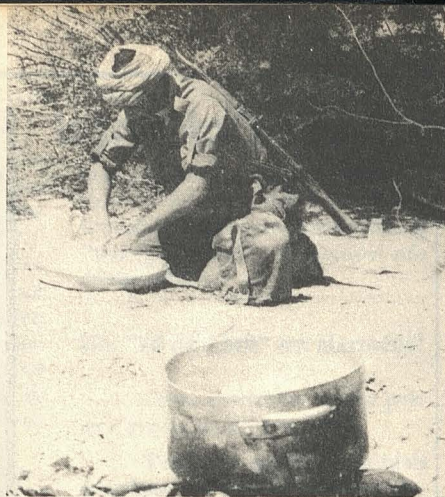
Idioma: árabe e espanhol

Religião: Islâmica

Riquezas: fosfato, pesca, ferro, urânio.

Países que reconhecem Rasd: Madagascar, Burundi, Argélia, Benin, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Coreia Democrática, Togo, Ruanda, Seychelles, Iêmen Democrático, Congo, S. Tomé e Príncipe, Panamá, Tanzânia, Etiópia, Vietnã, Campuchea, Laos, Afeganistão, Cabo Verde, Grã-nada, Gana, Guiana, Dominica, Santa Lúcia, Jamaica, Uganda, Nicarágua, México, Lesoto, Zâmbia, Cuba, Irã, Serra Leoa, Líbia, Síria, Botsuana, Suazilândia, Zimbábue, Mali, Chade, Costa Rica e Vanuatu.

"Os saarauís levam uma vida dura. Conhecem a pobreza e a falta de segurança. Mas sabem que não se pode ser um homem ou mulher verdadeiros, se não se luta junto ao povo pela dignidade e independência de todos. Na superabundância dos países ricos, as crianças são educadas para o egoísmo e seu comportamento reflete as ambições imperialistas. No entanto, as crianças dos povos que lutam pela sua liberdade ...



Último momento

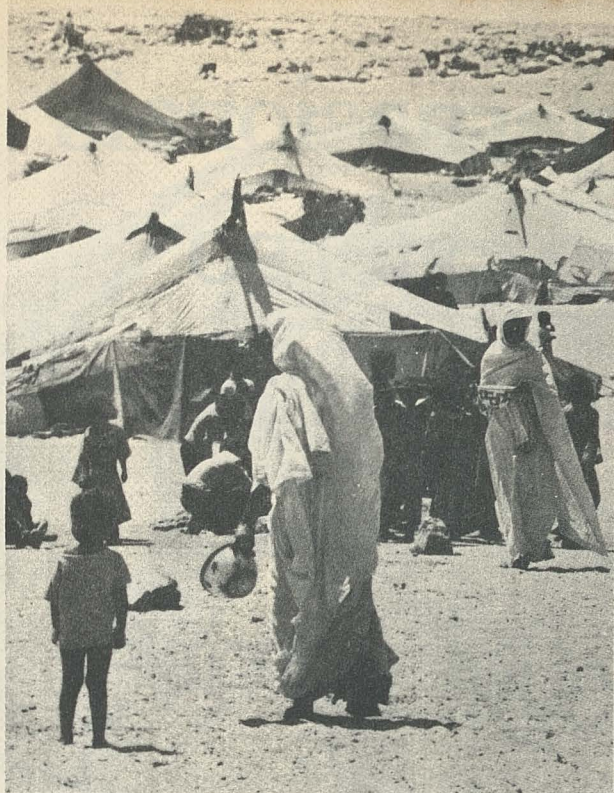
☐ A 18ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos 50 países que integram a Organização de Unidade Africana (OUA) foi encerrada no dia 30 de junho em Nairóbi, Quênia, com resoluções transcendentais em relação ao futuro do Saara: será criada uma força interafricana de paz para controlar o cessar-fogo que será decretado nos próximos dias e uma comissão de sete países supervisionará a realização de um referendo sobre o futuro do território, fiscalizado conjuntamente pela OUA e as Nações Unidas.

Ao retornar a Rabat, o rei Hassan II declarou numa entrevista à imprensa, no dia 3 de julho, que tinha ido a Nairóbi "com a intenção de desembaraçar o Marrocos do problema do Saara" e, por isso, aceitou a recomendação de convocar um plebiscito sobre o futuro do território. Caso não se chegasse a um consenso para a solução do problema do Saara como a adotada pelos estadistas africanos, a OUA teria que admitir como mem-

bro pleno a República Árabe Saarauí Democrática, pois ela é reconhecida hoje por mais da metade dos países membros da organização.

A decisão de Hassan II foi "um passo à frente para a paz", comentou o presidente argelino Benjedid Chadli. Na opinião do chefe do governo moçambicano Samora Machel, a decisão do monarca marroquino "significa a aceitação pelo Marrocos da existência do povo saarauí como uma entidade diferente". A Frente Polisario ainda não tinha se pronunciado oficialmente ao fecharmos esta edição, mas os correspondentes estrangeiros acreditados em Nairóbi divulgaram que "ainda céticos sobre as motivações de Hassan, os saarauís darão à OUA a oportunidade de empreender ações positivas".

"Para que haja uma participação serena e calma" no plebiscito, o rei Hassan pediu um cessar-fogo. Explicou que "graças a Deus, os espanhóis realizaram um censo muito preciso antes de abandonar o Saara, com os nomes de todos os habitantes, de seus pais e da tribo a que pertenciam". Esse censo seria a "peça chave" do plebiscito, no qual poderiam participar todos os saarauís que atualmente vivem na Argélia ou Mauritânia.



...são educadas no valor do *ser* antes do valor do *ter*. Assim, as crianças saarauís esboçam uma nova imagem do homem e do mundo. Nos mostram os caminhos de um futuro melhor. São a vanguarda da felicidade.”

Georges Casalis, teólogo francês, no prólogo do livro “As crianças saarauís”.



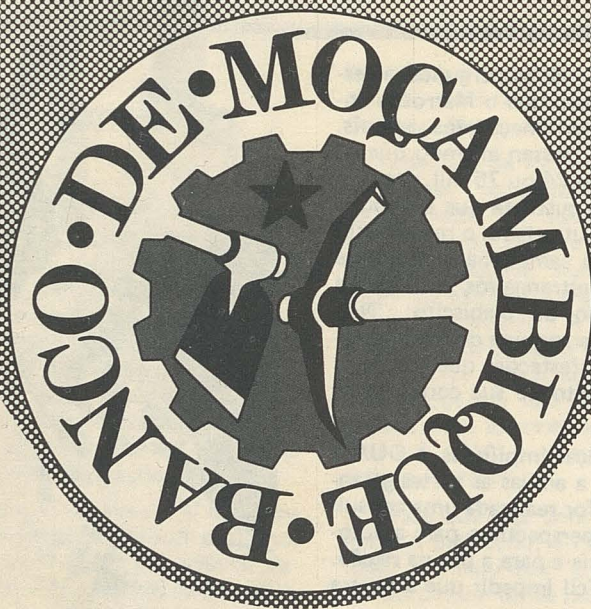
Subsistem, no entanto, várias perguntas a respeito da imparcialidade com que o Marrocos encara o processo de autodeterminação dos saarauís. Em primeiro lugar, o rei Hassan afirmou que os habitantes do Saara seriam 74 ou 75 mil, enquanto que a Frente Polisario sustenta que a população é muito maior. Por outro lado, o rei advertiu que “não permitiria uma campanha eleitoral de secessão encabeçada por estrangeiros” e chegou a opinar sobre o resultado do plebiscito: “Não creio que a população marroquina do Saara renegue nesta ocasião as manifestações que tem feito nos últimos anos a respeito de sua condição de marroquinos.”

Se apesar destas ameaças implícitas, a OUA e a ONU conseguirem dar a ambas as partes garantias de imparcialidade e for realizada uma consulta honesta, são boas as perspectivas para a autodeterminação dos saarauís e para a paz na região. Caso contrário, será difícil impedir que a guerra prossiga.

No dia 20 de agosto se reunirá pela primeira vez o comitê *ad hoc* da OUA para estudar o referendo, que dificilmente poderá ser realizado antes do fim do ano.



**relações internacionais
comércio externo
investimento de capitais
cooperação técnica
operações bancárias**



GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO

Av. 25 de Setembro 1695 - Telef. 28151/8 - C. P. 423 - Telegr. MOBANCO - Telex 6-355
Maputo - República Popular de Moçambique



TAA

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

“Na CIMANGOLA trabalhamos pela nossa independência econômica e pela da África”



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacuaço • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532

